

Assembleia Municipal da Guarda

Ata

Sessão Ordinária de Nove de Setembro de Dois Mil e Vinte e Um

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas nove horas e trinta minutos, teve início, no Grande Auditório do Teatro Municipal da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal que a seguir se transcreve: -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Bom, eu pedia então que se sentassem, já chegou o senhor Presidente para podermos começar. Temos quórum. Muito bem. Antes de mais, bom dia a todos. Alguns já cumprimentei pessoalmente, outros não tive oportunidade de o fazer, mas sintam-se todos cumprimentados. Vamos fazer a última Assembleia deste mandato e, nesse seguimento, entendi por bem ou entendemos, pelo menos a Mesa da Assembleia, entendemos por bem iniciar esta sessão da Assembleia com uma pequena homenagem aos ex-Presidentes da Assembleia Municipal. É de toda a justiça reconhecer o trabalho que fizeram em prol deste Concelho, em prol dos cidadãos da Guarda. E fiz o convite. Todos, amavelmente, responderam positivamente. Dois não podem estar presentes. Um por razões de saúde, mas fez questão de me enviar um pequeno texto que eu irei ler, e, o outro, infelizmente, já não está entre nós, mas enderecei o convite à família e que amavelmente também respondeu dizendo apenas que, por uma questão de agenda, não poderia estar presente. Temos connosco o senhor Professor Carvalho Rodrigues, o meu antecessor, a quem agradeço muito a presença. O senhor Dr. Igreja, que também agradeço estar connosco, e o senhor Dr. Nabais, a quem também endereço um agradecimento especial por terem tido a amabilidade de aceitar o convite e de se deslocarem aqui, nesta manhã, para estar um pouco connosco. Dar-vos conta, também, que esta Assembleia tinha umas medalhas que habitualmente entregava em pequenas cerimónias. Fizemos um pequeno *refreshing* na medalha, até porque havia apenas meia dúzia delas que, entretanto, foram oferecidas, e mandei fazer, pedi para fazer, não gosto do termo mandar, mas pedi para fazerem umas pequenas bolsas, para colocar essas medalhas, em cobertor de papa, porque acho que é uma forma de homenagearmos e divulgarmos este produto, que é tão nosso e que nós tanto pugnamos para que seja divulgado e para que seja homenageado também. É uma forma também de homenagear esse produto emblemático da nossa região. Entendi, também, ou entendemos também prestar contas do mandato 2017/2021. Eu acho que palavras leva-as o vento e o que não fica escrito passa. E, portanto, fizemos um pequeno livrinho, se é que posso chamar livro, mas é um pequeno livro com textos. Pedi aos líderes parlamentares um pequeno texto para integrar o livro. Ao senhor Professor Carvalho Rodrigues pedi-lhe também um pequeno texto que é, digamos, o prefácio do livro. Eu própria fiz também um pequeno texto. E tentámos, mais ou menos, contar a história do mandato da Assembleia 2017/2021. Irei fazer, então, uma singela homenagem, é mesmo uma singela homenagem aos senhores ex-Presidentes da Assembleia Municipal, entregando uma medalha e um livro a cada um. Entendi, também, que era de toda a justiça fazer uma pequena homenagem a duas pessoas que nos deixaram durante este mandato, e convidei a esposa de um e a mãe e a irmã de outro. Estou a falar do Tiago Gonçalves e estou a falar do Mário Sucena, que nos deixaram, infelizmente, durante o mandato. E, portanto, elas estão connosco também, a quem endereço um agradecimento muito especial e muito carinhoso por terem

querido estar connosco hoje. Eu peço desculpa... Peço desculpa mas as árvores também se abatem. Por isso, muito obrigada Paula, muito obrigada Orminda, Mónica. Muito obrigada por estarem connosco. Iremos oferecer-vos também uma medalha e um livrinho, apenas como gesto simbólico para agradecer o facto de eles terem trabalhado e sempre terem estado disponíveis para defender e para lutar pela Guarda. E sabemos quanto estas duas pessoas o fizeram. É uma forma de esta Assembleia os homenagear. Muito obrigada, também por estarem connosco. Dizer-vos, também, que quer a medalha, quer o livro, será também entregue a todos os Deputados Municipais e a todo o Executivo. É uma forma também de agradecer o trabalho e a colaboração que tiveram com esta Assembleia, o facto de terem trabalhado também em prol dos Guardenses. E eu pedirei depois às meninas que nos acompanham, que façam chegar. Irão ser distribuídos pelos lugares, não é preciso levantarem-se. Mas irão fazer-vos chegar a todos uma medalha e um livro, também em gesto de agradecimento pelo trabalho que desenvolveram e pelo apoio e a colaboração que prestaram sempre a esta Assembleia. Muito obrigada a todos. É particularmente reconfortante para mim poder agradecer-vos e ter podido contar com o vosso trabalho e com a vossa colaboração. Eu irei agora entregar pessoalmente aos senhores ex-Presidentes as medalhas, à Paula e à Orminda, fá-lo-ei também ao Executivo. E depois tenho, como já disse, um pequeno texto do senhor Professor Almeida Santos que irei ler, e pedirei aos senhores ex-Presidentes presentes, se algum de vós, ou se todos, nos querem dizer umas palavrinhas que gostaríamos muito de ouvir. Mas eu irei agora entregar-vos as pequenas lembranças. Muito obrigada. -----

Deixem-me também dar uma palavrinha de agradecimento, muito, muito especial, às meninas que nos apoiam na Assembleia Municipal. Sempre estiveram disponíveis a qualquer hora do dia e da noite, fins de semana. A Vânia, a Sofia, a Zeza, a Vanda também que tem estado, temos agora uma menina estagiária. Um agradecimento muito especial para elas. A todos os funcionários do Município também, e aos funcionários desta casa que, desde que começámos a fazer aqui as Assembleias Municipais, sempre foram incedíveis no apoio e na colaboração. Um agradecimento muito especial também aos técnicos de informática do Município que permitem que estas Assembleias possam ser divulgadas on-line e prestam apoio aqui também nas contagens de tempo. Portanto, peço desculpa, se me falhar alguém, mas penso que não. Um agradecimento geral a todos que colaboraram com a Assembleia Municipal. E, agora, se me permitem, eu vou ler o pequeno texto que o senhor Professor Almeida Santos amavelmente me fez chegar e depois daria a palavra aos senhores ex-Presidentes para dizerem uma palavrinha. «Senhora Presidente da Assembleia Municipal da Guarda, Dra. Cidália Valbom. Agradeço, sensibilizado, o amável convite para estar presente no início da próxima Assembleia Municipal da Guarda, no dia 9 de Setembro, e a singela homenagem que a Senhora Presidente entendeu dever prestar a todos os anteriores Presidentes da Assembleia. No meu entendimento, este gesto transcende o seu significado mais literal porque, na verdade, ele representa, na pessoa dos seus Presidentes, uma homenagem ao Órgão Deliberativo do Município e a todos os que, nele, têm representado, na maioria ou na oposição, as diversas sensibilidades políticas e ideais presentes no nosso concelho, valorizando, deste modo, a democracia local na sua mais alta expressão política e institucional. É assim que eu interpreto, assumo e valorizo esta homenagem, particularmente num tempo em que se joga de novo o destino político da nossa Comunidade. No que me concerne, foi com muito orgulho que cumpri, durante dois

mandatos consecutivos, entre 2005 e 2013, a nobre função eletiva de Presidente da Assembleia Municipal da Guarda, tendo sido para mim uma enorme honra representar institucionalmente, no Órgão Deliberativo, esta terra que amo e que sempre constituiu um pilar decisivo no meu percurso de vida. Tive, assim, a feliz oportunidade de integrar esta longa fileira de dedicados autarcas que sempre lutaram e lutarão com denodo pelo progresso e pelo desenvolvimento da nossa terra, acionando com empenho os instrumentos de deliberação e de decisão que a democracia local pôs e continuará a pôr à sua disposição. Infelizmente, por razões que não dependem da minha vontade, encontro-me impossibilitado de, como gostaria, estar presente fisicamente na cerimónia. Por isso aqui lhe deixo estas breves palavras para, se assim o entender, transmitir a todos os presentes o meu singelo, mas sincero, testemunho e um fraterno e solidário abraço. Aceite, Senhora Presidente as minhas melhores saudações e o meu sentido obrigado. João de Almeida Santos.» Muito obrigada, senhor Professor. É sempre um gosto falar com o Professor Almeida Santos e sei que estaria connosco, se não fosse mesmo por razões de saúde. Senhores Presidentes, senhor Professor Carvalho Rodrigues, quer-nos dizer umas palavrinhas? Alguém faça chegar um microfone ao senhor Professor, por favor. Já lhe levam o microfone senhor Professor. Deixe-se estar, já lhe trazem o microfone.” -----

- **Professor Carvalho Rodrigues:** “Eu, para esta Assembleia, chego. Não chego? É pena é estar virado de costas.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Os santos não têm costas, quando os anjos estão atrás.” -----

- **Professor Carvalho Rodrigues:** “Obrigadíssimo. Costuma dizer-se que agradece-se quem não merece. E, de facto, é muito sensibilizado que recebi a chamada da Dra. Cidália Valbom para esta homenagem, para estar aqui convosco. Os tempos que se vão seguir, destes anos de vinte e um a vinte e cinco, não vão ser anos fáceis. Não estou a dizer aqui para a Guarda e para esta zona da Guarda. Eu estou a dizer para o mundo e, por tabela, aqui nesta cidade. Nós vamos ter que ser extremamente coesos e ser capazes de, como sempre se fez aqui na Beira Serra, de recuperar depois da borrasca. Porque uma borrasca vem aí. Vem porque temos uma doença entre nós, uma epidemia, e vem porque nós organizámos em vários países, isto não é uma questão portuguesa mas em vários países do mundo, naqueles que são mais pobres, um sistema em que aparece muito dinheiro que não nos tira da pobreza, mas também não nos dá ambição. E nós temos que ter a ambição de, com os fundos que vierem, voltarmos a produzir. E isso é absolutamente crucial. E, depois, trazer coesão ao Território. Eu agora tenho uma metáfora que é real, porque até se escreve matematicamente. As células do corpo... quando alguma célula do corpo fica cancerígena, ela fica imortal. As células cancerígenas não morrem, ao contrário das outras que são renovadas. Nós renovamos pele todos os trinta dias, o tubo digestivo todos os oito dias e mais ou menos a cada sete anos renovamos o corpo todo. Este meu bom aspeto deve-se a que eu estou quase a fazer setenta e sete anos. De modo que isto vai ser uma coisa fantástica. Mas as células cancerígenas não morrem, só morrem quando o corpo morre. E são as mais irrigadas pelo sangue, são as que mais alimentos, ou seja, matéria e energia consomem e uma vez instaladas umas quantas células cancerígenas, todas as células do corpo querem ser cancerígenas. Todas. E o cancro cresce, cresce. E é o que acontece na nossa distribuição demográfica do nosso País. Vós tendes que enfrentar esta coisa da desertificação e

todos nós temos quase um sentimento de culpa. Esta zona do mundo está a ser desertificada, por nossa causa. É a mesma coisa que dizer que eu, que sou gordo, se um dia tiver um cancro, vocês vão ver, pareço um fio de azeite passado um tempo. Porque tudo o que eu tiver em mim é para alimentar aquelas células cancerígenas. Quando já não sobrar matéria nenhuma, nem nenhuma energia em mim, eu morrerei e comigo as células cancerígenas. Notem que para tratar da desertificação é como tratar do corpo, também têm que se tratar dos Concelhos onde tudo é consumido. E têm nomes, são Lisboa, Sintra, Cascais, Vila Nova de Gaia e o Porto. Enquanto aquilo estiver a crescer, a ser cada vez mais alimentado, cada vez produz menos, o corpo cada vez mirra mais e, às tantas, tudo morre. E essa mudança é uma mudança que tendes que fazer nos próximos quatro anos. E que desapareça de vós, é este o meu grande desejo e a minha homenagem a esta Assembleia, é que este sentimento de culpa «vós que estais para aí é que estais a desertificar as coisas» desapareça de nós e lhe passemos a responder «vós que estais aí é que estais a multiplicar-vos, e de alguma maneira e sem querer, e sem querer, estão a matar o corpo todo tal como as células cancerígenas. Tem isto a ver com partidos? Muito pouco. Porque isto é preciso estudar as coisas. Mas todos os partidos têm que ter... não há só uma fórmula de combater este cancro que é a brutal densidade populacional que existe nalguns Concelhos do País. É como um todo e todos como um só, e cada partido terá a sua maneira de resolver o assunto. Mas esta Assembleia e todas as que vierem aqui para esta zona da Beira Serra e os Executivos têm que ter isto em mente. Porque, como alguém muito meu amigo e muito sábio me dizia: o Autarca de uma Freguesia é muito bom, (da sua Castanheira, meu caro Dr. Igreja, ou do meu Casal de Cinza), quantas pessoas saem por ano? “X”. É muito mau. Quantas pessoas saem por ano? Os mesmos “X”. E não é culpa nem dum nem doutro, é o todo que sofre deste mal. E talvez fosse interessante que saísse desta Assembleia que aqui hoje se senta, que se propagasse esta ideia pelo País que é como um todo. E que nos partidos nascessem vários métodos de resolver este problema, que não reside aqui, mas aqui é uma consequência. É como eu ficar magro se tiver um cancro. A minha magreza não é uma doença, é consequência da doença. E queria-vos deixar com este mundo que vai mudar, com este mundo que mudou de tal maneira que, mesmo no mundo internacional, as coisas vão mudar muito. Porque esta saída do Afeganistão e a saída da América de todos os lados, não é porque o império desapareceu, é porque o império mudou-se. O império hoje está no espaço exterior, de tal maneira que os Estados Unidos, para além de Marinha, Exército, Força Aérea, criaram, há dois anos, e esse ramo já tem cem mil homens, não sei quantos milhares de satélites e tem um contrato com a Boeing, e tem uma força, que se chama Força do Espaço, e tem um comando hierarquizado. Todos os servidores vão passar a estar no espaço. Todos, porque é lá mais fácil arrefecê-los. Quando se diz que a digitalização é limpa, eu só vos faço lembrar que a Google, para manter os servidores só nos Estados Unidos e na Califórnia, a conta da Google, por mês, é a conta do consumo de eletricidade de Portugal e Espanha juntos. Vejam a poluição que está associada a isto. Nós agora queremos pôr impostos nessa atividade. O que é que eles fazem? Põe no espaço exterior. No espaço exterior não há propriedade, porque há um tratado que diz que não paga impostos. De modo que qual é o desgraçado que vai pagar impostos dos livros da Amazon Dotcom? O parceiro aqui na Guarda que tem a carrinha para me levar a Casal de Cinza os livros. Mas a Amazon não vai pagar um tostão. E isto é de tal maneira que já está lá uma força para guardar esses interesses. A Europa não tem nada disto. Mas é que nada. Nada. A Europa ficou completamente de fora. Eu,

desculpar-me-á eu estar a tomar este tempo todo, mas é para também descrever um bocado a realidade. Dos continentes ditos avançados, é o único continente que não produziu uma vacina. Os Estados Unidos, o Canadá, o Reino Unido, a Rússia, que é a melhor, e a China. Da Europa não há uma vacina. Uma. E isto é sinal dos tempos. Faço-os lembrar que nós somos todos atlânticos e que o Pedro Álvares Cabral, e essas gerações todas, vieram aqui da Beira e Fernão de Magalhães também era daqui da Beira Serra. De modo que vai ser um tempo de grande mudança, que vai chegar no fim da minha vida, no meio da vossa, mas no começo das novas gerações que vão vir para a Beira Serra, ou que vão estiolar nos centros de grande densidade populacional. O problema está no todo, não está aqui. Desculpe ter roubado este tempo todo, mas a melhor homenagem que eu tinha que dizer-lhe é que nós conhecemos o passado com certeza. Mas o futuro, esse não o conhecemos porque está sempre em construção. E, por isso, é este apelo à nova construção que eu deixo aqui, com a senhora Presidente e com esta Assembleia, e como uma forma muito miserável de pagar um pouco o que me acaba de ser dado. Bem-hajam!” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Professor. É sempre um gosto ouvi-lo e, por isso, nunca ocupa muito tempo. Muito obrigada por ter aceite, e pelas palavras que nos dirigiu. Muito obrigada. Senhor Dr. Igreja, por favor.” --

- **Dr. José Martins Igreja:** “Senhora Presidente, Exma. Mesa, Exmo. senhor Presidente, senhores Vereadores, meus caros colegas. Fui Deputado Municipal muito tempo, também presidi à Assembleia Municipal durante doze anos. A todos um abraço amigo, a todos os meus cumprimentos. Eu vou só roubar dois minutos. Se há algum cargo que eu tenha exercido ao longo da minha vida profissional e política, que já vão para aí alguns quase cinquenta anos, comecei na vida política com dezassete, portanto, tenho sessenta e seis, ando quase toda a vida na política, se há um cargo que eu desempenhei e que me honra e que voltaria outra vez a assumir, com toda a lealdade, para com uma terra, era ser Deputado de uma Assembleia Municipal e, acima de tudo, ser Presidente da mesma. Estive convosco nesta cidade da Guarda, neste Concelho, durante doze anos, sentado nesse lugar. Tive a honra de ter Deputados magníficos de todos os partidos, quer do PCP, quer do CDS, quer do PS, quer do PSD. Aguerridos, fortes, duros muitas vezes para com a Câmara, duros muitas vezes para com a própria Mesa, mas valeu a pena. Penso que esta homenagem que nos faz, é um reconhecimento de que os Deputados merecem um tratamento digno, merecem ter a palavra para, junto da Câmara, junto da Mesa da Assembleia, poderem lutar pelos nobres ideais que cada um dos partidos, à sua maneira, têm para ver a Guarda. Muito obrigado a Vossa Excelência. Obrigado a todos vós. Tenham um bom trabalho.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada pelas amáveis palavras, também, que nos dirigiu. Partilho, toda a gente sabe qual é o meu conceito de Assembleia Municipal e do exercício do cargo de Deputado Municipal. E, portanto, partilho exatamente das suas palavras. Senhor Dr. Nabais... Só uma nota, estão-me a dar a informação de que estamos sem transmissão em direto. Passa-se alguma coisa? Alguém me sabe dizer o que é que se passa? Já está? Ok, obrigada. Senhor Dr. Nabais, não... Ok, muito obrigada. Quero agradecer-vos, mais uma vez, por terem estado presentes. É uma honra para mim poder recebê-los nesta casa e nesta última sessão da Assembleia Municipal. Antes de terminarmos esta pequena cerimónia, esta singela cerimónia, só uma nota. Eu não vou dar a palavra nem à Orminda nem à Paula, porque

me pediram para não falar. Só por esse motivo. Mas fica a explicação para que se entenda, porque seria sempre um gosto e uma honra ouvi-las dirigir-nos umas palavrinhas. Mas obviamente que acato a vontade. E, como dizia, antes de terminarmos esta pequena e singela homenagem que entendemos fazer, quer aos senhores Presidentes da Assembleia Municipal, quer aos dois colegas de mandato que nos deixaram, queria, antes de entrarmos propriamente na sessão de trabalho, queria deixar, embora tenhamos ainda a sessão de trabalho, mas queria deixar já um agradecimento muito especial a todos os Deputados Municipais que connosco estiveram neste mandato. Agradecer a colaboração, o trabalho, a paciência de me ouvirem, a paciência de me aturarem, entre aspas, e agradecer tudo. Pedir desculpa, eventualmente, por alguma coisa que não tenha corrido bem, sendo certo que sempre me esforcei para fazer o que entendia melhor. Ninguém faz tudo bem, mal de nós, nem Deus. Mas estejam certos de que foi sempre no sentido do melhor desempenho da função, ou pelo menos do conceito que eu tenho do desempenho desta função, e sempre no espírito do que é a função de um Deputado Municipal e do que é um Presidente de uma Assembleia Municipal, que é a defesa intransigente dos interesses dos cidadãos, neste caso, da Guarda, porque é nessa qualidade que aqui estamos, de representantes dos cidadãos da Guarda e a voz dos cidadãos da Guarda. E, portanto, sempre foi nesse papel. Também uma palavra de apreço e de agradecimento ao Executivo, pela colaboração, pelo trabalho, pela partilha, por todo o trabalho que desenvolvemos em conjunto neste mandato. Um agradecimento muito, muito, muito especial, não podia deixar de ser, à Mesa que me acompanha, ao João, ao António, que sempre em equipa, sempre em espírito de equipa, trabalhámos e desempenhámos a função de Membros da Mesa, também em prol daquilo que entendemos ser a defesa dos interesses da Guarda. Um agradecimento muito especial aos dois. Sabem que vos tenho no coração. É um gosto fazer-me acompanhar por estes dois elementos. E, por último, e os últimos são os primeiros, um agradecimento muito especial à pessoa responsável por eu estar aqui. Obviamente não podia deixar de agradecer ao Álvaro Amaro pelo convite que me formulou e pela possibilidade que me deu de, como eu digo no texto que está no livro, de me ter proporcionado uma das experiências mais gratificantes e mais desafiantes da minha vida. É uma honra, para mim, ter sido Presidente da Assembleia Municipal. É uma honra ter desempenhado esta função. Fi-lo com gosto pessoal muito grande e, obviamente, eu não estaria aqui se o Álvaro Amaro não me tivesse convidado. E, por isso, para ele um agradecimento muito especial. Ele sabe isso. Não está aqui, mas sabe que lhe estarei eternamente grata por me ter proporcionado esta experiência. Por isso, queria publicamente dizê-lo, porque tenho muito gosto, tenho muita honra de ter sido convidada por ele e de ter trabalhado com ele. E, posto isto, faltam-me as palavras sempre nestes momentos. Eu sou uma pessoa dura quando tenho que ser dura, mas também sou uma pessoa mole quando os momentos são mais emotivos. E, portanto, fica, genericamente, o meu agradecimento especial a todos. Eu ia dizer aos nossos convidados que, se quiserem acompanhar-nos, teremos muito gosto. Se não quiserem aturar-nos, perdoem-me a expressão, poderão... como? Se não quiserem acompanhar-nos, poderão sair, se assim o entenderem. E, mais uma vez, um agradecimento muito, muito, muito grande, do fundo do coração, por terem estado connosco e por terem aceite o meu convite. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Bom, agora sim, eu vou dar início à sessão oficial, digamos, da Assembleia, com o toque da sineta. Temos quórum. Eu vou ler as substituições, que me fizeram chegar. Do Grupo Municipal do PSD, falta: Amélia Maria da Silva Ramos Fernandes, que é substituída pela Maria Teresa Alves Paula; falta a Ana Maria Rodrigues de Almeida Rocha, que é substituída pela Andreia Patrícia Plácido Fernandes; falta o Luís António do Couto Paula, que é substituído pela Susana Maria Conceição Pires; falta a Sabina Mónica Soares Duarte, que é substituída pela Paula Cristina Martins Ribas; falta o Tiago Filipe Saraiva Gomes, que é substituído pelo Rodrigo Manuel Bidarra Breia Lopes; falta o Diogo Maria Correia Isidro, que é substituído pela Francisca Afonso Mamede (presente em videoconferência); a Ana Cristina Capelo Gomes Pereira, que é substituída pelo Júlio Manuel Antunes Pissarra. Do Grupo Municipal do PS, falta José Alberto Vargues Pires, que é substituído pelo Nuno Filipe Costa Laginhas. Do Grupo Municipal do CDS, falta a Elsa Marina Lourenço Gonçalves Silva, que é substituída pelo António Reis Nunes. Juntas de Freguesia: falta o Presidente da Junta de Freguesia da Guarda, João José Pina Prata, que é substituído pela Secretária, Isabel Martins; falta a Presidente da Junta de Freguesia dos Meios, Maria Teresa Teles Cabral, que é substituída pelo Tesoureiro, Paulo Jorge Nascimento Pina; falta o Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Estrela, Ricardo Miguel dos Reis Gonçalves, que é substituído pelo Secretário, Cristóvão Lages Antunes. E está tudo. -----

Muito bem, dar-vos também conta de uma nota da senhora Vereadora do Partido Socialista, que me enviou um email dizendo que não podia estar por razões de saúde, mas que me pediu que lesse um pequeno texto de agradecimento e de despedida. E, por isso, em nome dela, eu vou ler o texto que ela me enviou. Ela diz que, por motivos de saúde, não tem condições físicas para se deslocar e, portanto, não tem oportunidade, nem disponibilidade, de agradecer e pede que, em nome dela, leia este pequeno texto. «Infelizmente, por motivos de saúde, hoje não me é possível participar nesta que seria a minha última Assembleia Municipal enquanto Vereadora eleita pelo Partido Socialista. No entanto, gostaria de manifestar o meu agradecimento a todos, sem exceção, através da senhora Presidente da Assembleia Municipal da Guarda, pelo desempenho e competência, pela discussão e fiscalização da atividade municipal e pela dedicação à causa pública, que são, sem dúvida, as competências inerentes a este importante órgão deliberativo. E, ao longo do meu mandato, reconheço que todos tivemos aqui com essa intenção. Por tudo isto, bem-haja!» Pronto, está lido. -----

Iriamos, agora, a pôr à votação a ata da última Assembleia Municipal do dia 30 de junho.” -----

----- **Resultado da votação da ata do dia trinta de junho de dois mil e vinte e um.** -----
- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e seis votos a favor. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Temos hoje excepcionalmente, e para encerrar, e ainda bem, foi uma luta minha, sabem disso, tentei, através de umas pequenas iniciativas, trazer o público à Assembleia Municipal, e temos hoje duas intervenções do público. Duas pessoas que se inscreveram para falar. Albino Bárbara,

Conceição Fonseca. Estão os dois presentes? Sim, muito bem. Então, temos primeiro, o Albino Bárbara. Dou-vos conta de que têm cinco minutos para falar cada um. Peço-vos que sejam concisos e que respeitem, por favor, este tempo. O Albino, faz favor.” -----

- **Albino Bárbara:** “Senhora Presidente, é aqui?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim.” -----

- **Albino Bárbara:** “Muito obrigado. Ora, muito bom dia, Exma. senhora Presidente da Assembleia Municipal, distinta Mesa, Exmo. senhor Presidente de Câmara, Exmos. senhores Vereadores, Exmas. senhoras e senhores Deputados Municipais, Exmos. representantes da Comunicação Social. A Democracia não se resume apenas e tão só aos atos de votar e ser votado. A emancipação do cidadão leva-o à autonomia e autorreflexão, fazendo isto parte de uma cultura de civismo num processo de mudança social, reagindo àquilo que considera injustiça. A cidadania é votada para a construção de uma sociedade melhor, onde o paradigma cultural se evidencia de forma coletiva. Não podemos confiar acriticamente nas instituições. É necessário e imperioso apostar numa sociedade mais livre e mais justa, sem respeitar cegamente as tais verdades estabelecidas. Enquanto cidadão, poderia hoje e aqui questionar inúmeras coisas da nossa vida quotidiana, e se calhar outras tantas que afetam a nossa vida coletiva. Desde o processo da municipalização, à discussão consensual e eternamente adiada da regionalização. Deixo, contudo, isso para o debate democrático que deve e tem de ser travado nesta Assembleia. Permita-me, então, senhora Presidente, que centre a minha intervenção em algo que é deveras interessante e que me afeta, que nos afeta, e que nos últimos tempos, felizmente, veio a público, ao que parece gerando algum incómodo ao poder, despoletando um debate absolutamente pertinente. Todos sabemos que a nossa cidade foi escolhida para aqui ser localizado e instalado o primeiro Porto Seco do país. O Porto Seco é uma plataforma construída num entre abrigo, que funciona como terminal de transbordo, receção e entrega de todo o tipo de mercadorias, onde elas chegarão por rodovia e ferrovia. O Porto Seco é uma aposta dos Portos do Norte, que escolheram a nossa cidade para investirem nesta infraestrutura. Reconhece-se a vantagem, pois a Guarda poderá assistir a um crescimento económico-social, a um aumento de competitividade das empresas, atraindo outros e novos investimentos nesta escolha assertiva para o interior do país. Daí estar absolutamente à vontade para defender tudo aquilo que, sustentavelmente e de forma absolutamente transparente, possa gerar riqueza, emprego e fixação de pessoas na nossa cidade e no nosso concelho. O estudo económico e quiçá outros que provavelmente foram feitos, tiveram em conta a localização privilegiada da Guarda para a aposta do Porto Seco. A linha da Beira Alta, a linha da Beira Baixa, a A23, a A25, a principal fronteira terrestre do país, a centralidade de todo este interior beirão, a proximidade à economia de Castilha e, isto sem esquecer, a existência da nossa Plataforma Logística. Eles apostaram na nossa cidade por autêntica conveniência, não foi, seguramente, pelos nossos lindos atributos, nem pelos nossos lindos olhos. A ser assim, é importante salientar toda a dinâmica que possa advir e ficar associada, o que faz com que, técnica e politicamente, o projeto seja deveras interessante e tenha pernas para andar. Até aqui, penso eu, que estaríamos praticamente todos de acordo. Mas, há um «mas». Sempre aquele pequenino «mas». E a pergunta é óbvia e inevitável. Onde pensam localizar e instalar o Porto Seco? Todos sabemos que uma infraestrutura deste tipo, e desta dimensão, aporta consigo consequências para a população e para o meio ambiente. Por isso é que existem os

conhecidos estudos e obrigatórios estudos prévios, onde se inclui a avaliação de impacto ambiental, que tecnicamente controla possíveis danos, garantindo um ambiente ecologicamente equilibrado e sustentável, analisando, identificando, prevendo e interpretando a importância dos impactos relevantes, diretos ou indiretos, a curto, médio ou longo prazo. Assim, e após ter tido conhecimento deste *layout* preliminar, que pelos vistos estaria classificado como *top secret* por parte da Autarquia, percebe-se que o mesmo poderia ser implementado num terreno que vai desde a cercania do Centro Escolar da Sequeira até à Quinta das Bertas, todo ele paralelo à Rua Nossa Senhora de Fátima, situado, claro está, em plena zona residencial. Dizem que isto é uma área definida pelo PDM como área de expansão. E acrescentam que o tal Plano Diretor Municipal não é revisto desde 1993, agarrando-se a um documento como se este fosse uma quase Bíblia imutável. Pois bem, se o PDM não foi objeto de revisão, e pelos vistos já lá vão quase vinte e oito anos, só temos que culpar todos os Executivos que por aqui passaram, terminando com responsabilidades acrescidas para este que ainda se encontra em funções. A ser verdade a efetivação do Porto Seco neste terreno, temos obrigatoriamente que verificar áreas para se perceber, em definitivo, que o mesmo é extremamente pequeno para um empreendimento desta dimensão. O terreno, de característica oval entre a Rua Nossa Senhora de Fátima e a linha de caminho de ferro, terá cerca de oitocentos metros de comprimento, por uma largura que se inicia com pouco mais de vinte metros. Pasmem-se. Sendo que o sítio mais largo poderá chegar aos sessenta metros. Eu repito, oitocentos metros de comprimento, por sessenta de largo. Como facilmente fica demonstrado, não tem área suficiente para uma infraestrutura deste tipo, nem para eventuais ampliações e retificações que necessariamente acabam sempre por surgir. Para um projeto que se quer em grande, a montanha pode vir a parir um rato. E isto para não dizer que é o achatamento, por completo, de um projeto que se pretende que tenha dimensão nacional, com características únicas e que todos queremos abraçar. Recordam-se, seguramente, do seminário acerca deste mesmo tema, Porto Seco, no dia 10 de dezembro de 2020, onde foi afirmado e defendido pelo atual Presidente desta Câmara Municipal que seria este terreno, e, se fosse preciso, arranjava-se um outro um pouco mais à frente. Caros senhores Deputados e caras senhoras Deputadas, se foi um erro afirmar isto, admiti-lo, dizem, é próprio da natureza humana. Se foi uma precipitação, um lapso de linguagem, um mero engano, há que reconhecê-lo e ter a humildade democrática de voltar atrás. Se, pelo contrário, existe firmeza e convicção na afirmação, deverá ser novamente dito e explicado, sem hesitações ou tibiezas. Continuando a olhar para o projeto, diga-se, em abono da verdade, que o desnível do terreno, entre a Rua Nossa Senhora de Fátima e a linha de caminho de ferro, vai obrigar ao alteamento da cota em, pelo menos, cinco metros, ficando o mesmo à altura dos telhados das casas. E, por acaso, senhores Deputados, estão a imaginar o residente neste bairro olhar pela janela e deixar de ver a luz do dia porque o contentor aí colocado fica depositado numa cota bem mais alta que o telhado das casas? E o desafio é este. Aqui fica o convite, senhora Presidente, senhor Presidente e senhores Deputados. Agradeço que se desloquem ao local e verifiquem, *in loco*, o que acabo de dizer. Mas ainda há mais. É a alteração da paisagem, é o corrúpio de camiões de quarenta toneladas, dia e noite, entrando, uns pela rotunda que prometem construir com ligação à Viceg, outros, provavelmente, pela Avenida de S. Miguel, descarregando enormes contentores em metal, uns em cima dos outros, com todo o barulho que a isto está associado. E isto sem esquecer a existência de uma linha de água, contestando o

pequeno ecossistema da cidade de características únicas, onde podemos encontrar carrascos, rosmaninho, tojo, urze roxa, amieiros, aveleiras, freixos, choupos, e é visitada por tentilhões, pintarroxos, pardais, pintassilgos, verdilhões, melros, estorninhos, tordos, corvos, andorinhas, rouxinóis, corujas, mochos, popas, cegonhas, andarilhões e por aí adiante. Isto na cidade mais alta de Portugal, e melhor, com o melhor puro ar, que muitas vezes nos esquecemos do ar da nossa cidade. Tudo isto está em perigo e tal qualidade de vida é posta em causa. Centenas de moradores que ali investiram na pacata e segura área residencial, e isto estará tudo em causa. As casas nesta zona, que hoje valem dinheiro, serão compradas por tuta e meia. E não me venham dizer que estou aqui a contestar o progresso e apenas mantenho uma relação estética com o ambiente. Pois, para além de constatar tudo isso, é chegado o momento de apresentar, então, a verdadeira alternativa. Primeiro que tudo, há que manter a afirmação que este é um projeto que pode, deve e tem de avançar. Mas ali não. Perguntar-me-ão, onde? Conforme já defendia o senhor Presidente de Câmara, no seminário de 10 de dezembro de 2020, quando afirmou que lá mais à frente seria de todo possível um acrescentimo... A nossa sugestão é precisamente essa, concordamos com o senhor Presidente de Câmara. Como muito bem sabem, a Câmara Municipal da Guarda é proprietária de um terreno que se situa bem perto dali e onde está instalado o Canil Municipal. Com a possível compra dos terrenos da antiga Arcorel, e mais duas quintas anexas que não são habitadas, a Infraestrutura Porto Seco pode muito bem aí ser instalada, longe das habitações e com uma área mais que suficiente e confortável para que o projeto ganhe outra e melhor dimensão. Financiamento? Perguntar-me-ão. Pois claro, é evidente, dinheiro não falta. Não falta ao Porto de Leixões, de certeza absoluta, nem aos Portos do Norte. E o enquadramento para este projeto pode e deve ser feito através do PRR, agora com a ajuda que nos foi prometida, vamos lá ver se é, se não é, no passado fim de semana, pelo primeiro-ministro, António Costa. Senhoras Deputadas, senhores Deputados, é deveras importante transmitirmos tudo isso para dizer, de viva-voz, o que me trouxe a esta distinta Assembleia Municipal. Em nome da Associação de Moradores do Bairro de Nossa Senhora de Fátima, dizer que eu sou morador na Rua Nossa Senhora de Fátima, fiz ali o meu investimento, tenho ali os meus bens, nada mais me move. E quero dizer-vos, com toda a franqueza, que não estou aqui a fazer o jogo seja de quem for, ou ser instrumentalizado, como já fui acusado, pelo partido A, B ou C, ou por qualquer outra força concorrente a estas eleições. Como dizia há bocado, aqui, o Dr. José Igreja, tenho a idade dele, ando na política com ele desde os 17 anos. Estive seis vezes detido na PIDE e não me deixo instrumentalizar. Tenho a maturidade e a formação cívica e política suficiente para assumir a defesa de causas. Esta, podem ter certeza, é uma delas e segui-la-ei muito para lá do dia 26 de setembro de 2021. É que há mais vida para além das 22 ou 23 horas do dia 26 de setembro. Senhoras e senhores Deputados, tendo em conta esta época que atravessamos, muito gostaria de ouvir de todos os candidatos à Câmara, Assembleia Municipal e Junta de Freguesia da Guarda, para que nos digam se existem estudos. E, se existem, quais. E apresentá-los publicamente, sem medos nem hesitações, pois esta coisa de gato escondido com o rabo de fora tem que se lhe diga e acaba sempre por ter os dias contados. Explicarem-me, de uma vez por todas, onde é efetivamente a localização do Porto Seco na Guarda. E dizerem, para se tentar perceber, quais os compromissos assumidos pelos Portos do Norte com o Governo e com a CCDR. Esta é a melhor, direi até, a soberana oportunidade que têm para esclarecerem, em definitivo, toda esta situação. É uma questão vital para a cidade.

É, de certeza absoluta, mais uma questão de transparência. Pois, verdade, verdadinha, em política, isto da transparência tem que se lhe diga. Em política, o que parece é. Por último, senhora Presidente, vou terminar, desejar que nesta minha terra, que eu amo, onde nasci, onde vivo e onde espero morrer, outrora o maior bastião republicano de toda a zona centro, palco de lutas pela liberdade e democracia, a campanha eleitoral decorra em paz e as propostas, sugestões, programas, ideias e debates, sejam claros, objetivos, transparentes e esclarecedores. Que a mensagem do 25 de Abril impere e que o povo, na sua sábia sabedoria, através da sua arma, continue a ser aquele que mais ordena. Obrigado por me terem escutado. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhora D. Conceição.”

- **Maria da Conceição Fonseca:** “Bom dia, Exmos. senhores, Membros desta Assembleia Municipal. Chamo-me Maria da Conceição Fonseca, estou aqui na representação dos meus pais, que têm 93 anos, e que são proprietários na zona do Plano de Urbanização do Cabreiro que hoje vai ser aprovado. Venho aqui explanar as preocupações referentes à sua aprovação. Como sabem, este processo iniciou-se em julho de 2018, a execução do referido plano foi entregue a uma equipa de fora da cidade. O projeto que está aqui hoje presente para votação, como podem verificar, é um processo longo e complexo, com muitas entidades a pronunciarem-se e com vários milhares de páginas, relatórios, pareceres, desenhos, etc. Como provavelmente aconteceu, tiveram acesso a toda esta documentação há dois ou três dias atrás. Difícil, para não dizer impossível, analisarem tanta documentação em tão pouco tempo e assim poderem votar em consciência no que é melhor para este Município. Como referi anteriormente, este processo iniciou-se em 2018, e durante todo este tempo, até hoje, o Município só contactou os proprietários uma única vez, em 18 de dezembro de 2020, para os informar das suas pretensões. Muito rapidamente, e de uma forma breve, explico quais eram essas pretensões. Este Município pretendia que os proprietários cedessem os seus terrenos, os que eram necessários para a execução das vias, mas também os restantes terrenos adjacentes onde seriam feitas vias secundárias. Essas vias e todas as infraestruturas eram executadas e seriam pagas pelos proprietários dos terrenos. Depois, se as coisas corresse bem, teriam direito a títulos para construção. Títulos, não lotes. Títulos. Em parte incerta, não saberíamos onde é que seriam esses títulos, nem para que serviam. A menos que para vender a empreiteiros. Esses títulos também caducavam ao fim de cinco anos. Resumindo, ficávamos sem os terrenos e ainda pagávamos por cima. A isto, o Município chamava e chama de perequação. Como é lógico, ninguém concordou com o referido negócio. Isto pode ser verificado pela exposição apresentada em 22 de fevereiro de 2021, em que 80% dos proprietários rejeitou a solução apresentada pelo Município e os restantes nem sequer responderam. Esta reunião só foi no dia 18 de dezembro de 2020. Mas o senhor Presidente, no dia 7 de setembro, referiu a um órgão de Comunicação Social, a Rádio F, que já tinha chegado a acordo com quase 90% dos proprietários. Não sei como, nem quais é que eram, se todos estavam contra. Nas diferentes entrevistas que o senhor Presidente deu à comunicação social desta cidade, e que tem dado, uma vez pretende tomar posse dos terrenos por via litigiosa, outras vezes por via administrativa, outras vezes pela via negocial. Nunca sabemos com o que podemos contar. Mas uma coisa é certa, este Executivo nunca negociou ou teve qualquer tipo de diálogo com os proprietários. E quando vem dizer que houve diversas reuniões e os proprietários foram envolvidos no processo, não corresponde à verdade. As informações que os proprietários vão tendo

do que o Município pretende fazer com os seus terrenos, é através da Comunicação Social. Mesmo tendo solicitado, através de um requerimento, para ser informada de tudo o que dissesse respeito ao Plano de Urbanização do Cabroeiro, isso não aconteceu. Na reunião da apresentação da proposta, no dia 18 de dezembro de 2020, que foi a única em que os proprietários estiveram, foi mostrado um desenho onde aparecia a Avenida dos F's e as várias vias secundárias com as respetivas áreas de construção para habitação. Com a presente proposta, constroem a Avenida dos F's, que apesar de ter uns escassos novecentos metros, vai ter outras duas rotundas no meio. Uma rotunda a cada trezentos metros e vias secundárias de ligação dessas rotundas. Mas como referiu o senhor Presidente, esta via não tem carácter urbano e, por esse motivo, não se pode construir junto à Alameda. Então, qual é a necessidade da construção de tantas rotundas? E ruas secundárias? Para que servem? Talvez para satisfazer futuros interesses imobiliários de algum empreiteiro, não sei. Temos o caso da interligação de uma das rotundas com a rua paralela à 5 de Outubro, uma rua que vai ligar à Avenida dos F's com coisa nenhuma. Porque, como devem ter verificado nos desenhos apresentados, esta rua vai entroncar num caminho, um caminho onde só passa um carro de cada vez e uma rua de bairro sem trânsito nenhum. É um Bairro de moradias, onde vivem poucas pessoas e a maioria é reformados. Por que motivo vai o Município gastar tantos milhões neste acesso da variante que não se justifica? Para além disso, querem fazer o acesso num local onde existem hortas, árvores centenárias, reservas hídricas e um local com grande desnível, o que implica aterros e taludes, quando, a cem metros, existe uma alternativa de percurso, um caminho público, paralelo a essa rua a construir, onde não existe desnível. Nesta alternativa, para além de pouparem imensas árvores, recursos hídricos, não haveria taludes, não teriam que pagar indemnizações aos proprietários, sairia muito mais económico para a Câmara. Logo, muito mais vantajoso para os contribuintes. Porque os proprietários destes terrenos também contribuem para o orçamento desta Câmara. Nós pagamos aqui os nossos impostos e gostamos que as nossas contribuições contribuam para o bem-estar de todos e não para os bolsos dos empreiteiros. Quero expressar o meu total desacordo com o modo como este processo está a ser conduzido. Há vinte anos que falam na tal Avenida dos F's, para agora fazerem tudo à pressa, sem ouvirem ninguém, correndo o risco de repetirem erros passados. Na primeira fase da Viceg, onde têm uma rotunda e uma rua que não faz ligação, por dois metros, por causa do desnível. Tem a Avenida, que vocês conhecem, a Avenida da Senhora dos Remédios, chega ali ao fundo e faltam dois metros para ligar à rotunda. Não é? Por causa do desnível. Podem verificar na documentação que vos foi entregue, a ata da reunião da conferência procedimental da CCDR veio com parecer condicionado. Se não leram, deveriam ler pelo menos a conclusão. Podem ler a conclusão da ata, e na alínea a), quanto às normas legais e regulamentos aplicáveis, dizem todas as falhas, várias. Na alínea b), quanto à conformidade e compatibilidade da proposta, com programas territoriais existentes, uma quantidade de falhas também. Devo salientar que a equipa do projeto não deu resposta à grande maioria destas questões anteriormente referidas. Do mesmo modo, no período de discussão pública, foram efetuadas perguntas e sugestões. As respostas foram vagas e as sugestões totalmente ignoradas. Por uma questão de rigor e transparência de um processo tão complexo e de tão importante para a cidade, peço a todos aqui presentes, que vão votar este Plano, para não o aprovarem. É necessária mais discussão pública, reuniões entre equipas que trabalham no projeto e os proprietários, para chegarem a soluções mais justas,

equilibradas, que satisfaçam ambas as partes. Soluções, não imposições. Os proprietários não são contra a construção da Alameda que interliga as duas rotundas e querem contribuir para que seja construída de uma forma económica e que satisfaça todas as necessidades, sem esbanjar os dinheiros públicos. Mas não entendem que a Quinta fique retalhada por rotundas e acessos desnecessários, não sendo permitido construir e inviabilizando a produção agrícola. Um vale tão bonito vai ficar ao abandono. Venho pedir às senhoras e senhores que vão votar hoje esta proposta do Plano de Urbanização do Cabreiro, para a rejeitarem. Não basta absterem-se. Absterem-se é ficarem..., é “nim”. Nem é sim, nem é não. As pessoas devem tomar posições para que seja devidamente debatida, para que todos os cidadãos, de uma forma honesta, contribuam, todos, e não à pressa, deixando os problemas aqui decorrentes para o próximo Executivo que tomará posse no final do mês, não é? Depois das eleições. Com a aprovação deste Plano, fica já comprometido o próximo Executivo com uma decisão que os senhores vão tomar hoje. Espero que votem em verdadeira consciência, de tudo o que o Plano de Urbanização do Cabreiro implica, e de quanto vai honrar o Município nas próximas décadas. Como a anterior pessoa que falou, o Dr. Albino Bárbara, que eu não conheço, eu também não estou instrumentalizada. Eu falo aquilo que eu acho. Isto é um atentado, é um crime o que estão a fazer. Não está a ser devidamente debatido o problema. As pessoas estão... Pronto, olhe, não vale a pena dizer mais nada. Obrigada.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Eu não sei, senhor Presidente, quer responder aos dois senhores do público, às duas intervenções do público? Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito bom dia a todos. Senhora Presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, Executivo da Câmara Municipal da Guarda, senhores Deputados da Assembleia Municipal, Público, Jornalistas, e quem nos segue lá em casa, os meus cumprimentos. De facto, presenciámos aqui aquilo que a democracia promove, que é ouvir também as reivindicações legítimas dos nossos cidadãos. Na verdade, dois processos relevantes e importantes para o futuro da Guarda. Orgulha-me a mim, e ao Executivo que me acompanha, poder colocar, na cena da discussão política do desenvolvimento futuro da Guarda, dois assuntos da maior importância para a Guarda e para a região. É através destes grandes projetos que nós construímos uma Guarda melhor, uma Guarda mais capaz, uma Guarda mais atrativa, uma Guarda qualificada e é esse o rumo que eu, enquanto Presidente de Câmara, e a equipa que me acompanha, temos trazido à nossa cidade e ao nosso concelho. Não vou aqui discutir a paternidade, porque, como todos perceberam, a paternidade é do Presidente da Câmara. Porque se é para o lado bom, e como vimos no lado mau é o Presidente da Câmara, portanto, não podemos só colher as tempestades, também temos que colher a bonança. E, na verdade, também tenho que dizer. Sou um cidadão como vós, tenho esta responsabilidade como Presidente, mas, como cidadão, eu também vou agora estar mais à vontade para responder aos nossos cidadãos. Eu também sou um guardense, eu também quero a transparência, eu também quero o cumprimento da lei. Não tenho é jeito para contar histórias. Alguns, aqui o senhor Albino, nós estamos habituados a ouvir os seus comentários, a sua forma turbulenta, enriquecida do ponto de vista da semântica, da forma que também ele, dentro do seu conceito e visão da vida coletiva, mas também político-partidária. É importante, também, chegar aos holofotes muitas vezes, porque, às vezes, só os meios que nós

temos não são suficientes para expormos verdadeiramente aquilo que queremos, enquanto homens, homens que andamos na causa pública. E, portanto, é relevante também vir a este espaço, como se não tivesse sido ouvido também pelo Presidente da Câmara. Mas o que choca na Democracia, é cidadãos informados, neste caso o senhor Albino, um cidadão informado que faz política há muitos anos, um cidadão responsável de uma Associação Cultural, que nós reconhecemos e respeitamos, contar a história que lhe apetece. Porque eu já falei com o senhor Albino no meu gabinete. Eu já falei com o senhor Albino na Associação, tive muito gosto em lá estar, no Bairro Nossa Senhora de Fátima. Já tivemos, depois disso, ocasião de falar e disse uma coisa muito clara. Além de apresentar um documento falso nesta Assembleia, não devia ser permitido, é falso o documento que apresentou. Porque verdadeiro, verdadeiro, é o documento do PDM, aprovado por uma Assembleia como esta em 93. E no PDM, portanto, por todas as forças políticas, em 93, e até hoje não foi alterado, diz assim: que na área contígua, logo a seguir à estação de caminho de ferro, tem e prevê-se a construção de um terminal ferroviário. E esse é o único documento oficial. Ouçam bem, é o único documento oficial que nós temos para, eventualmente, discutir o assunto da localização. Porque não estamos ainda na fase da localização. Já lá vamos, eu respondo. Não é a localização que interessa. Interessa é concretizar o projeto, interessa é trazer mais empresas. Depois, esta visão de que, como foi dito aqui, que era distribuição, localização de mercadorias... isso é uma visão tradicional do Porto Seco. Quer dizer, enunciam, muitas vezes, as minhas informações na comunicação social. Recordo que há três anos, quando respondi a uma entrevista ao Expresso, disse lá o que é que eu entendia sobre o Porto Seco. Falar em unidade simbiótica, falar numa zona económica especial e naquilo que é a assemblagem de componentes num Porto Seco, que não tem nada a ver com esta visão tradicional. Quer dizer, atirar só para a população, para o cidadão. Não informar, mas desinformar. Isto é algo que não é adequado, não é bom para a democracia. Mas dizia eu que, relativamente ao único documento oficial que existe, que é o PDM, diz lá o TIF (Terminal Internacional Ferroviário). E este é um documento que faz parte do processo, onde está em estudo, que é a Câmara Municipal da Guarda que está a estudar, agora, nesta fase, com principal incidência, com o Porto de Leixões, que são as únicas entidades que há dois anos e meio a esta parte estão a estudar a construção do Porto Seco da Guarda. Politicamente, já ouvimos todas as forças políticas, da direita à esquerda. Mesmo os do passado, que pretendem ressurgir e dar uma voz que não tiveram oportunidade, em quarenta anos, para fazer coisas pela Guarda. E agora são eles também o pai da ideia, como temos ouvido aí. Mas não interessa quem é que é o pai da ideia. O que interessa é que é um projeto importante para a Guarda. E naquela relação que tem sido desenvolvida entre o Município da Guarda, também o Porto de Leixões, e que nós queremos agregar cada vez mais Portos, Figueira, Aveiro... porque não? É um processo que está em estudo, em continuada elaboração. E aquilo que está previsto neste momento, meus senhores, e é... senhor Albino, já lho disse a si e digo a toda a Assembleia e digo à Guarda, o que está previsto, numa primeira fase, é: na zona contígua, imediatamente à frente da estação de caminho de ferro, vai nascer a primeira fase do Porto Seco. E não vai ocupar terreno nenhum colateral, nem atrás dos prédios, nem com contentores, nem sem contentores. Não vai acontecer ali nada. O que vai acontecer é: a zona de frente para a estação de caminho de ferro, onde foi colocado o estaleiro que serviu de apoio às obras da linha da Beira Baixa, aí sim, será feita a primeira fase. Com a evolução deste processo, com a adesão das empresas, com a instalação de

empresas, com certeza que é necessário ponderar uma fase de expansão, sob pena de este projeto não ter pés para andar. Porque, como todos percebemos, aquele espaço que está à frente não é, não será suficiente para algo que nós imaginamos, que nós prevemos. E aqui tenho que lhe dizer. Não venham colocar na minha pessoa e na minha linguagem, quando me dirijo aos cidadãos, aquilo que eu não disse. Eu respondo por aquilo que eu digo. Agora, não respondo pelas falsidades que foram aqui ditas, sobre aquilo que eu tinha dito sobre o Porto Seco. Não há impreparação, não há desconhecimento. Aliás, eu serei, na Guarda, das pessoas que sei mais sobre esta matéria, para afirmar aquilo que estou a afirmar. E relativamente ao futuro, que será uma segunda fase, evidentemente não deixa de fazer parte, não deixou de fazer parte, no nosso cenário, pegando no PDM e estando ele em alteração, como acreditamos que será concluída em março do próximo ano, do PDM. Essa é uma localização que está proposta, mas pelo PDM. Olhamos para os documentos, o que é que existe neste momento, este espaço. Mas sabemos, até da discussão que tem existido, que provavelmente pode existir alguma incompatibilidade. Um aeroporto. Há anos que se discute o aeroporto em Portugal. Mas tem que haver estudos técnicos, ambientais. Nós ainda não fizemos nada disto. Nós já estamos a aniquilar uma ideia, um projeto que pode ser determinante para o desenvolvimento, e já estamos aqui todos a dizer quantos contentores, a altura dos contentores, a área próxima, os passarinhos, os passarões. Quer dizer, não é assim que se promove o desenvolvimento. Sim senhor, um debate aberto, um debate crítico, um debate com convicção é importante para definir estas realidades. Mas não desta forma. E, portanto, aquilo que eu disse ao senhor Albino, e digo-vos aqui, é a verdade, senhor Albino. O senhor sabe e veio aqui dizer, aí é verdade, aí coincidiu, eu transmiti ao senhor Albino que na área onde nós já temos terrenos... E reparem, há uma grande diferença. Eu transmiti exatamente assim. Há terrenos de que nós já somos proprietários, porque é que eu vou comprar terrenos? Se eu já tenho terrenos que a Câmara é proprietária, mas poderá haver possibilidades de ampliar esses terrenos e que não são imediatamente a seguir, ou por atrás, ou contíguos à zona habitacional. E, portanto, é claro que é óbvio que, se há um documento que determinou que a ampliação ou a criação do Terminal Internacional Ferroviário era naquela zona, não fui eu. Apenas assumo aquilo que é um documento, que está na minha posse, e que diz isto mesmo. Mas jamais iríamos criar incompatibilidade com a qualidade de vida dos nossos cidadãos, com as expectativas adquiridas quando se constrói habitação, quando há investimento público e há investimento privado. E, depois, também perceber, do ponto de vista técnico, se os terrenos são adequados, estão preparados, ou podem vir a ser preparados tecnicamente, e é viável essa preparação, para ali instalar um Porto Seco. Isto é uma matéria muito sensível. Temos que ser conhecedores destes assuntos e com certeza que não se decide já. Não é isso que se trata neste momento. Trata-se, sim senhora, de alavancar um projeto que é premente, como eu disse, na Guarda. E com certeza que, sendo nós e tendo nós condições para instalar o Porto Seco em terrenos que são do Município, esses são a prioridade. E, de uma vez por todas, vamos lá ver se ficamos claros e nos deixamos, não sei se é o momento político, ou se é a vontade de querer combater uns e defender outros. Porque a instrumentalização, é verdade, há instrumentalização clara nesta questão. A partir do momento em que eu, naquela Associação, disse que o meu empenho era para construir o Porto Seco, ampliar o Porto Seco, não é construção, é ampliar em terrenos do Município. Eu não tenho dúvidas nenhuma do que vos estou aqui a transmitir. Sei bem aquilo que eu desejo para o nosso

concelho. Convosco, iremos construir, efetivamente, aquilo que são eixos fundamentais para o desenvolvimento e tirar partido de uma localização geográfica que há quarenta anos falamos dela. Mas, na verdade, é que não conseguimos até hoje trilhar, verdadeiramente, as potencialidades que todos desejamos. Fica dito. O Município da Guarda, eu, enquanto Presidente, e a equipa que me acompanha, a nossa prioridade será instalar um Porto Seco em terrenos próprios do Município e não em terrenos alheios. Com a certeza de que nós tudo faremos para que este projeto continue a acontecer e está a acontecer no nosso território. Vamos ao Plano de Urbanização do Cabroeiro...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, eu só lhe peço é que seja, nesta segunda resposta, mais breve, porque já falou imenso tempo.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito bem.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “E como esse ponto vai ser depois discutido, a seguir, também.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Pois, também é verdade. Nesta matéria, dizer o seguinte, e vou ser breve até porque, como diz a senhora Presidente da Assembleia, vai ser discutido a seguir. Depois poderei ser mais exaustivo. Este é um projeto também importante para a rede urbana viária da cidade. Para além de que nós, e contratámos, efetivamente, uma empresa que está habilitada, tem conhecimento. Eu até, naquilo que foram as reuniões que tivemos com a CCDR, é verdade que está condicionado, mas foi autorizado. E está condicionado, neste tempo de execução do Plano de Urbanização, de dar resposta e corrigir algumas situações, mas que não inviabilizaram a sua aprovação. Não é agora esta senhora, com todo o respeito, eu também tento alicerçar-me sempre em informações e conhecimentos técnicos. E não sou eu, agora, que vou dizer que o projeto está mal feito. Este Plano está mal feito. Não há uma ligação de dois metros. E a senhora teve ocasião de vir ao Município apresentar uma exposição, que foi respondida, um ponto teve razão, foi logo corrigido em cinco pontos que colocou. Um ponto teve razão, foi logo dada razão na fase de discussão pública. A senhora diz que não foi ouvida. Comigo teve uma reunião e a equipa do projeto. Mas com a equipa do projeto, teve duas reuniões. Mais, o Plano está em discussão pública há trinta dias e a senhora vem aqui a esta Assembleia Municipal dizer que não é ouvida. Que quer propor soluções e que não é ouvida. Não. Nós, não só respondemos, tenho aqui a resposta que foi dada no dia 03-09-2021, assinada por mim. Teve um período de discussão pública, porque é assim que exige a lei, é assim que se impõe o cumprimento deste processo, destes projetos. Portanto, vir dizer que há aqui défice democrático na discussão... E devolvo aos dois uma coisa. Falta de transparência, só se for a vossa, porque eu cumprirei cabalmente, e com a minha honra, as funções que me são confiadas. E não admito a um, nem a outro, que venham aqui colocar anátemas sobre a legalidade dos procedimentos, sobre a ética que me dirige no compromisso de projetos estruturantes da Guarda. E não são, nem a senhora, nem o senhor, que me dizem, a mim,... falem de honestidade. Honestidade, dou lições e sobra para vocês os dois. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Eu peço ordem, por favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Senhora Presidente, eu não estou para ser maltratado.” -----

Período de Antes da Ordem do Dia

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Posso, posso, muito obrigada. Muito obrigada, muito obrigada. Passamos, então, entramos agora no Período de Antes da Ordem do Dia, temos já inscrições. Senhor Deputado António Júlio, faz favor.” -----

- **Deputado António Júlio Cardoso (PSD):** “Antes de mais, cumprimentar a senhora Exma. Presidente da...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “António, peço desculpa, é que me esqueci das moções, peço desculpa, é por ser a última, peço desculpa, não se importa?” -----

- **Deputado António Júlio Cardoso (PSD):** “Nada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Peço desculpa. Os meus secretários hoje, depois de lhes ter agradecido, esqueceram-se também de me... foi do elogio, pronto, estraguei tudo. Como é que diz o povo? Não se deve pagar adiantado, não é? Quem paga adiantado, fica mal servido. Bom, passamos então, porque começamos sempre pelo período Antes da Ordem do Dia. Sim? Depois na discussão no Período Antes da Ordem do Dia tem tempo, pode usá-lo. Sim, para não alongarmos deste período do público, porque regimentalmente, o período do público, o público fala e não é...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Esta vinda aqui destes cidadãos, também é um sinal daquilo que deve ser feito, nesta Assembleia Municipal, os cidadãos devem ter voz, ...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu sei, e sabem todos, penso que já não há dúvidas quanto a isso, qual é a minha ideia e o meu conceito de Assembleia Municipal. Esta é a casa dos cidadãos e é aqui que devem vir e lembram-se todos de algumas iniciativas que eu tive, precisamente, para chamar o público e para as pessoas, os cidadãos perceberem. Esta é a casa deles, esta é a casa da democracia. É aqui que as pessoas devem vir protestar, agradecer, louvar, é aqui o sítio certo. É isso mesmo. Muito obrigado. Sim? Ah, pois, é por ser a última, está tudo baralhado hoje. Não, mas eles já corrigem. Senão, depois também... Conseguem pôr o contador a zero? Pronto, ok, tudo bem! Muito bem, começamos habitualmente o período Antes da Ordem do Dia, pela leitura dos documentos entregues. Tenho pela CDU, uma moção, pelo desenvolvimento do Serviço Nacional de Saúde, Regional e local. Senhor Deputado Aires Diniz, quer fazer a leitura, por favor?” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, eu tenho a informar que esta moção é quase igual aquela que a gente aprovou o dia 30 de junho deste ano.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Oh, senhor Deputado, então se é igual, podia-nos poupar.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “É quase igual. E no dia 30 de junho aprovamos esta moção por unanimidade. E eu queria também uma aprovação por unanimidade, porque unanimemente, nós estamos pelo nosso Serviço Nacional de Saúde. Nós estamos pela nossa ULS e estamos em defesa dela. E, é por causa disso que os meus camaradas me

pediram para eu trazer esta moção, e ler de novo, e pedir de novo, o voto unanime à Assembleia. Considerando o investimento de requalificação do pavilhão cinco, que finalmente foi posto a concurso, não podemos esquecer a necessidade de requalificar os restantes pavilhões no parque da saúde, pois é fundamental revitalizar e reforçar a resposta pública nas suas diversas áreas clínicas. Considerando que temos agora que exigir respostas ao Governo, reunindo para isso, as diversas forças políticas na Assembleia Municipal da Guarda, com o Conselho de Administração da ULS da Guarda. Para criarmos uma sólida unidade reivindicativa, em torno da ULS, já que esta é fundamental para aumentar a resposta pública, regional e local do SNS, uma vez que o setor privado, dadas as suas características, não tem como objetivo ser uma alternativa credível. Considerando que devemos exigir esclarecimentos ao Estado Central, quanto ao recrutamento e necessário investimento em recursos humanos nas diversas áreas clínicas, pois, mesmo em tempo de Pandemia, não podemos permitir que se escamoteiem as dificuldades geradas pelo modelo de financiamento já que é feito com base na população. Considerando que temos que fazer convergir os diversos processos reivindicativos para que deem resposta às necessidades dos utentes, quanto ao internamento hospitalar na área da medicina, pois necessitamos uma rede pública alargada também ao nível da convalescença com o objetivo de libertar vagas no internamento hospitalar. Considerando que com o envelhecimento da população, há necessidade de melhorar a qualidade e aumentar a quantidade dos serviços prestados aos idosos no nosso concelho e distrito. A CDU propõe que a Assembleia Municipal da Guarda trabalhe através do diálogo com a ULS da Guarda, no sentido de criar sinergias entre os diversos polos do SNS a nível Regional e local. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Alguém pretende intervir sobre este documento? Não? Então, poríamos já à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pelo Desenvolvimento Regional e Local**-----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e dois votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Passávamos ao Grupo Municipal do CDS, com uma moção, que é o Regulamento Municipal do Arvoredo da Guarda, depois tem uma moção que é um voto de protesto Pela Falta de Qualidade na Prestação de Cuidados de Saúde na ULS da Guarda, e temos, ou tínhamos uma moção, que transformou em recomendação, é isso? Muito bem. Então, senhor Deputado Henrique Monteiro. Apresenta os três documentos?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Sim.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Ok. Não se esqueça que tem seis minutos apenas, está bem?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Muito bom dia, senhora Presidente, cumprimento a mesa, o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, os senhores Deputados Municipais, os senhores Presidentes de Junta, os técnicos que dão apoio aqui, neste trabalho da Assembleia Municipal, os cidadãos que nos acompanham nas redes digitais e a comunicação social. Foi um compromisso eleitoral do CDS, em 2017, a aprovação do Regulamento Municipal do Arvoredo. Já o trouxe duas vezes a esta Assembleia, ele não foi aprovado, mas mantemo-nos fiéis ao

nosso compromisso. O CDS preparou e entregou nesta Assembleia Municipal, em dezembro de 2017 e em fevereiro de 2020, uma proposta de Regulamento Municipal do Arvoredo da Guarda, num formato de documento aberto à participação de todas as bancadas Municipais e de técnicos da área para permitir uma gestão rigorosa de todo o património arbóreo do Concelho. Decorridos que foram quatro anos após a data em que o CDS trouxe pela primeira vez o documento a este órgão, a Guarda continua sem ter esse Regulamento. Entretanto, foi aprovada na Assembleia da República a Lei nº 59/2021, publicada no Diário da República, Série I, de 18/08/2021 que estabelece o Regime Jurídico do arvoredo urbano, aplicável ao arvoredo urbano integrante do domínio público e do domínio privado do Município e que caracteriza e regula as operações de poda, os transplantes e os critérios ao abate e à seleção de espécies a plantar. É no seguimento da aprovação desta Lei, que o grupo municipal do CDS-PP propõe, pela terceira vez no corrente mandato, propõe à Assembleia Municipal da Guarda que delibere aprovar o Regulamento Municipal do Arvoredo, que se anexou. O grupo Municipal do CDS, pediu que fosse enviado a todos os Deputados Municipais, o Relatório da Entidade Reguladora da Saúde, sobre aquilo que se tem vindo a passar na ULS da Guarda, nomeadamente, na prestação de cuidados de saúde em Oftalmologia. Este Relatório, foi emitido a 29/07/2021, tinha nas suas decisões, 30 dias para elas serem implementadas. E, eu lembro que, ainda não foi aberto o concurso para a Direção do Serviço de Oftalmologia. Portanto, parece que há aqui também, um desrespeito por aquilo que é uma deliberação de uma Entidade Reguladora. Mas isto não acontece só com a Oftalmologia, eu estou-me a lembrar que a Cirurgia, tem há anos concursos para a Direção de Serviço abertos e esses concursos nunca fecham. Estão sempre abertos, nunca se concluem. Não sei se perderam a chaves! Aguardemos. -----

Pela Falta de Qualidade na Prestação de Cuidados de Saúde na ULS da Guarda. A Entidade Reguladora da Saúde produziu um projeto de deliberação relativamente à grave situação que se vive na ULS da Guarda, nomeadamente no que respeita à violação dos direitos dos utentes do SNS, no âmbito do processo de inquérito com o n.º de identificação ERS/101/2020. Nas conclusões o relatório contém expressões referentes à conduta do conselho de administração, tais como: -----

1. *A situação em análise (...) reconduz-se (...) à existência de um constrangimento grave e estrutural no acompanhamento de utentes na ULS da Guarda na área da Oftalmologia...* -----
2. *Situação que se traduz num claro prejuízo para a saúde e bem-estar dos utentes podendo a sua situação clínica agravar-se em função do extensíssimo tempo de espera para a realização dos tratamentos oftalmológicos.* -----
3. *Tal situação reveste-se em si mesma de extrema gravidade no que ao normal funcionamento de uma entidade hospitalar do SNS diz respeito e, bem assim, à missão pública de prestação de cuidados de saúde de qualidade e em tempo adequado que lhes está cometida por lei.* -----
4. *Donde resulta uma conduta grosseiramente negligente da ULSG...* -----
5. *Criando a ULS, com a sua conduta, a falsa expectativa junto dos utentes de que poderiam vir a realizar a cirurgia em condições normais.* -----
6. *É este um quadro factual que se mostra inadmissível e ostensivamente contrário aos direitos dos utentes à prestação dos cuidados de saúde de qualidade e em tempo adequado.* -----
7. *Falta de zelo e diligência igualmente visível na incapacidade da ULS para proceder à*

rápida celebração de acordos/protocolos efetivos com hospitais específicos do SNS...
Assim, considerando estarem reunidos os pressupostos previstos na Lei (artigo 14.º do Anexo III do Decreto-lei n.º 18/2017 de 10 de Fevereiro) para dissolução do conselho de administração, e vou citar: (“... o conselho de administração pode ser dissolvido em caso de grave deterioração da qualidade dos serviços prestados, quando não for provocado por razões alheias ao exercício de funções dos gestores.”), vem o grupo municipal do CDS apresentar um voto de protesto pela atuação do respetivo conselho de administração e propor que o voto, depois de aprovado, seja remetido à senhora ministra da Saúde, solicitando uma intervenção da tutela para a imediata substituição do órgão gestor, bem como ao Ministério Público, para apuramento de eventuais infrações de natureza penal cometidas contra os utentes da instituição por parte do referido órgão, face às conclusões do Relatório da ERS, quando se refere a uma conduta grosseiramente negligente da ULS da Guarda, conduta esta que deve ser apurada em termos criminais pelo Ministério Público. Eu espero, que todos, o documento é extensíssimo, mas que tenham consciência daquilo que aqui consta, e que lesa o interesse dos utentes da ULS da Guarda. -----

Esta será a recomendação: Pela Anulação do Memorando de Entendimento para Cedência dos Terrenos do Antigo Matadouro. Tivemos conhecimento pela comunicação social que a Câmara Municipal da Guarda assinou um memorando de entendimento com a MedCapital e o Hospital Terra Quente, para a cedência de terrenos do antigo matadouro com vista à construção de uma unidade hospitalar e de uma residência sénior. Ora, o artigo 31º da Lei nº 31/2014, de 30 de maio regula sobre a “Cedência de utilização de bens do domínio privado”, “para assegurar a prossecução de finalidades de política pública de solos”, nos seguintes termos: -----

“1 - O Estado, as regiões autónomas e as autarquias locais podem ceder, a título precário e com carácter oneroso, a utilização de bens do respetivo domínio privado, para assegurar a prossecução de finalidades de política pública de solos. -----

2 - A cedência é devidamente fundamentada e procura garantir a conservação, a valorização e a rentabilização dos bens cedidos. -----

3 - A lei estabelece o procedimento de cedência e as condições em que se realizam a fiscalização da atividade do cessionário e a restituição dos bens imóveis cedidos.” -----

Ora, resulta expressamente do nº 1 deste preceito legal que, para além de incidir sobre bens do domínio privado, a cedência de utilização tem carácter oneroso e obedece a um determinado procedimento. Aliás, no mesmo sentido, regem ainda os artigos 67º e 69º do DL nº 280/2007, que regulam sobre esta figura quando estão em causa bens do domínio privado do Estado, que deve “inspirar” a Câmara Municipal em matéria de gestão e administração dos seus bens do domínio privado. De facto, o nº 1 do art.º 69º determina que a “A designação do superficiário é realizada através dos procedimentos de hasta pública, de negociação, com publicação prévia de anúncio, ou de ajuste direto. Em face da fundamentação acima exposta, o grupo municipal do CDS-PP propõe que a Assembleia Municipal da Guarda delibere: -----

1. Anular o memorando de entendimento celebrado entre a Câmara Municipal da Guarda e a MedCapital e o Hospital Terra Quente, para a cedência de terrenos do antigo matadouro com vista à construção de uma unidade hospitalar e de uma residência sénior. Que fique bem claro, que nós não somos contra a construção de um hospital privado na Guarda. Agora, eu pegando na metáfora do Professor Carvalho, não se tomem decisões que continuem a alimentar o cancro do definhamento da Guarda!

Certo? Eu pergunto, porque é que não houve um concurso público, com convite a entidades empresariais locais e outras nacionais e até IPSS aqui do Concelho, para que pudessem concorrer à construção do Hospital privado? Não as há? Só existe esta? Esta era a mesma entidade que estava envolvida no negócio do CET, do Centro de Exposições Transfronteiriço? Há algum compromisso específico, para o negócio ser feito com esta entidade? Aliás, eu nem a conheço, em termos de prestação de cuidados de saúde! Conheço tantas, mas não conheço esta. E até conheço algumas locais. Porquê? Senhor Presidente, o que é que se passa aqui? Pergunto, foi feita a avaliação do terreno? Fomos eleitos para defender o interesse público e é por isso que pugnamos. Estamos em fim de mandato, e a nossa postura vai ser a mesma, até ao fim. Agora, digam-me o que é que está aqui em causa, expliquem-me, que eu ainda não percebi. Quero clareza! Eu não estou a acusar ninguém de desonestidade, mas o interesse público está aqui em dúvida! Séria dúvida! E ele tem que ser explicado, tem que ser explicado a esta Assembleia, porque as pessoas têm que votar em consciência, nas decisões. Ou melhor, esta não vai ser votada! Mas isto tem que ser público, e a Guarda tem que ser alertada, e os senhores Deputados que aqui estão também têm a missão, e os senhores Presidentes de transmitir esta situação para quem não pode aqui estar presente. E, aliás, e a pressa da aprovação do Plano de Urbanização do Cabroeiro, está relacionada diretamente com a assinatura deste memorando. E, eu agora aqui, aproveito para elogiar a coragem dos cidadãos que aqui vieram, e acho que devem ser um exemplo para todos os cidadãos deste Concelho, porque isto é um espaço aberto, é um espaço onde eles podem ter voz, onde eles podem expor os seus problemas. E eu desafio todos, a que venham a esta Assembleia Municipal sempre que entenderem que o interesse público é lesado. Muito obrigado, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “E o senhor Presidente, se quiser lançar um concurso público, para adjudicação daquele terreno a uma entidade para promover o Hospital particular na Guarda, se o senhor quiser que eu esteja ao seu lado, eu estou ao seu lado. Nesse momento, eu estou ao seu lado. Aliás, é que eu não me contento com aquela saúde, que os defensores, de que os cuidados de saúde têm que ser prestados exclusivamente pelo setor público, eu não quero esse SNS, que me estão aqui a oferecer. Porque já vimos os problemas de que ele enferma. E, não basta vir em alturas de campanha eleitoral, toda a gente sentir-se, ou manifestar-se muito preocupada com aquilo que se está a passar na saúde na Guarda, e passar quatro anos sem tocar no assunto. Aliás, o CDS, regularmente, trouxe o problema da saúde a esta Assembleia Municipal, portanto, ninguém pode dizer que o tema não esteve presente, ou que é apenas um tema de campanha, por parte do CDS. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém quer intervir sobre estas... senhor Presidente da Junta de Gonçalo Bocas, faz favor.” -----

- **Manuel Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Gonçalo Bocas (PSD):** “Muito bom dia. Cumprimento a senhora Presidente da mesa da Assembleia, os seus secretários, o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores e todos os Deputados. Eu decidi vir aqui, por vontade própria, ninguém me pediu, e porquê? Porque eu sou morador no Bairro da Luz. Como sou morador no Bairro da Luz, este

assunto mexe um bocadinho comigo, e mexe também com os residentes no Bairro da Luz. O espaço que se falou aqui, do memorando de entendimento, é o antigo matadouro. Não sei se toda a gente conhece, o antigo matadouro está ali ao abandono há 30 anos. Aquele espaço, para mim, e para os moradores do Bairro da Luz, envergonha-nos a cidade e envergonha-nos principalmente a quem mora no Bairro da Luz. Aquilo é um espaço utilizado por toxicodependentes, é um espaço que aparenta todos os dias ratos e cobras, aquilo é um espaço que já devia ter sido, sei lá, utilizado para outro fim, menos aquilo que está lá. Se surgiu agora a possibilidade de dar utilidade àquele espaço, para mim e para os moradores do Bairro da Luz, quase de certeza, para todos, quero é que esteja dada uma utilidade àquilo. Se é para uma clínica privada, se é para uma fábrica de alfinetes, ao Bairro da Luz não lhe interessa, quer é que seja dada uma utilização àquele espaço. E, para o bem da saúde das pessoas que lá moram, e convido toda a gente a ir lá, ver o que é aquele espaço, está ao abandono há 30 anos, e se continuamos a discutir o que é que lá vai ser colocado ou não, vamos ter mais 30 anos daquele espaço, naquele estado. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente de Junta. A contagem dos tempos, isto hoje está um pouquinho baralhado. O orador é do PSD e vocês puseram o contador do PS a contar. Não conseguem por tudo a zero, pois não? Pronto. Muito bem. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Matias Coelho.”

- **Deputado Matias Coelho (PS):** “Bom dia a todos. Eu só queria fazer uma curta intervenção, dizendo que estou de acordo, plenamente de acordo com o que disse o senhor Deputado Henrique Monteiro, sobre a história do matadouro. Eu estive de férias, vim há bem pouco tempo, e fui lendo algumas notícias. E, uma que realmente me chamou a atenção foi a história de um hospital privado para os terrenos do matadouro. A primeira coisa com que fiquei surpreendido, foi os montantes. Eu não sei que hospital privado, com internamentos, com blocos operatórios, etc, se fazem com 10 milhões. Só para ter uma ideia, senhor Presidente, o hospital de Évora, que vai arrancar, o investimento é superior a 100 milhões de euros. Com 10 milhões de euros, se calhar, o que mais se fará é uma clínica para seniores. Em segundo lugar, eu queria saber, uma vez que negociou esse memorando de entendimento, afinal que especialidades é que essa clínica, ou que esse hospital traz para a Guarda? Eu preciso saber isso! Porque para mim, um hospital não é fazer uma consulta de clínica geral, ou de cirurgia. Um hospital, é uma estrutura que tem todas, ou pelo menos, uma boa percentagem de valências e de especialidades. Desde internamentos, consultas e blocos operatórios. Nada disso eu vi escrito. E, por isso, é que gostaria que o senhor Presidente me dissesse, quantas especialidades é que este hospital vai contemplar, quantos blocos operatórios e que tipo de cirurgias é que se fazem neste hospital, que exames complementares de diagnóstico... como sabe um hospital para funcionar têm que ter todos os exames de diagnóstico, desde a Imagiologia a laboratórios de análises clínicas, etc, etc. Eu gostava de saber isso, porque se não me disser isso, eu fico a saber, provavelmente, que isto não se trata mais do que um lar de terceira idade, embrulhado com esta história de ser um hospital privado, a quinze dias das eleições. Então, os senhores tiveram oito anos para tratar desse assunto e agora vêm-nos propor aqui, quinze dias antes das eleições? Acha que eu vou aceitar essa encomenda, com este tipo de embrulho? Nem pense nisso! Você tem que ser claro, tem que expor à população da Guarda, o que é que quer vender a essa entidade, e tanto quanto sei, esse hospital Terra Quente, dessa sociedade, o único

hospital que tem, que eu ouvi dizer que tem, nunca visitei, é um hospital em Mirandela. De resto não conheço mais nenhuma intervenção em termos de saúde! Portanto, isto, como é um negócio feito a quinze dias das eleições, eu devo dizer-lhe que se viesse a votação, eu votava contra! Porque, já o mesmo acontece com o projeto do Cabroeiro. São dois projetos, realmente muito importantes para a cidade, mas têm que ter uma discussão pública, e quando diz, ah está em discussão pública, para já, olhe para mim pôs-me à discussão pública em pleno agosto, período de férias. Acha que um indivíduo, que está em período de férias, tem lá agora vagar para se dedicar a ler essas coisas? Nem pense nisso! Estou de férias para ir para a praia, e não estou para ler as coisas importantes. Portanto, o senhor devia trazer este problema há quatro anos, não era a quinze dias das eleições. Eu tenho pena, porque estes são dois assuntos que me preocupam, como preocupa, seguramente, qualquer cidadão da Guarda. Mas para isso, é preciso tempo, para termos acesso aos documentos, para discutirmos, e se a discussão pública já se sabe, que a nível exterior, muitas vezes não é participativo, aqui nesta Assembleia é! Tragam estes assuntos, aqui à Assembleia, discutem-se, se não é só uma vez, mas que sejam as vezes necessárias, para que realmente da discussão saia a melhor solução. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Senhora Presidente, estas intervenções que estão a responder...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Aos documentos apresentados pelo CDS. Exatamente. Estas intervenções são referentes aos documentos apresentados pelo senhor Deputado Henrique Monteiro.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “E ainda não foram votados?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Ainda não foram votados. O senhor Deputado apresentou os documentos e eu perguntei se alguém queria dizer umas palavrinhas, sobre estes documentos.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “E está a contar o tempo? -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Claro! É discussão. Só não conta o tempo de leitura dos documentos. O resto conta.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem. Eu ando há muito tempo preocupado com a saúde da Guarda, até porque vivo por aqui, até porque tenho família aqui, tenho a minha mãe, tudo isso é importante para mim. E, depois, ainda há uma semana e qualquer coisa, houve uma discussão pública na Guarda, em que participaram muitos cidadãos, eu por acaso não tive intervenção nenhuma, embora o meu nome fosse citado, porque tenho apresentado aqui muitas moções na Assembleia. E, agora, ia ler aqui algumas coisas que eu fui alinhavando para guiar a minha intervenção no período Antes da Ordem do Dia. Portanto, como aqui também, estávamos a discutir a questão do hospital privado e calha aqui, eu já estou a entregar aqui a ...é assim. Devemos ter em atenção a situação da saúde pública na Guarda, agora que o Governo decide reduzir os efetivos médicos a colocar na ULS da Guarda. Mas a iniciativa privada surge logo cheia de dinheiro, para aproveitar terrenos públicos que lhe são disponibilizados pelo candidato do PSD, que é

o atual Presidente da Autarquia. Conforme notícia, notícia do Terras da Beira, página 4, da semana passada, as empresas protagonistas são as mesmas que em Bragança e em Mirandela estão a construir um nicho de saúde privado, constituído pelo fundo Media Capital e hospital Terra Quente, agora sob investigação judicial em Bragança. Fiz, por isso, uma moção em defesa da ULS, que agora já enviei, que já foi aprovada por unanimidade aqui. E, agora, o que é que acontece, eu já estive no hospital Terra Quente, fui lá levar uma amiga que foi fazer um exame, e aquilo é muito grande, mas depois tem muitos problemas de estacionamento. Eu para estacionar o carro, com que fui até lá, tive dificuldades. Eu não estou a ver, ali naquela zona do matadouro, lugares para estacionar tão abundantes como em Mirandela. Depois, eu estive em Bragança, o fim de semana passado, fui lá a um casamento, e eu quando vou a uma terra qualquer, compro sempre os jornais locais. E, encontrei no jornal local, que é o Nordeste, uma notícia que diz: utente de Macedo, acusa hospital Terra Quente, de negligência médica, e tenho aqui uma impressão que posso facultar a quem quiser, tenho até a digitalização. E, a certa altura diz assim: em momento algum, o hospital Terra Quente foi confrontado, eles dizem hospital Terra Quente, foi confrontado com qualquer reclamação, embora a notícia do jornal, vem dizer que há este problema. Aqui na nossa terra, nós não temos que aceitar como parte positiva do currículo uma notícia destas. O hospital tem que responder, tem que responder aos utentes de Macedo de Cavaleiros, que é a terra da senhora que foi operada, mal operada, e que teve que ser transferida para o hospital de São João no Porto, com carácter de urgência, e que esteve em coma durante alguns meses. Depois, eu estive a ler os documentos, referentes à Urbanização do Cabroeiro, e há um documento que não me foi entregue, mas eu depois encontrei-o na internet, no sítio da Câmara, e que diz, a certa altura...e já agora queria cumprimentar o meu amigo Albino Bárbara e a senhora que eu não fixei o nome, que também esteve aqui, e que a cumprimento pela sua postura de intervenção de cidadã na cidade da Guarda e no nosso Concelho. E, depois, nesse Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública, em resposta a Bárbara do Carmo Nunes Lucas e António Fernandes Louro, contra o terreno do antigo matadouro, como espaço de uso especial e de equipamento, refere-se o seguinte nas respostas: a afetação do terreno do antigo matadouro a áreas de predominância de habitação coletiva tem como fundamento o facto desta categoria de espaço ser aquela que permite uma maior flexibilidade na sua ocupação, tendo em vista os usos complementares (atividades comerciais, serviços e de equipamentos) e compatíveis (usos industriais, de armazenagem ou outros desde que compatíveis com a habitação) estabelecidos no n.º 2 do Artigo 28º, assim como o facto de não estar previsto qualquer equipamento de grande dimensão para aquela área. Portanto, nós no hospital privado, naquela área, teremos que ter alguma dimensão, e eu como estive lá,... Eu sou culpado desta situação, porque fiz um artigo para a Revista Praça Velha, e fui lá, várias vezes para conhecer o terreno e falei com um morador e falei com outras pessoas, há aqui pessoas com quem eu contactei a propósito desse meu trabalho, que ainda não está completo, que eu quero continuá-lo. Mas o que é certo é que aquela zona não pode ter um hospital privado, não pode ter um hospital, porquê? Porque não tem espaço para estacionamentos, não tem área, não tem, digo assim, acesso, tem lá uma paragem de autocarro, mas nós sabemos que os autocarros também não funcionam muito bem. Mas o que é certo é que aquela zona, não pode ser usada para hospital privado. Além disso, pela minha vivência da cidade de Bragança e de Mirandela, que eu estive lá na sexta-feira, eu ando metido lá numas guerras literárias, e estive lá e conheço mais ou menos

Mirandela. E, então, aquilo não pode ser um hospital privado ali. Se quiserem fazer um hospital privado, arranjam um terreno em condições, não pode ser ali. E, também, não pode ser a quinze dias, como disse o Matias Coelho, não pode ser a quinze dias da votação, que se arranja um hospital, e que nos impingem esse hospital como se fosse a salvação da Guarda. A salvação da Guarda, tem a ver com um hospital público, com dimensão e qualidade suficiente para a cidade, não é um pequeno hospital privado, que resolve o problema da Guarda.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem que terminar porque já ultrapassou o seu tempo, em mais de dois minutos.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Pronto. Obrigadíssimo. Até já.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Ricardo, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Senhora Presidente?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim?” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Eu estou primeiro.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** Peço desculpa, peço desculpa.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Eu é que peço desculpa. Muito bom dia a todos. Gostaria em primeiro lugar de cumprimentar os intervenientes do público, uma vez que raramente tivemos oportunidade de os ter presentes nesta Assembleia e, portanto, cumprimento-os em primeiro lugar e gostaria de dizer que sejam bem-vindos a esta casa.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Monteiro. Senhor Deputado Aires Diniz, senhor Deputado Aires Diniz? Peço-lhe por favor, o colega está a falar. Peço à Assembleia que enquanto um colega está a falar, que mantenham o silêncio por favor. Faz favor.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Inevitavelmente agradecer a vossa presença aqui. Esta é a casa da democracia e penso que nós próprios, e o próprio Executivo, e a própria Assembleia Municipal, a Assembleia Municipal até deu algum contributo nesse sentido, mas todos os que aqui estamos presentes, acho que devíamos fomentar cada vez mais a participação dos cidadãos. Tenho a certeza absoluta que uma sociedade cada vez mais esclarecida, cada vez com mais capacidade de intervenção fará de todos nós, de todos, sejam eles os poderes autárquicos, sejam eles quaisquer poderes instituídos, muito melhores do que aquilo que temos sido. E tenho a certeza que contribuirão, efetivamente, para a melhoria do desenvolvimento da nossa região e da nossa cidade. Assim sendo, cumprimento-os em primeiro lugar e gostaria de salientar só mais um aspeto acerca deste assunto que é muito importante. Vimos o Presidente falar sobre aquilo que foi as intervenções do público. E não poderia deixar de salientar aquilo que me pareceu de alguma forma, uma atitude menos correta, mas que pode ser do tempo que estamos a atravessar, que é o tempo eleitoral, estamos prestes a entrar no tempo eleitoral. Mas penso que todos os que aqui estamos, estamos de acordo que este tipo de intervenção acerca destes assuntos, são sempre importantes para cabal

esclarecimento acerca das propostas que nos vão chegando e que vão ser discutidas e votadas. E assim sendo, cumprimento então agora a Senhora Presidente e os demais membros da Assembleia, da mesa, peço desculpa, o Senhor Presidente, as senhoras e os senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, comunicação social, público em geral, Presidentes de Junta, senhoras e senhores Presidentes de Junta, senhoras e senhores funcionários. Sobre estas três moções apresentadas pelo CDS, diria, teceria alguns comentários acerca disso. A primeira moção sobre o Arvoreda, eu diria que o Partido Socialista só se pode abster em relação a isso, porque não houve oportunidade de discutir. Eu acho que é um assunto sério esse Regulamento, e deveria ter tido a oportunidade de uma discussão séria nesta Assembleia, e seria sem dúvida alguma oportuno discutir esse assunto e fomentar essa discussão. Também considero que o senhor Deputado também poderia trazer esse assunto numa próxima Assembleia, e fazer com que dessa discussão nascesse, eventualmente, um bom Regulamento acerca do Arvoreda. Sobre a segunda moção que apresentou, que é sobre o voto de protesto da ULS, de uma forma encapotada, o pedido de demissão da ULS a todas as entidades, ou do Conselho de Administração, peço desculpa. Eu diria só três coisas: primeiro, trata-se de um projeto de relatório, não se trata de um relatório final, isso é bem explícito, apesar de ter falado como sendo um documento fechado e já concluído, é inevitavelmente um documento aberto, e que ainda está em discussão, primeiro aspeto muito importante. Segundo aspeto muito importante, refere-se a uma, a uma queixa de um médico a 12 de outubro de 2020, origem do processo é 12 de outubro de 2020. E tudo o que está relacionado, está relacionado anteriormente, reparem bem o que estamos a falar, é a deliberação, esta proposta de deliberação chegou a 11/12/2020, ou seja, este Conselho de Administração teve conhecimento um mês depois disto, um mês depois de ter tomado posse. Mas o senhor Deputado entende e a Assembleia entenderá o que fazer sobre isso, e o senhor Deputado está no seu direito de apresentar as propostas que bem entender, e da forma que entender, não pode é fugir à verdade. E estar a dizer que um documento que está relacionado com quase tudo para trás, vem agora pedir a demissão desta ULS, deste Conselho de Administração, parece-me obvio que haverá aqui alguns equívocos. Mas o senhor Deputado é soberano, e esta Assembleia são soberanas, para decidirem aquilo que entenderem acerca deste assunto e votar. Agora sobre a participação ao Ministério Público, oh senhor Deputado, não precisa de vir aqui aprovar absolutamente nada. O senhor Deputado, basta redigir qualquer tipo de participação ao Ministério Público, se achar pertinente, e se assim o entender, e queixar-se daquilo que tiver que se queixar e quem está sujeito e quem está nesses órgãos terão que responder sobre essas atitudes que tomam. Sobre o terceiro ponto, que me parece muito importante, evidentemente que, os dois assuntos estão relacionados, a questão da cedência do terreno do antigo matadouro e a questão da aprovação do Plano do Cabroeiro, estão relacionados, e não é por meras casualidades que eles estão a ser discutidos e estão a ser aprovados no tempo em que estamos, e no momento em que estamos, e os dois ao mesmo tempo. E é preciso fazer a ligação destes dois assuntos, porque eles estão relacionados inevitavelmente. Mas o PS acerca deste assunto, e através do senhor Vereador Manuel Simões, que hoje não pode estar presente por imperativos profissionais, ele fez-me chegar essa informação, não sei se também fez chegar à Presidente da Assembleia, mas não pode estar presente por isso. Ele na altura que foi a discussão em termos da Reunião de Câmara, foi apresentado um conjunto de questões que nos pareceram muito pertinentes, e que eu, e que nasceu da

discussão do Partido Socialista e que de alguma forma gostaria de aqui salientar. E a primeira questão é muito importante, o senhor Deputado Henrique Monteiro já falou nela, e é a seguinte: quantos operadores privados foram consultados para a realização em regime de direito de superfície situado no edifício do antigo matadouro? E esta é uma questão importante, é uma questão financeira importante para o Município, se foi só uma empresa contactada, e é aquilo que nós sabemos, se foi só uma empresa contactada, evidentemente, que o preço ficou diminuto em relação à discussão que poderia surgir se houvesse outros operadores. Outros operadores, que deveriam ter surgido na nossa própria cidade, tenho a certeza, eu diria quase absoluta, que os empresários da nossa cidade que pudessem ter concorrido à cedência deste terreno, teriam feito propostas, melhores propostas, tenho certeza que seria benéfico para a nossa cidade, muito mais rentável e também para o Município. Primeira questão. Não se esqueçam que estamos a falar de uma renda mensal de 940 euros e 16 cêntimos, isto significa, por exemplo em Lisboa, só para termos uma noção, um T3 ou um T4, tem uma renda superior a este valor, em termos comparativos. Qual é o portefólio da empresa? A empresa, o fundo foi criado, agora no ano passado em 2020, não tem portefólio. Esta empresa, é a mesma que está a ser investigada pela justiça de Bragança relacionada com o hospital privado? Isto é uma notícia que saiu no Público, penso eu que todos vocês tiveram acesso a isso, e é do conhecimento público, e do domínio público. A proposta virá ou não à Assembleia Municipal, oh senhor Presidente, ainda não percebemos? Eu acho que gostaríamos todos de estar esclarecidos, acerca disso. Ainda virá? Será para o próximo mandato? Não será? Pode explicar como é que um fundo constituído em finais de 2020 é merecedor de confiança, para ficar com a cedência do antigo matadouro para a construção de uma residência sénior, entre outras valências de saúde por 50 anos? Onde é que está a avaliação do imóvel? Foi uma avaliação independente? Como foi possível determinar este valor, 298 mil 238 e 55 cêntimos? Como pode a cedência de superfície manter o preço atual da renda, no final dos 50 anos, e como pode a autarquia realizar esta cedência do terreno, que pagará todas as bem feitorias que inclui lucros cessantes daqui, durante este tempo de vigência do contrato? Ou seja, para a Autarquia mantemos o valor que se mantém ao fim de 50 anos, e a renda mante-se esse valor. Para a entidade promotora e a entidade privada, então nós vamos dar todas as benesses, todas e mais algumas, lucros cessantes, benfeitorias realizadas e outras. Como pode, qual a diferença deste negócio com o anteriormente proposto e retirado pelo Presidente da Autarquia em junho de 2020, de forma subversiva, que incluía a construção do famigerado Centro de Exposições Transfronteiriço. Como pode o superficiário transmitir livremente, reparem bem, transmitir livremente, a titularidade do terreno a um terceiro, sem qualquer interferência da Câmara Municipal. Estas são as cláusulas que constam no contrato de cedência assinados pela Autarquia. Por último, o Executivo Camarário, assume inequivocamente a aposta nos serviços de saúde privados em detrimento do Serviço Nacional de Saúde? O Partido Socialista considera que esta discussão deveria ser realizada em três planos distintos. Só, um segundo senhor Presidente. Em três planos distintos, no plano do desenvolvimento, no plano da legalidade e no plano político. No plano de desenvolvimento, convém salientar que o Partido Socialista jamais, nunca se oporá a qualquer projeto que contribua para o progresso desta cidade, seja ele qual for. No entanto, consideramos que esta cedência de superfície tem efeitos lesivos para o património da Autarquia. O PS tem a obrigação de denunciar e informar todos os guardenses de mais um negócio ruinoso para a

Autarquia, em período eleitoral, denotando o desnorte típico de quem já assumiu a derrota eleitoral. No atual contexto de incerteza que vivemos são muitas as dúvidas que permanecem, no que diz respeito aos investimentos associados e à sua concretização, pelo que a discussão, caso existisse boa-fé, seria realizada após o ato eleitoral. Penso que todos estamos de acordo. Qual é a pressa de realizar este negócio? Qual é a pressa? Faz-me lembrar o famigerado secretário-geral que dizia qual era a pressa. No plano legal, subsistem igualmente muitas dúvidas em relação à questão da igualdade de oportunidades, uma vez que não foram consultados outros promotores que pudessem contribuir para a apresentação de outras soluções, e de outras condições, que poderiam revelar-se ou existirem mais ou menos favoráveis para o Município. Relembramos que a atual cedência de terreno não passa de um contrato leonino, que favorece de forma abusiva o parceiro da Autarquia com prejuízo para a Guarda e para os Guardenses. Este contrato, impõe vantagens excessivas ao parceiro em detrimento da outra parte, entenda-se Autarquia. No plano político, e aqui é muito importante esta parte, a não sujeição deste negócio à apreciação da Assembleia Municipal, de maioria PSD, pressupõe que o Presidente da Câmara já não está certo de que ainda a tenha, neste órgão municipal, a ampla maioria de apoio, que dispunha este projeto político no início da data da eleição. Vai sujeitar... esse sinal é para mim senhor Presidente? Para baixar? Ah, estava a dizer para eu ficar baixinho? Oh, senhor Presidente, já há bocado fez esse sinal para uma senhora que veio aqui falar livremente, para falar baixinho. O senhor Presidente tem que ter respeito pelas pessoas, eu estou no meu tempo, eu fui eleito, eu tenho o direito de falar aquilo que entender. O senhor Presidente não me manda falar baixinho, o senhor Presidente tem que compreender, peço desculpa. Mandou-me a mim, mandou àquela senhora, mas vai mandar toda a gente falar baixinho, nesta Assembleia senhor Presidente? É a pergunta que eu lhe coloco. Consegue encaixar as perguntas que se lhe possam fazer? A discussão que estamos a ter? Ou não consegue? Eu estou só a perguntar? Consegue senhor Presidente? Então terminaria com o seguinte: vem trazer à Assembleia Municipal esta proposta de cedência de terreno ou não? A não sujeição desta cedência a escrutínio desta Assembleia, só revela uma tentativa desesperada do senhor Presidente da Câmara, em querer mostrar trabalho político para as eleições, sem se preocupar e acautelar a necessária legalidade dos atos praticados pelo Município. O PS considera que esta cedência, atendendo ao seu valor financeiro, deveria de ser objeto de um amplo debate das forças vivas da cidade, com entidades privadas e outras, procurando assim defender os verdadeiros interesses da Guarda e dos Guardenses. Por fim, reiteramos mais uma vez que o PS não está contra este projeto, na sua essência, mas antes está contra o projeto que valoriza e ridiculariza o Serviço Nacional de Saúde e os seus profissionais. Assim sendo, por agora, e até à dissipação de todas as dúvidas alicerçadas nesta posição política aqui assumida, o Partido Socialista não está disponível para votar favoravelmente aquilo que quer que seja acerca da cedência deste terreno. Por último, como este assunto está relacionado com o ponto da discussão desta Assembleia Municipal, o Plano de Urbanização do Cabroeiro, o PS faz saber o seguinte: segundo a Carta de Ordenamento do PDM da Guarda, o terreno a ceder está em equipamento. Neste momento hoje e ainda, aquele terreno está como equipamento. Como todos podem observar e sabem que vamos discutir isso, no Plano de Urbanização do Cabroeiro, passa a área predominantemente de habitação coletiva. Assim, questiona-se o uso deste terreno, se é para um equipamento ou se será para construção de habitação coletiva? Por último, e como não

tinha abordado esse assunto, o Partido Socialista acerca do Porto Seco já emitiu a sua opinião, a prioridade é construir o Porto Seco onde são a concordância da linha da Beira Baixa e da Beira Alta, onde também está planificado, mais tarde ou mais cedo, um acesso que ligará a rotunda do *MacDonald* à Sequeira velha. Que poderá ser utilizada por camiões de grande porte, para fazer o transporte dessas matérias e desses bens que são transacionados pela linha do caminho de ferro. Muito obrigado, senhores Deputados.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Ricardo, já não tem tempo, o problema é esse. Eu, eu estou um pouco... Como, como? Não percebi. Eu não consigo ouvir.” -----

- **Deputado Ricardo Antunes (PS):** “O tempo não está a contar bem. Onde é que está o tempo total? Este tempo não está bem.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não, não. Calma, tudo bem, tudo bem. O problema é que eles puseram o contador a contar relativamente ao PS e não consigo saber... se falamos todos ao mesmo tempo não nos entendemos.” -----

- **Deputada Paula Ribas (PSD):** “Já pararam, já está correto.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “A senhora Deputada agora está lá na contagem dos tempos, é isso?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Vocês puseram o contador a zero? Podem por favor, deixar-me ouvir? Peço desculpa, eu não ouvi a primeira parte, estava sem micro. O que eu pergunto é, qual é o tempo que tem e que já falou o PS, até agora? (...) Certo. (...) Já gastaram o tempo, é isso? Muito bem. Peço desculpa. Tem depois o tempo no 2.1, não se esqueçam que têm tempo no 2.1 para falar também, quando entrarmos no período da Ordem do Dia. Tenho mais alguém para falar? Senhor Deputado Martinho, faz favor. Temos também o problema do PSD, do Grupo Parlamentar do PSD, porque falou o senhor Presidente da Junta, também, não faço ideia de quanto tempo falou. Também não contou o tempo do PSD? Também não sabem? Muito bem. Faz favor. Já acertamos isso.” -----

- **Deputado António Martinho (PSD):** “Ora bom dia a todos. Vou cumprimentar a senhora Presidente, e na qualidade da Senhora Presidente, sintam-se todos cumprimentados. Para tentar ser mais rápido...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Já agora, senhor Deputado, só mesmo na última Assembleia, vocês sabem as grelhas de tempo que têm, se poupassem nos cumprimentos, porque às vezes estão aí... sentimo-nos todos cumprimentados. Estamos todos cumprimentados. Aproveitem o tempo para falar.” -----

- **Deputado António Martinho (PSD):** “Ok, então é o seguinte, senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, dou-lhe os meus parabéns. Estamos aqui numa cidade do Interior, o senhor antigo Presidente da Assembleia Municipal falou do Interior, da falta de gente, da falta de tudo. E, nós aqui estamos a falar de investimentos, ou seja, quando nós aqui, pela lógica, seria não há, não há, não há. Aqui estamos a falar há, há, há. Há investimento do matadouro, de todos estes investimentos, que agora estivemos a falar, e então, aqui a questão é só, vamos lá ver, mandar poeira, vamos lá ver, limar arestas, tem a ver com as eleições que se avizinham, depois limar arestas, porque para tudo é preciso limar arestas. Mas está de parabéns, porque nós estamos a falar de investimentos feitos, portanto, o trabalho está a ser feito por si, e em princípio vai ganhar as próximas eleições e vai concretizá-los e pura e simplesmente, estes

investimentos que estão a ser bem encaminhados, vão ser concretizados. Por isso, os meus parabéns, porque vai haver investimento. Portanto, está no bom caminho, certo? Agora, falamos aqui tanto do matadouro, no matadouro, nós lembramos e ajudem-me, outros lembraram-se de outros investimentos que era para ali, era uma escola, Parque Escolar, já era os Bombeiros, lembram-se disso. Já no anterior mandato, se falava que havia uma empresa que ia ali fazer mais um supermercado, tudo estava certo. E agora? Porque estamos perto das eleições, ai, ai, ai, que está certo, está, e não está! Ou seja, gostei muito da intervenção do senhor Deputado Aires Dinis, quando ele diz, em Mirandela está lá a empresa a funcionar, tem lá uns problemazitos, quem os não tem. E a questão é, é grande, ó meu Deus! Então, mas é bem ou mal ser grande? É bem! Agora mais ainda, se é grande, e se diz que não há estacionamento, é uma questão de, se calhar, eles próprios o fazerem. Ou eles é que têm que fazer o estudo, porque o hospital é tão grande, que não cabem lá estacionamentos, eles certamente, olhe uma sugestão que eu dava à empresa, se calhar, já a terão! A sugestão que eu dava à empresa era fazer o que fez, vou fazer publicidade, a CEDIR! A CEDIR, toda a gente dizia que ali não dava para nada. Afinal deu o quê? Os milhares que ali gastaram, em estacionamento subterrâneo, que ali penso, que não vai ser preciso tanto, caso façam o estacionamento. Mais, o VIVACI, que agora mudou o nome, o VIVACI, os milhões que ali gastaram, a fazer o quê? Desaterro! Ali é muito mais fácil, portanto, não venham aqui com poeira, é ali que a empresa quer investir. Se tem alguns problemazinhos noutro lado, estarão resolvidos, agora mesmo com os problemazinhos que tem em Miranda, querem investir é aqui. Mais, foi aqui falado quais são as valências que tem. Se, esta empresa que aqui quer investir, se não tem todas as valências, sugestão a outros que façam outro hospital, com as valências que ali não estão. Como é? Queremos ou não queremos? E, mais está aqui outro candidato da Castanheira, eu acho que ele estará de acordo comigo, se não quiserem este hospital ali, nós queremos-lo na Castanheira. Acho que ele também quer. A falar a sério. Se não o quiserem aqui, nós queremos-lo na Castanheira, porque é uma empresa que pura e simplesmente, é uma parte positiva. Se me dissessem que é para prejudicar o Ambiente, qualquer coisa, mas não é! Portanto, ainda mais, se ali quer investir esta empresa, e não sabem muito bem os contornos, o senhor Presidente, também já cedeu terrenos, no antigo campo de futebol do Mileu, também deu à empresa, fez bem! Ali, faz bem. E a seguir, se vier outra, eu acredito piamente, não falei com ele, não sabe que eu estou aqui, mas acredito que o senhor Presidente, que o Executivo, arranja instalações para outra e para outra e para outra, certo? E tenho mais a falar daqui a pouco.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Aragão, faz favor.” -----

- **Deputado Luís Aragão (PSD):** “Bom dia. Em relação a esta proposta do CDS sobre o Regulamento Municipal do Arvoredado da Guarda, efetivamente, a razão quando dizem que já entregaram por três vezes, esta é a terceira, duas vezes uma proposta à Câmara e não têm nenhum *feedback*, é pena que não tenha havido esse *feedback*. Mas do conhecimento que eu tenho, estão a elaborar um Regulamento e estão a fazer o levantamento do que existe, pelo que o Grupo Municipal do PSD, vai votar contra e vai dar o espaço para a Câmara o poder fazer. Portanto, era só para dizer isso. Obrigado.” -

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Pedro Nobre, faz favor.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Ora então bom dia a todos e a todas. Eu venho aqui falar das outras duas moções apresentadas pelo CDS/PP, e tecer também alguns comentários sobre aquilo que foi dito sobre as mesmas. Em primeiro lugar, não acho mal a apresentação desta moção relativamente à falta de qualidade na prestação de cuidados de saúde. Eu próprio conheço alguém, cuja filha precisava de uma consulta de oftalmologia e na altura o tempo de espera era de três anos, estamos a falar de uma criança de nove anos. Portanto, vejam que consequências é que isso poderá trazer na saúde dessa criança. Que, entretanto, lá se resolveu o problema e a menina já está tratada, mas não foi no hospital da Guarda. No entanto, e pese esta situação pertinente, o relatório, ele próprio, faz um determinado número de propostas ou de sugestões à ULS da Guarda. Aquilo que eu, aquilo que o grupo parlamentar do PSD considera é que temos que dar esse prazo para que a ULS da Guarda consiga resolver ou concretizar essas medidas que lhe estão sugeridas. O senhor vai-me dizer que já tiveram tempo de mais para o resolver, acredito que sim, mas quando se lançam concursos onde a própria ULS pede 47 médicos, ou 43 e lhe são atribuídos 7, não sei se nessas valências estaria oftalmologia, eu julgo que sim, era uma forma de tentar minimizar esse problema. De maneira que, com tudo isto, não quer dizer que estamos contra esta moção, não quer dizer que estamos contra a Administração da ULS, mas o problema existe. No entanto, decidimos que nos vamos abster relativamente a esta moção. A moção que foi transformada em recomendação, já vai requerer um bocadinho mais do meu tempo. Alguns saberão, mas eu de facto ainda sou do tempo, porque cresci no Bairro da Luz, em que aquilo ainda era o matadouro, e era naquele terreno onde agora há ratos e cobras, que eram enterradas as vísceras e os restos das carcaças do matadouro. Ou seja, aquele terreno por ali estará uma lástima, parece-me a mim. E é uma lástima que ali está há 30 anos, e em 30 anos não houve, senhor Deputado Monteirinho, nenhuma empresa da Guarda, que eu saiba, que se tenha apresentado à Câmara Municipal, como outras o fizeram, para ali querer ou construir alguma coisa. Se eu estiver enganado, corrijam-me se faz favor, mas eu não tenho conhecimento disso. Se aparece alguém que quer ali fazer alguma coisa, mal estaria o Executivo, este ou qualquer outro, se não pegasse nessa oportunidade e a concretizasse. Isto acho que é *a la palice*, eu não vejo onde é que aqui está o problema, agora o que é que o PS queria que se fizesse? Que a Câmara Municipal da Guarda, pegasse num edital não sei do quê e mandasse a todas as entidades que têm a ver com saúde a nível nacional e já agora também, internacional, para saber se ali queriam fazer um hospital ou não. Mau, então, mas não estamos a inverter aqui o bico ao prego? Então se eu sou empresário, se estou dentro da área da saúde e quero desenvolver alguma coisa na Guarda tenho que ir à Câmara obviamente, saber quais são as possibilidades, a Câmara pega nas possibilidades que tem, olhe tenho esta, esta, e esta, veja lá qual é que quer? Quero esta! Não vejo onde é que aqui está o problema. Ainda mais se existem entidades relacionadas com a saúde na Guarda, que estão a fazer investimentos avultados noutra área da cidade, se quisessem lá ter construído de certeza que a recetividade deste Município iria ser rigorosamente a mesma a esta outra entidade que quer para cá vir, digo eu. Mas eu acho que isto é tão óbvio. Agora, outra situação, a mim custa-me ouvir algumas coisas. Como por exemplo, esta situação ridiculariza o SNS em proveito de particulares? Mas alguém desta cidade tem concordado com o facto de por um dedo partido de uma criança, ter que ir ser tratado para outra cidade, porque o nosso hospital não tem capacidade de resposta? Mas alguém concorda com o facto de no hospital da Guarda a cardiologia tem 182

peessoas à espera, 1327 dias para uma consulta, mas isto é normal? Depois dizem-me que não sabem quais é que são as valências do novo hospital? Cardiologia. Cardiologia, ou seja, é assim estudem por favor, estudem por favor, os documentos dos dois lados e percebam se efetivamente é uma mais-valia ou se não é uma mais-valia. E é uma complementaridade que o próprio Governo dá, onde várias vezes atribui cheques de saúde, para as pessoas irem ser tratadas para clínicas privadas, por forma a ser mais rápido o seu tratamento, é uma complementaridade, não é uma concorrência. Não é aquilo a que chamaram de ridicularizar, nada disso, o que este Executivo quer, o que todos nós queremos é um grande hospital do Serviço Nacional de Saúde na Guarda, grande! Sem perder nenhuma valência das que já lá tem, repito, sem perder nenhuma valência das que já lá tem. Porque isso é andar de cavalo para burro, falando português incorreto se calhar, mas como nós somos. Agora estar a dizer que não, porque a empresa tem iniciativa de vir cá ter connosco e querer construir uma coisa a resolver o problema que é uma espécie de cancro exatamente que ali está, há 30 anos, e nós dizemos que não. Porque não perguntamos ao hospital da Luz, ao hospital não sei do quê, se queriam para cá vir ou não. Se quisessem para cá vir, e também tenho conhecimento de um ou outro que até pensou vir para cá, mas depois num determinado estudo achou que se calhar não iam ganhar tanto dinheiro como eles ambicionavam ganhar. Agora a iniciativa privada pega numa falha existente no hospital da Guarda, para gerar negócio, para criar, de acordo com o que aqui está 180 postos de trabalho. E nós vamos dizer que não, porque não perguntámos à CUF se queria vir para cá ou não. Se a CUF não está cá, é porque não quer vir para cá, de certeza absoluta, estão a perceber? Mas, entretanto, nós não achamos mal nenhum, que nós próprios ou os nossos familiares se metam no carro e vão ser tratados na CUF de Viseu, porque lá está bem, agora ser tratado no hospital privado cá na Guarda, é pá, não! Eu sinceramente, não posso concordar com estas atitudes, nem com estas posturas que eu acho que são perfeitamente erradas, pronto, erradas. A avaliação do imóvel, eu acho que faz parte das contas do Executivo, se calhar era melhor também olhar um bocado ao passivo ao ativo, à imobilidade e não sei o quê, há de lá estar o valor deste terreno também, portanto está avaliado. Detrimento do Serviço Nacional de Saúde em relação ao privado, eu aqui já falei, nem vou voltar a falar. Agora, relativamente à pressa de realizar o negócio, quem está no mundo dos negócios sabe que as oportunidades surgem no momento, e têm que ser feitas na hora, se calhar também podíamos falar qual é que foi a urgência em se ter vendido o hotel Turismo na altura em que foi vendido, que foi também precisamente, na véspera de umas eleições Autárquicas. Portanto, quem prega São Tomás, faz o que ele diz, e não que ele faz. De maneira que...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem, senhor Deputado. Vamos passar, então, à votação das duas moções, a recomendação não é votada.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Regulamento Municipal do Arvoredo** -----

- Rejeitada, com 35 votos contra, 26 abstenções e 5 votos a favor. -----

----- **Resultado da votação do Voto de Protesto** -----

----- **Falta de Qualidade na Prestação de Cuidados de Saúde na ULS da Guarda** -----

- Rejeitada, com 10 votos contra, 52 abstenções e 4 votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Temos a recomendação, a recomendação não é votada. Sim? Uma declaração de voto, faz favor senhor Deputado.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Obrigado, senhora Presidente. Bom, a cidade, este Concelho, eu espero que as decisões que são tomadas nesta Assembleia, tenham eco neste Concelho, e que cheguem ao conhecimento das pessoas deste Concelho, para perceberem que, efetivamente, os debates que se andam a fazer sobre os problemas da saúde, são meras ações de cosmética de tempo de campanha. Porque, efetivamente, os representantes do povo, aqui decidiram que está tudo bem. Eu não entendo o voto do PSD, de se abster, a não ser que, efetivamente, ainda sinta responsabilidades do tempo em que esteve a gerir a ULS. E este Conselho de Administração, e eu digo ao Deputado Monteirinho, não é um pedido de demissão encapotado que nós trouxemos aqui, é um pedido de demissão claro e explícito. A atual Administração já teve tempo, se os erros foram cometidos na anterior Administração, que também era do Partido Socialista, que integrava muitos dos elementos da atual Administração, já teve tempo, mais do que suficiente para corrigir as distorções que existem no funcionamento deste hospital. E, elas foram aqui elencadas algumas. E, eu posso referir, também, aqui um caso concreto de uma tia minha, com 99 anos, que chega ao hospital, na última semana de julho com um pé partido e é encaminhada para Viseu, porque, efetivamente, aqui não há cuidados de saúde de Ortopedia. Respondam por isto! Respondam! Todos! Todos! E respondam perante os vossos concidadãos, que estão lá fora, que não podem aqui estar. Que não têm o braço atado ao cordel, para quando alguém puxa, levantarem o braço, ou não levantarem. Votem em consciência! Não votem por cor política! Relativamente ao Arvoreda, não foi por falta de esforço do CDS, que o Regulamento não deixou de ser debatido de forma alargada. É a terceira vez que aqui vem, depois também não venham manifestar-se muito preocupados com as questões ambientais, porque isso é apenas música de ouvido, para tempo de campanha. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Temos agora a moção do...Declaração de voto, também? Senhor Deputado Aires Diniz. O Aires Diniz está primeiro, também quer declaração de voto? Sim, senhor Deputado, faz favor.”

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Em relação a esta moção, é assim, este Conselho de Administração é o sucessor do anterior e assim nós sentimos que os Conselhos de Administração da ULS, não têm capacidade de dialogar com o Poder Central, de tal modo, que temos aqui problemas de falta de médicos. É o Poder Central que decidiu! E recorrendo às teorias do meu amigo Carvalho Rodrigues, há aqui cinco Concelhos que comem tudo e não deixam nada para nós. E, portanto, há aqui uma situação que é a questão do cancro, do cancro que vai comendo o País. Portanto, e quando nós falamos de desertificação, o Carvalho Rodrigues falou de desertificação, quando eu falo em desertificação, há sempre gente que diz que é despovoamento, mas o que é certo é que a nossa Região vai sendo, digo assim, depauperada pelo Poder Central, que decide não vir para aqui os médicos, porque, provavelmente quer que os médicos vão para outro sítio qualquer. Claro que depois a gente, com alguma alegria, sabe que o Conselho de Administração atual consegue alguns médicos, que o Poder Central não deu, ou os médicos que aparecem por cá por iniciativa pessoal e propõe-se a trabalhar. Eu claro que, em relação ao hospital da Guarda, só tenho a dizer bem, porque a minha mãe esteve doente há três anos, e safou-se. A minha mãe partiu uma perna há seis anos e

ficou bem. O meu filho que é Ortopedista, veio na altura e viu as condições de trabalho da Ortopedia e disse que estava bem. Agora que haja falhas de governação do Conselho de Administração da ULS da Guarda, com certeza que há. Todos nós sabemos que há falhas, mas o que é certo é que essas falhas, não podem ser assacadas ao Conselho de Administração. São assacadas ao Poder Central que não dá as condições necessárias ao Serviço Nacional de Saúde, em particular ao Serviço Nacional de Saúde que está na nossa cidade e no nosso Distrito, para que possa funcionar como deve ser. E é por causa disso, que eu me absteve, porque acho que os inimigos da Guarda não são o Conselho de Administração, é noutro lado qualquer, que lá estão os inimigos que não deixam isto funcionar como deve ser. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado Rui Ribeiro.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Bom dia senhora Presidente, restantes membros da mesa, senhor Presidente da Câmara, restantes Vereadores, senhoras e senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, órgãos de comunicação social, funcionários da Autarquia e público aqui presente. A título de declaração de voto, sobre a questão da moção relativamente à saúde e à ULS, eu creio que não haverá aqui nenhum Deputado que não esteja cem por cento empenhado em saber o que é que acontece na ULS e em que os problemas que padece a ULS, sejam resolvidos. Não acredito que não haja um. Temos acompanhado, do nosso lado, e acredito que também nas restantes bancadas, a situação da ULS, nas matérias em que é deficitária, nomeadamente, na Oftalmologia, mas também noutras. E até de questões que já vêm muito de trás, como por exemplo, a Pediatria, e que hoje, enfim, a situação é muito diferente daquela que era há alguns anos atrás. E, portanto, esse foi um caminho que teve que ser feito. Portanto, não se opera, não se faz uma operação a um doente com um cutelo. Os instrumentos que usamos têm que ser adequados aos fins, têm que ser proporcionais. E esta moção que o CDS nos trouxe, não é uma moção proporcional. Nós percebemos todos, creio eu, nos moldes em que esta moção foi apresentada, embora acompanhem a parte inicial de toda a sustentação e acompanhem na preocupação, mas os moldes em que ela termina, é uma tentativa apenas de criar um facto político *à dominè*. Todos sabemos, todos percebemos isso, e, portanto, foi por esse motivo que eu votei contra. Obrigado.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Ricardo, faz favor.” -----

- **Deputado Ricardo Antunes (PS):** “Boa tarde a todos os presentes. Passar a imagem de que todas as pessoas que votaram contra esta moção, estão a favor da situação da saúde no País é extremamente errada. Eu, vou explicar porquê, é que já foi discutido aqui muito, mas ainda não se levantaram aqui questões essenciais, que é o seguinte: então, pelos vistos, o objetivo é apostar na saúde privada. Várias vezes foi criticado aqui pelo senhor Presidente, que a Câmara não se devia meter nos negócios privados, mas pelos vistos, está-se a meter, porque acaba por estar a disponibilizar terrenos a uma entidade com fins lucrativos, para explorar a saúde na nossa cidade. E a minha questão é, questionam efetivamente, a questão da ULS, está na situação que está, pergunto, a resposta passa por uma resposta privada? Já alguém levantou aqui a questão se há ou não, serviços, equipamentos que estão indisponíveis no hospital público, porque há interesses privados que assim esteja? Quando dizem aqui, muito bem, houve crianças que estavam três anos há espera de uma consulta, e que conseguiram depois ter uma

resposta no privado, a minha pergunta é, e se a família não tiver dinheiro para ela ter essa resposta no privado? Vai ficar três anos à espera? Não, vamos de vez em quando dar uns chequezinhos, distribuir uns chequezinhos, para ir distribuir a verba para o privado. Se calhar as pessoas que estão nesta Assembleia, deviam era estar preocupadas, em que todas as pessoas, independentemente, da sua condição socioeconómica, tenham acesso à saúde. Não me parece a mim, que a vinda de um hospital privado, para mim não é um hospital, passará por um lar privado. E a minha questão é, se todas as empresas privadas, que queiram abrir um lar com fins lucrativos, podem ter um terreno disponível na cidade? Já nem vou para as entidades sem fins lucrativos. Que se calhar aqui, com algumas especialidades que até sejam financeiramente viáveis, porque se não forem viáveis, empurra como sempre, e todos nós sabemos para o público. Porque a minha pergunta é, todos vocês defendem esse modelo, quando tiverem um problema de saúde grave, em que não seja, se calhar, viável financeiramente, ou o vosso seguro não o cubra, eu quero ver onde é que vocês se vão todos tratar. E a minha questão aqui é, então como representantes e muito bem diz, estamos aqui para quê? Para defender os interesses de entidades com fins lucrativos, que querem tirar o lucro da saúde, ou devemo-nos juntar e estar ao lado das entidades públicas que defendem, independentemente, do seu estado socioeconómico, o acesso à saúde? É que a mim não é uma resposta, se temos um serviço com três anos de espera, abramos um hospital privado, tens seguro vais, tens dinheiro vais, não tens esperas como os outros. Ou então, aguardas por um chequezinho de vez em quando.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Declaração de voto também? Senhor Deputado Pedro Nobre.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Não senhora Presidente, não é uma declaração de voto. É uma questão que eu lhe vou fazer diretamente, porque esta moção apresentada pelo CDS, visa especificamente, o Conselho de Administração da ULS, nós temos aqui um Deputado que é elemento da Administração da ULS. Eu julgo que votou, mas eu não sei se deveria ter votado! Porque estava a votar em causa própria. Portanto, é só uma questão que eu levanto, que eu acho que é formal, mas que acho que é pertinente também, porque estar a votar em causa própria, não me parece que seja muito normal, vá lá!” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Penso que o senhor Deputado Monteiro, não está aqui enquanto vogal da ULS, mas sim enquanto Deputado Municipal. E, confusão de papéis, senhor Deputado, é a coisa que mais grassa por aí, por isso...para além de que a votação do senhor Deputado, não influenciou o resultado final da votação. Senhor Deputado...oh senhor Deputado, não lhe dou a palavra senhor Deputado, escusa de vir que não lhe dou! Ninguém ofendeu a sua honra, tenha paciência! Mais ninguém para intervir? Senhor Deputado! Não lhe dou a palavra! Para defesa da honra, não dou! Passamos à frente. Temos agora a apresentação da moção do grupo Municipal do PSD, que penso que já toda a gente tem o documento, que foi distribuído, penso eu. Senhora Deputada Dulcineia Catarina, faz favor.” -----

- **Deputada Dulcineia Coito (PSD):** “Bom dia a todos. Vou seguir o conselho e a recomendação da senhora Presidente, sintam-se todos cumprimentados. E, senhora Presidente, desculpe o atraso na apresentação desta moção, surgiu de última hora, mas eu acho que é pertinente, e é um assunto que vai gerar controvérsia, certamente. Trata-se de um voto de congratulação pela constituição da EUROCIDADE PORTA DA EUROPA.

Dada a posição geoestratégica da Guarda naquele que é o eixo de ligação à Europa e à sua proximidade àquela que é também, a principal e mais antiga fronteira da Europa, refiro-me à de Vilar Formoso e Fuentes de Oñoro...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Desculpe senhora Deputada. Agora não conta, porque é a leitura do documento.” -----

- **Deputada Dulcineia Coito (PSD):** “Obrigada senhora Presidente. Sendo, por isso, a Guarda uma cidade fronteiriça, que no desenrolar da sua história contemporânea tem reconhecido os benefícios do estreitar de laços cooperativos e transfronteiriços; Sabendo que o Município da Guarda valoriza também essa cooperação transfronteiriça e a implementação de projetos comuns com parceiros espanhóis; Estando reconhecida a necessidade de tal cooperação no sentido de se firmarem os principais preceitos orientadores duma Europa unida e coesa; Sendo também comum a realidade de ambos lados da raia, no que toca aos problemas demográficos, sociais e económicos e à necessidade emergente de políticas públicas que conduzam a mudanças estruturais naquilo que é a gestão territorial; Também, tendo a nossa cidade sido palco da Cimeira Ibérica no passado ano de 2020, onde se desenrolaram e debateram as prioridades para a cooperação entre Portugal e Espanha, essencialmente, e faço uso das palavras do Primeiro Ministro de Portugal, numa “nova centralidade neste mercado ibérico” e no alinhamento entre os Planos de Recuperação e resiliência de ambos países para serem cumpridos tais desideratos; Por tudo isto, e tendo conhecimento dos recentes trabalhos com vista à constituição da EUROCIDADE PORTA DA EUROPA, conduzidos pelo Município de Almeida, pela Junta de Freguesia de Vilar Formoso, pelo Ayuntamiento de Fuentes de Oñoro e pelo Ayuntamiento de Ciudad Rodrigo. Vem a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a nove de setembro de 2021, aprovar um voto de congratulação e apoio à constituição do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial designado, como já tinha dito, EUROCIDADE PORTA DA EUROPA. Associando-se ainda na defesa da valorização desta região da raia, subscrevendo as melhores intenções decorrentes dos seus estatutos e das intenções de ambos Governos, Portugal e Espanha, nomeadamente na prossecução da Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço, que visa dar prioridade ao apoio às comunidades que vivem na região, através da atração de investimento público que venha a cumprir tais desígnios. Delibera ainda que seja dado conhecimento de tal voto de congratulação e apoio aos órgãos supracitados e principais dinamizadores da Eurocidade: Município de Almeida, Junta de Freguesia de Vilar Formoso, Ayuntamiento de Fuentes de Oñoro e Ayuntamiento de Ciudad Rodrigo. Acrescentamos ainda, a Senhora Secretária de Estado da Valorização do Interior e a Senhora Ministra da Coesão Territorial. Muito obrigada, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Alguma nota sobre isto? Passamos à votação. Muito bem.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

-----**Voto de Congratulação Pela Constituição da Eurocidade Porta da Europa**-----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e um votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu ia sugerir agora que interrompêssemos aqui, para o almoço, porque é uma hora da tarde, e regressávamos duas e meia em ponto, pode ser? E continuamos. Duas e um quarto para começar às duas e meia, e iniciávamos os trabalhos, para depois não prolongarmos demasiado. Muito obrigada, bom almoço para todos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Peço-vos por favor que se sentem, para podermos contar. Os senhores Deputados que estão lá em cima, podem sentar-se, por favor? Senhor Deputado e o senhor do público. Podem falar depois. Muito bem, temos quórum, por isso, podemos iniciar a sessão. Entramos nas inscrições que aqui tenho para falar. Senhor Deputado António Júlio, faz favor.” -----

- **Deputado António Júlio (PSD):** “Boa tarde, cumprimentar a excelentíssima senhora Presidente da mesa e na sua pessoa cumprimentar todos os presentes, os que estão nesta sala e fora dela, e dar-lhe, antes de mais, os parabéns da maneira como deu início a esta Assembleia. Demonstra, de facto, a forma como sempre tem pautado a Presidência destas Assembleias Municipais.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada.” -----

- **Deputado António Júlio (PSD):** “Quero começar esta comunicação, afirmando que o setor privado, é absolutamente necessário e imprescindível, para o desenvolvimento da cidade e do Concelho da Guarda. Possibilitando o aumento dos postos de trabalho e a fixação de novos quadros jovens, diferenciados, indispensáveis ao futuro do Interior do País, numa zona como a nossa, de população envelhecida. Os Executivos Municipais, sejam eles quais forem, devem apostar fortemente, no apoio às empresas, já sediadas no Concelho da Guarda, e no incentivo a que novas empresas aqui se possam fixar. É, todavia, obrigatório, que em qualquer contrato ou parceria, entre o Município da Guarda e empresas de setor privado, sejam escrupulosamente, respeitados dois princípios que reputamos sagrados. O princípio da transparência e o princípio da igualdade de oportunidades. O cumprimento destes princípios obtém-se com a realização de concurso público, com regras e cláusulas claras, dando a mesma oportunidade de concorrer a todas as empresas locais e não locais e escolhendo aquela que ofereça as melhores condições para a entidade pública, neste caso o Município da Guarda, e em consequência para os seus munícipes. Seremos sempre, por isso, a favor da iniciativa privada, do desenvolvimento da Guarda, da criação de postos de trabalho. Somos e seremos sempre, contra qualquer opacidade e falta de transparência dos negócios que envolvam bens públicos e dinheiro dos contribuintes. É, por isso, que entendemos que a proposta do Presidente da Câmara Municipal da Guarda número 571/2021, votada na reunião da Câmara Municipal de 23 de agosto de 2021, que diz respeito à constituição do direito de superfície que incide sobre os terrenos conhecidos como antigo matadouro da Guarda, e respetivo memorando e minuta de escritura, aprovada apenas, apenas, pelo Presidente da Câmara em substituição, e dois Vereadores da mesma área política, e com o voto contra de dois Vereadores, entre os quais, o do Vereador Sérgio Costa, viola, clara e frontalmente, os dois princípios atrás enunciados, da transparência e de igualdade de oportunidades. Depois, a escolha das duas entidades privadas, contraentes, o fundo MediaCapital e o Hospital Terra Quente

S.A, contra os quais, nada temos contra. Não foi objeto de qualquer concurso público, ignorando-se, completamente, como foram escolhidas em detrimento e prejuízo de outras empresas do setor privado incluindo as sediadas no Concelho da Guarda, que eventualmente, poderiam ser parceiras no contrato, e até, talvez, oferecer melhores condições do que aquelas que constam no memorando, e na conseqüente constituição do direito de superfície. A escolha das duas entidades privadas, sem concurso público, que poderão transmitir a sua posição a uma terceira entidade, completamente desconhecida, e numa leitura mais cuidada, ainda a uma outra quarta entidade, sem qualquer intervenção do Município, consubstancia uma violação gravíssima dos princípios da transparência e da igualdade de oportunidades. Que, em circunstância alguma, podemos aceitar como cidadãos da Guarda, violação esta, que publicamente, repudiamos e que entendemos dever ser objeto de análise pelos cidadãos do Concelho da Guarda, e pelas entidades competentes. Por tudo isto, gostaríamos que o senhor Presidente da Câmara, respondesse às seguintes questões: foi feita alguma auscultação do mercado para saber se haveria empresas locais ou outras, que possam estar interessadas neste negócio? Porque é que não foi aberto concurso público, para que todos os interessados pudessem concorrer em igualdade de circunstâncias? Como é que surgem estas duas entidades? E, porquê, estas duas empresas, e não outras? Terá sido, foi o senhor Presidente da Câmara, que as contactou para oferecer o negócio? Ou foram as empresas que contactaram o Município? Verificamos, na referida proposta e documentos que a instruem, que o preço fixado para o negócio será de 11 mil 281 euros e 86 cêntimos por ano, ou seja, 940 euros e 16 cêntimos, mês. Valor este inalterável durante os cinquenta anos da duração do contrato e das suas sucessivas prorrogações, ou seja, é impossível mexer neste valor. Como é que se chegou a este valor, acordado do negócio. E, sabemos se há outros possíveis interessados, que estejam disponíveis para pagar valor superior ao que consta da proposta apresentada? Ou será que este valor, foi acordado propositadamente, para fugir ao controlo da Assembleia Municipal, onde o contrato teria, obrigatoriamente, que ir se o valor fosse superior. Convém recordar aqui, o que aconteceu no CET, que já aquando da tentativa da aprovação da constituição do Centro de Exposições Transfronteiriço, o senhor Presidente da Câmara, abanava a bandeira de um grande Hospital Privado associado a esse negócio, também ele muito pouco claro e mal explicado. Foi a Guarda e esta Assembleia Municipal, que questionaram a falta de transparência do negócio levando a que os Vereadores do Executivo, que acompanham o senhor Presidente da Câmara, o pressionassem, obrigando-o a retirar essa proposta da Reunião de Câmara. Estamos a falar do mesmo hospital? Certamente, estamos a falar dos mesmos interesses. Será caso para dizer que o que não passa à primeira, passará à segunda? Fala também o senhor Presidente em cento e oitenta postos de trabalho no tal Hospital e trinta no tal Lar, mas diga-nos senhor Presidente, cuidou de saber se haveria outras empresas que garantissem mais postos de trabalho, do que estes? Poderia ou não, haver outras empresas que para o mesmo negócio contratassem mais pessoas do que estas? E, mais, que garantias tem o senhor Presidente que estes postos serão, efetivamente, criados? Cuidou de assegurar isso de alguma forma, no processo negocial? E, uma última pergunta, quem elaborou as minutas do memorando e do contrato de constituição do direito de superfície? Foram os serviços jurídicos da Câmara? Ou terão sido as próprias empresas que o entregaram? Permitam-me ainda, mais uma questão, a construção do suposto Hospital nos terrenos do matadouro, é possível porque o uso do solo se destina à construção de

equipamentos/serviços. Como é que então explica, que no Plano de Urbanização do Cabroeiro, e que vem hoje, curiosamente, à aprovação desta Assembleia Municipal, se esteja a alterar, precisamente o uso do solo destes terrenos, para os destinar a habitação coletiva? Como construir, então, neste espaço, um suposto Hospital? Conseguir explicar de forma que os cidadãos da Guarda, entendam, por favor? Ou será legítimo associar esta alteração à cláusula oitava do contrato de constituição do direito de superfície, podendo estar aqui um brilhante investimento para um negócio ruinoso para os cofres do Município? É que prevendo esta cláusula oitava, a indemnização a pagar pelo Município às empresas detentoras do direito de superfície, no valor correspondente aos lucros cessantes, pela duração do prazo inicial do contrato, ou seja cinquenta anos, estamos por isso a falar de um valor astronómico, caso haja uma reconversão urbanística, coisa que o Plano de Urbanização do Cabroeiro fez. Leva-nos a pensar que tudo está interligado. Consideramos esta situação gravíssima, por entendermos poder estar em causa a existência, para o Município da Guarda, de enormes prejuízos reais e de outros que, eventuais, poderão fácil e rapidamente transformar-se em efetivos, para além da existência de cláusulas contraditórias e ilegais, que deixamos para outra (...).E, por isso, gostaríamos que o senhor Presidente explicasse aos cidadãos da Guarda, e está por isso no sítio certo para o fazer. Já agora, só a talho de foice, falou-se aqui há pouco...queria acrescentar só aqui uma coisa, que aquele espaço há 30 anos que está devoluto, sujo, onde há ratos e cobras. Eu faço uma pergunta, durante esses 30 anos, o que é que a Câmara, a Junta de Freguesia, fizeram para limpar esse espaço? Obrigado.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Presidente de Junta, faz favor, José Gonçalves. Quer-se inscrever Pedro, também? Faz favor.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Senhora Presidente, é assim, quem me antecedeu, falou aqui no somos e defendemos e não sei quê. A direção do grupo parlamentar do PSD, não inscreveu o Deputado António Júlio para poder falar. E, não se revê, minimamente, nas palavras que acabou de proferir. A verdade é que, o tempo que teve, foi descontado no nosso grupo. Cada Deputado tem determinado tempo para falar e falar o que quiser, na primeira pessoa. Portanto, eu julgo que será de bom senso, que esse tempo seja retomado ao grupo parlamentar do PSD, e seja descontado, especificamente, no senhor Deputado, atendendo àquilo que acabei de dizer.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. O esclarecimento ao ponto de ordem. Que eu saiba, não tem que ser, necessariamente, a direção do grupo parlamentar a indicar as pessoas que querem falar. Todos os Deputados de *per si*, podem-se inscrever para falar. Depois, que eu saiba ou pelo menos não tenho conhecimento, não me chegou à Assembleia, nem aos serviços administrativos que acompanham à Assembleia, qualquer saída de algum elemento do grupo parlamentar. Ou a direção do grupo parlamentar retirou a confiança a algum dos elementos? E não deu conhecimento à mesa? -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “É um problema interno.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não, desculpe! Desculpe, não é problema interno. A partir do momento em que o senhor líder parlamentar questiona os tempos

do grupo parlamentar, a mesa da Assembleia tem que ter conhecimento se os Deputados saíram! E, se saíram, passam a ter tempo autónomo! O que é certo é que não chegou à direção desta mesa. Se não chegou, estão integrados no grupo, mas também não seja por falta de tempo! Temos muito tempo! Hoje é a última Assembleia, toda a gente pode falar, por isso, não é por aí. Clarificada a questão. Mais alguém se quer inscrever para falar? Muito bem. Senhor Presidente de Junta, faz favor.” -----

- **José Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Santana da Azinha (PSD)** : “Boa tarde a todos. Estamos na última Assembleia, a dezassete dias das eleições Autárquicas. Tenho denunciado neste espaço, o não cumprimento de promessas eleitorais, obras por concluir, outras por resolver, ofícios aos quais não se dá resposta. Demonstrei aqui, a sua falta de equidade..., foi-se embora?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia**: “Eu não posso aprisionar o senhor Presidente da Câmara à cadeira! Ele sai quando vocês falam! É responsabilidade dele! Sim? -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):**“(...)” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia**: “Não, mas neste espaço, cada Deputado faz a sua intervenção. O senhor Deputado faz a sua, sobre o tema que quiser...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):**“(...)” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia**: “Não, não. Eu disse que estamos no período Antes da Ordem do Dia, foi o que eu disse. Porque a votação dos documentos terminou, no período antes de almoço.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):**“(...)” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia**: “Não, mas é que o senhor Presidente, só fala depois de vocês todos falarem. Ele não vai falando, não há aqui diálogo.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):**“(...)” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia**: “Sobre o tema anterior?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):**“(...)” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia**: “Pronto, então mas fazemos assim, o senhor Presidente termina e depois já fala, está bem? Faz favor, senhor Presidente de Junta. Faz favor. Se não quiser falar sem a presença do senhor Presidente, dê a vez...” -

- **José Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Santana da Azinha (PSD)**: “Eu gostaria que ele ouvisse, não é? Como Presidente, tem que dar respostas.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “O senhor está inscrito, fala. Quem está, está. Quem não está, assume as consequências de não estar. É as regras.” -----

- **José Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Santana da Azinha (PSD):** “É o normal.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Está o senhor Vice-Presidente e o restante Executivo. Suponho que o Executivo, ainda seja uma equipa! Portanto, ouvem os outros!” -----

- **José Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Santana da Azinha (PSD):** “Pressupõe-se. Demonstrei aqui a falta de equidade, apresentei...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Faz favor, senhor Deputado, faz favor.” -

- **José Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Santana da Azinha (PSD):** “Apresentei nesta Assembleia, as suas mentiras, evidenciei a sua incapacidade para dar resposta aos problemas da minha Freguesia. Relembro-lhe os ofícios, o doze de 2017 - 3 de julho, a sinalização vertical nas Municipais, não há qualquer resposta sobre isso, é de 2017. O treze de 2017, também de 3 de julho, as lombas da escola e na Capela, não há nada. O vinte e dois de 2017 - 4 de setembro, a plataforma da paragem junto da paragem dos autocarros. O nove de 2018 -16 de abril, medidas do apoio técnico. O catorze de 2019, a 21 de maio, as tais famosas cinco obras. O vinte e cinco de 2019, de 27 de outubro, o muro da moita. O três de 2020 - de 11 de maio, o saneamento. E sobre o saneamento relembro, foi promessa eleitoral. O seis de 2020 - de 28 de julho, a pavimentação na Municipal 546. O senhor Presidente ficou de consultar o caderno de encargos, perguntava, se ele estivesse, se já o consultou ou se a obra vai morrer conforme se encontra. E esclareço, foi feita a alteração da cota, o desnível da grelha, junto à paragem dos autocarros, ainda há uma semana houve lá um acidente. O desnível da pavimentação, que foi criado, da Municipal 546 junto à Nossa Senhora dos Caminhos, a quem vira para o Sortelhão. E, também, a propósito das obras, no largo do mercado ficou lá um monte de terra e entulho, e eu quero saber quem é que o vai tirar, ou se fica lá. O sete de 2020 - de 28 de julho, o espelho e as lombas na Quinta da Erva, puseram o espelho, não colocaram as lombas. O dez de 2020 - de 16 de novembro, o muro do Pisão. O senhor Presidente disse que mandava um técnico ao terreno, não sei se mandou nem senão, não tenho qualquer indicação sobre isso. O seis de 2021- de 15 de março, o mapa da rede da água, o atualizado, portanto, não o tenho, também pedi. Da manutenção de luminárias, o sete de 2021- a 31 de março. O prolongamento de linha elétrica que é o oito de 2021- de 21 de abril. O dez de 2021- de 13 de maio, as placas da Toponímia e que foram prometidas pela Câmara, pelo Executivo. A indicação que eu tenho é que o concurso foi abaixo. Há placas para umas Freguesias, não há para outras, qual a diferença de Santana em relação às outras? O onze de 2021- 2 de agosto, também é prolongamento de rede elétrica, não temos ainda qualquer indicação. São quinze ofícios para os quais não há resposta. E, relembro, mais uma vez, o principal, portanto, e a propósito das tais cinco obras, que o saneamento, foi promessa eleitoral. O seu silêncio, o seu alheamento, o abandono a que nos votou, a rejeição de relações institucionais, só poderia ter um desfecho, é a ausência de apoio. O meu e o dos meus fregueses. A prova,

é que não conseguiram fazer lista em Santana da Azinha. O senhor, pura e simplesmente, ignora os assuntos a tratar na Freguesia. Não aceitamos, na Freguesia, um Presidente que se comporta desta forma. Não queremos um Presidente, que não nos respeita, e não cumpre com a sua palavra. Oito de agosto de 2021, estiveram presentes, na assinatura do Acordo de Cooperação dos passeios do cemitério. Consegui fazer-se acompanhar de quatro apoiantes residentes na Freguesia de Santana da Azinha. Questionado sobre os ofícios em falta, as respostas a nada levaram. Que estamos a estudar, que vamos ver e nada mais do que isso. Mas aproveitou para dizer que no dia dez de agosto, portanto, na terça-feira seguinte, passaria o cheque da verba em falta, relativa à pavimentação do caminho do Pisão. E, eu pergunto, se já passou o cheque, porque eu ainda o não vi. Nem cheque, nem transferência, pelo menos até ontem à meia-noite menos dez, portanto 23h:50m, na conta não tinha entrado nada. Também, os restantes 50% da obra do cemitério, também ainda não vi nada. É que as obras estão feitas, estão pagas e a vistoria já foi feita. Chegamos à conclusão de que a campanha no terreno e as mentiras, continuam as mesmas. Teríamos lançado, como eu disse no dia oito de agosto, mais dois concursos, se nos pagassem o que nos deve, a tempo e horas. O Acordo de Cooperação dos passeios do cemitério, se tivesse sido assinado no seu devido tempo, e o senhor pagasse, as duas obras, que eu aqui acabei de falar, que eram para realizarmos, já estariam executadas há muito, e não o pudemos fazer. É que para realizar obras e há coisas que algumas pessoas dá a impressão de que não entendem, tem que haver concurso. Para haver concurso, tem que haver prazos, eu não quero cometer nenhuma ilegalidade. Tem que haver cabimento orçamental. E se a Câmara não nos paga o que nos deve, não posso lançar a obra. O senhor Presidente agiu de má-fé. Nós temos, e o senhor também terá, plena consciência de que prejudicou a minha Freguesia. Não lhe perdoe, assim como a Freguesia, também não lhe perdoa. A Guarda suponho que também não lhe perdoará! Isto sim, é que é traição, desrespeito e vergonha. Quando se mente, quando se falta à palavra dada, não podemos apoiar, não podemos bater palmas, nem aplaudir. Obrigado. -----

Desculpe, já agora, estava-me aqui a esquecer de um promenorzinho, que foi a propósito da última reunião do Conselho Municipal da Educação, em que o senhor Presidente, referiu que as obras na escola de Santa Clara, do ginásio, das casas de banho e tudo mais, portanto, estariam prontas, até ao início das aulas. E, eu na altura retorqui que só para lançar o concurso, não estaria pronto. Não sei em que ponto está, as obras suponho que ainda não arrancou nada, pergunto, se pelo menos o concurso já está pronto? Só para esclarecer. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente de Junta. Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Obrigado, senhora Presidente. Não tendo, então respostas, eu vou avançar com alguma informação para os senhores Deputados Municipais e para todos aqueles que nos estão a ouvir nas redes digitais e para que todos esses possam passar a mensagem. É mesmo dizer, qual é a pressa? E agora que o senhor Presidente de Junta falou aqui nas obras de Santa Clara, eu lembro que as obras nas acessibilidades ao Agrupamento da Afonso de Albuquerque, continuam com enormes constrangimentos, resultantes de atrasos que houve, quando estamos

prestes a iniciar o ano letivo. E, sabemos o quão doloroso foi para as famílias o ano letivo anterior, em termos de acessibilidades. Bom, a questão aqui é, como é que se foge à autorização da Assembleia Municipal, para a realização, para a celebração do contrato, do memorando do contrato, futuro contrato, de cedência dos terrenos do antigo matadouro? Eu concordo com as pessoas que vieram aqui dizer que aquilo é uma vergonha. Aquilo envergonha-nos a todos, aquilo que ali está. Eu concordo com as pessoas que vieram fazer referência a isso mesmo. Discordo além do senhor Deputado Aires Diniz, que veio a dizer que aquilo não tem condições, até por questões de estacionamento. Talvez o senhor Deputado Aires Diniz, não saiba qual é a área total daquele terreno. A área total daquele terreno, eu vou-lhe dizer, muito concretamente, são 5 mil, 613 metros quadrados, é mais de meio hectare. E há sempre a possibilidade de se fazer estacionamento em pisos inferiores, subterrâneo. Bom, então vamos à matéria que interessa. Como é que se foge à autorização? Alguém acredita que num ponto nevralgico da cidade da Guarda, aquele terreno vale apenas 298 mil, 238 euros e 55 cêntimos? Alguém acredita, nisto? Sabem qual foi o valor que foi tomado por base, e aqui é que está a questão da fuga à submissão de autorização à Assembleia Municipal. Sabem de onde é que se retirou este valor? Do valor patrimonial tributário que consta na caderneta predial do imóvel. Alguém acredita que este é o valor real daquele terreno? Bom, o rendimento mínimo nacional garantido é, para o ano de 2021, 665 euros, é aquilo que está estabelecido. Ora bem, se tivesse havido uma avaliação independente, deste terreno, e se o valor do terreno ultrapassasse mil vezes, atingiria o valor de 665 mil euros. Mil vezes o valor do rendimento mínimo nacional garantido, a Câmara tinha que trazer o contrato a esta Assembleia, certo? Mas podemos ir mais além, se o valor do terreno, numa avaliação independente, ultrapassasse 900 mil euros, o negócio já não se ficava só pela Assembleia Municipal, já tinha que ir ao Tribunal de Contas. Como é que se contorna toda esta situação? Usando como referência o valor patrimonial tributário. E, eu digo, aqui claramente, hoje aquele terreno, em termos de valor de mercado, vale mais de 1 milhão de euros. É este o negócio que se está a fazer e com todas estas falhas no processo. Aliás, este negócio, a quinze dias das eleições, lembra-me o que foi feito em 2001, na altura era o Partido Socialista, com a compra dos terrenos do Rio Diz. Feitas à pressa, feitas com graves entropias no processo, que impedem que hoje, passados vinte anos, as escrituras não estejam feitas, e a Câmara não possa fazer uso daqueles terrenos, na exata medida que pretende. E que caiu aqui, quando se tentou, com este mesmo grupo, fazer este mesmo negócio noutra local, que eu disse que também era candidato à construção. Eu, Henrique Monteiro. E, agora aqui, digo o mesmo, eu também sou interessado. Senhor Presidente, o negócio está fechado, ou eu ainda posso ser candidato? Isto ainda pode caminhar no sentido de haver um concurso público? Todos temos os mesmos direitos, e o Executivo tem a obrigação de respeitar a legalidade e respeitar os direitos de todos os munícipes e todos os operadores deste País, neste setor que se pudessem candidatar a este negócio. Tenho dito. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Tenho agora o senhor Deputado Aragão, faz favor.” -----

- **Deputado Luís Aragão (PSD):** “Boa tarde a todos. Eu queria vir aqui falar, pedi à senhora Presidente da Assembleia, dentro daqueles três minutos, que todos nós temos

para poder falar, para transmitir a informação sobre dois lugares que eu ocupei, nesta Assembleia Municipal, e que achei que era importante trazer essa informação nesta última Assembleia. Um, foi como membro da Comunidade Intermunicipal, acabei por ser secretário da mesa da Assembleia da CIM. E gostava de transmitir aqui, um pouco dessa experiência, neste curto tempo que tenho. E, outro, é sobre o ter sido eleito para fazer o acompanhamento da revisão do PDM, nesta Assembleia, até por duas vezes, e das diligências que efetuei para ter essa informação. Em relação à CIM, dizer que como aconteceu na altura, com o senhor Peres Almeida, alguma desilusão tive, porque o órgão que seria, supostamente, para fazer um trabalho que era supramunicipal, está muito formatado, está muito condicionado, tivemos também, os tempos da Pandemia, é verdade, mas acho que neste momento a organização que existe em termos autárquicos, CIM's, CCDR's, deverá ser reformulada sob pena de cada vez mais a Democracia começar a ficar ferida na sua base, porque cada vez mais os organismos, quer locais, quer centrais, estão mais afastados das populações. Cada vez é mais difícil, aquela Democracia Participativa, a que teve por base a seguir à Revolução, funcionar. Cada vez mais, os eleitos estão mais longe dos eleitores. É certo, também, que a Pandemia veio ajudar que isso acontecesse, mas os eleitos ficarem perto dos eleitores tem várias vantagens, criam-se mecanismos para evitar problemas de corrupção, para evitar problemas de falta de legalidade, de falta de transparência. Eu acho que esses mecanismos todos que existem que são importantes, designadamente, ao nível do conhecimento em plataformas informáticas do que se vai passando, mas não são suficientes. É necessário mudar a organização autárquica deste País, e se isso não for feito, cada vez mais a Democracia fica órfã e fica difícil de conseguir fazer com que as populações tenham aquilo que, efetivamente, anseiam porque cada vez mais, os seus eleitos, estão longe dos seus eleitores. Isto em relação à CIM. Foi uma experiência gratificante, que partilhei com outros companheiros quer de bancada, quer do Partido Socialista, fizemos o trabalho que foi possível e queria dar aqui conta do que tinha acontecido. Relativamente à questão do acompanhamento da revisão do PDM, já não é a primeira vez que aqui venho, no entanto, neste final de mandato, tive o cuidado no dia 27 de junho de 2021, de enviar um email à senhora Presidente da Assembleia Municipal da Guarda, Doutora Cidália Valbom, que vou passar a ler rapidamente. -----

“Venho por este meio, na qualidade de membro da Assembleia Municipal eleito para acompanhar a Revisão do PDM da Guarda, solicitar a informação sobre o estado do processo, uma vez que estamos a chegar ao final do mandato, no próximo dia 30 do corrente mês de junho é a penúltima reunião da Assembleia Municipal da Guarda. Em 29 de fevereiro de 2020, fiz um pedido de informação, que repeti em 24 de setembro de 2020, por uma questão de facilidade e de enquadramento, transcrevo os email's que enviei, bem como a resposta que foi dada ao segundo, já que no primeiro, a resposta foi dada através de um telefonema do Arquiteto Isidro Almeida. Para poder transmitir a informação aos membros da Assembleia Municipal, agradeço que a resposta seja enviada por email, antes da última Assembleia Municipal, fico à disposição. Com os melhores cumprimentos, Luís Aragão.” Depois, peço desculpa, tive a resposta, transcrevi os outros email's, que me vou escusar de ler. E veio a resposta, que foi dada ao primeiro, neste último que pedi agora, a resposta que tive foi mais uma vez, uma resposta via telefone do Arquiteto Isidro Almeida, que me ligou a dizer que teria muito gosto em me convidar para apresentar o trabalho que tinha sido feito e para participar na discussão.

Eu disse obrigado, estou aberto para que isso aconteça, estou aberto, portanto, marquem quando entenderem. Portanto, não chegaram a marcar, mas disse-lhe logo que a continuar a discussão não será comigo, porque eu não farei parte da próxima Assembleia e, portanto, muito menos seria eleito. Ele disse, ah não sabia, não tinha essa informação. Pois, não faz mal, mas, portanto, eu gostava que fizesse o favor, se fosse possível, de me mandar a informação por email, para eu poder transmitir no órgão em causa. Portanto, não veio informação nenhuma, portanto, fiz o melhor que pude, não houve qualquer reunião, nunca fui convocado para nenhuma reunião, nunca me foi transmitida nenhuma informação, a não ser a primeira, que dizia em como o senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Carlos Chaves Monteiro, de informar que à data do pedido formulado por vossa excelência, sobre o ponto da situação dos trabalhos da Revisão do Plano Diretor Municipal, solicitado a este órgão, pelo senhor Engenheiro Luís Aragão, representante da Assembleia Municipal da Guarda, na Comissão Consultiva de Acompanhamento do referido Plano, o seguinte: “Sobre o estado do andamento dos trabalhos da Revisão do PDM, o processo encontra-se na fase de diagnóstico, definição de estratégias e proposta de revisão. Para a conclusão da fase de diagnóstico, estão a realizar-se reuniões com o serviço de forma que os trabalhos possam ser concluídos durante o corrente mês. Portanto, estamos a falar em 23 de setembro de 2020. Na fase de definição de estratégia e proposta de revisão, estão concluídas algumas propostas e relatórios, nomeadamente, a proposta de Reserva Ecológica Nacional para o Concelho da Guarda e o relatório sobre os trabalhos de retificação da Reserva Agrícola Nacional, para publicação do PDM da Guarda primeira geração. No que se refere à previsão de atas para se realizar a reunião da Comissão Consultiva, não existe de momento, nenhuma data marcada, sendo a CCDR a entidade que convoca as referidas reuniões.” E esta é a informação que eu tenho sobre a alteração do PDM. Achei que era importante dizer isto, porque como fui incumbido pela Assembleia para fazer o acompanhamento, como não consegui fazer nenhum acompanhamento, acho que devia transmitir todas as diligências que eu tentei fazer. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhora Deputada Dulcineia, faz favor.” -----

- **Dulcineia Coito, Deputada (PSD):** “Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal, respetiva mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, Presidentes de Junta, comunicação social, público presente e colaboradores da Autarquia, muito boa tarde a todos. Atingimos hoje o fim de um ciclo de reuniões de Assembleia Municipal, no âmbito do mandato que findará em breve. Aproxima-se por isso, um novo ciclo, para o qual, queremos estar todos empenhados e manter a convicção na Guarda, e havemos de ter todos as melhores pretensões para a nossa cidade, independentemente, das diferenças ideológicas. A tal coesão e o apelo à nova construção proferidas hoje pelo Professor Carvalho Rodrigues. Porém, como é de bem-nascido, ser-se bem-agrado, entendem os Deputados do PSD, nesta Assembleia Municipal, e falo na qualidade dos Deputados do Partido Social Democrata, na Assembleia Municipal, entendemos ser oportuno reconhecer o mérito, o empenho, o sentido de defesa e reivindicação da Guarda e acima de tudo a elevação na postura deste Executivo, no desenrolar do mandato. Bem sabemos que ao longo destes últimos 4 anos, existiram alterações fraturantes na

constituição do Executivo Municipal. Mas nem por isso, fraturaram a Guarda e o trabalho que havia e há por fazer. Assim aconteceu devido à capacidade de entrega à causa pública e ao interesse coletivo que foi assumido pelo atual Presidente da Câmara Municipal, o Dr. Carlos Chaves Monteiro. Nele, está a força timoneira de manter a sua equipa dinâmica, e de não descurar os principais instrumentos de uma gestão equilibrada, cuidada e eficiente do Município. É certo que, um homem só nada faz, e que o resultado final de um bom trabalho é fruto de uma boa e dedicada equipa. Temos hoje um Município que nestes últimos anos, deu prioridade ao equilíbrio financeiro e às boas contas. A título de exemplo, é bom que se recorde a diferença colossal, no prazo médio de pagamentos a fornecedores, antes de 2013 e depois de 2013. Se quiserem ser recordados, 462 dias prazo médio de pagamento. Também, neste já muito longo período, marcado pela nefasta Pandemia da Covid-19, foi possível aos Guardenses, verificarem que o Executivo não se demitiu das suas responsabilidades, não descurou todos os esforços ao seu alcance para garantir a atenção que o momento empurrou para tantas vulnerabilidades. Desde a garantia, ao nível do apoio social, como também ao tecido empresarial. Há ainda que sublinhar a posição firme, convicta e de defesa intransigente da Guarda e dos Guardenses, sempre que o Governo e o Poder Central, deram e dão, notas de se esquecerem destes Territórios, da nossa Guarda, ao alimentarem vigorosamente os gritantes desequilíbrios territoriais que tanto afetam a coesão neste País. E não deixamos de registar a luta incessante, por atrair investimento privado para o Concelho. Desculpem-me um aparte, mas ainda estamos a quinze dias das eleições, têm sido falados aqui os quinze dias, senhor Presidente se, entretanto, amanhã aparecer um investidor, por amor de Deus não lhe feche a porta, nem lhe vire as costas. Voltando ao investimento e investimento esse que sabemos que em Territórios do Interior e de baixa densidade, é alcançado com esforço redobrado e com sentido contínuo de luta pelo progresso, pela qualidade de vida e por apostar naquela boa imagem de uma cidade com feridas provocadas por um socialismo errante de um passado que já lá vai. Ainda, outro tipo de investimento cujo fim último é a garantia de uma oferta complementar àquela que nos é garantida pelo Serviço Nacional de Saúde, por exemplo. Onde é reconhecido pelo investidor uma oportunidade de negócio sustentada nas lacunas da oferta pública. E, do nosso lado, é reconhecida uma necessidade no acesso mais ágil e eficiente a cuidados de que todos padecemos ou podemos vir a padecer. E, sim, todos queremos um Serviço Nacional de Saúde que funcione e que seja o verdadeiro motor da coesão social no nosso País. Mas também é de bom senso, reconhecer que a oferta privada é fundamental, é urgente, é complementar e é catalisadora da competitividade dos Territórios. Por tudo isto, entendemos, o Grupo Municipal do PSD nesta Assembleia, que a Guarda tem de estar acima de qualquer interesse individual e egocêntrico, de mentiras e de palavras que levam ao engodo populista e manipulador das emoções populares. A Guarda da verdade, é aquela que acreditamos ser a Guarda que todos queremos. Para o próximo ciclo que se avizinha, há que manter viva e jamais deixar esmorecer, as forças reivindicativas de uma gestão Autárquica que nos oriente para que seja sempre feito mais e melhor. Meus senhores e minhas senhoras, independentemente, deste reconhecimento e louvor ao Executivo Municipal, não podemos, não queremos deixar ainda de sublinhar e de estender o nosso reconhecimento aos senhores e senhoras Presidentes de Junta de Freguesia, que também cumpriram o mandato, com semelhante rigor e entrega à causa pública. Ainda, aos senhores e às senhoras Deputadas que

cumpriram o mandato defendendo os interesses da Guarda, com elevação, com consciência ética que lamentavelmente, hoje já pudemos assistir que falta a algumas pessoas. Com crítica válida e construtiva e com uma atitude que honra e dignifica a Democracia Portuguesa e o Poder Local. Viva a Guarda!” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Não vá pegares-me o vírus de direita e depois é um problema. Ainda faltam uns dias até às eleições, já não me admirava aqui algumas coisas. Se eu entrasse numa de, chateiam-se as comadres, sabem-se as verdades. É o que tem acontecido. Boa tarde a todos e a todas, principalmente aqueles que nos acompanham lá em casa, porque provavelmente, esses devem estar muito confusos, e por isso, eu faço um apelo aos órgãos de Comunicação Social presentes, que façam o vosso trabalho e que o façam de uma maneira como nunca o fizeram até agora, é preciso divulgar o que se tem aqui passado. E porquê? Há umas belas quatro, cinco, seis, Assembleias Municipais atrás, consecutivas, eu fui aqui acusado de que me andava a meter na vida alheia dos outros partidos, nomeadamente, do Partido Social Democrata. Meus senhores e minhas senhoras, a prova está aqui, hoje, mais uma vez repito, chateiam-se as comadres, sabem-se as verdades. O que hoje aqui aconteceu e está a acontecer, e ainda muito virá até ao fim desta Assembleia, como nunca. A oposição política Bloco de Esquerda, nem precisa de estar aqui, hoje, porque tenho toda a certeza, que perante o que se está aqui hoje a passar, certamente no próximo mandato, não haverá um Deputado, mas vários Deputados do Bloco de Esquerda. Porque isso exige-se por isto que está aqui a acontecer. Aconteceu há pouco aquilo que eu nunca tinha visto, um líder de um grupo Municipal vir dizer aqui que punha em causa um outro Deputado, relativamente ao tempo do seu próprio grupo Municipal, isto nunca tinha acontecido. Eu não me lembro, e estou aqui terminando hoje, há 8 anos, isto nunca tinha acontecido, vejam o estado de espírito ou de, olhem eu atrevo-me a dizer, é o que dá jogarem ping-pong amador. Sabem porquê? Porque o profissional, o campeonato profissional, e o líder desse profissionalismo, esse, já se pôs há muito para Bruxelas. E deixou-vos aqui, num campeonato super amador e é nisso que está a dar o termo deste mandato, é isso, um mandato amador, porque o outro pispou-se, a tempo. Senhor Presidente, deixe-me que lhe diga, nem vou discutir mais esta matéria relativamente ao espaço do matadouro. E porquê? Porque já aqui foi dito, não dito, já todos compreendemos o que está em causa. No que toca a nós, Bloco de Esquerda, lamentamos, claramente, o processo. Não a quinze dias, porque também estaríamos aqui a mentir, já foi anunciado na sua apresentação, primeira pública no Parque Municipal, eu posso entender que o apresentou como algo, como uma medida, se fosse eleito. Está no seu direito, as pessoas depois lá irão pensar se é correto ou não correto. No que toca a isso, o Bloco de Esquerda acha que deveria ter havido, claramente, uma discussão bem mais alargada. E porquê? Porque realmente aquele espaço, é um espaço que já há muito poderia e deveria estar ocupado. Olhe não vi a pressa com que se resolveu isto, ou pelo menos com que o senhor Presidente quer resolver, quando se falava numas possíveis instalações, que já aqui foi dito, da PSP, da GNR, dos Bombeiros, do CDOS. Tudo isso já foi pensado e repensado para ali e nunca vi a vontade, tão séria, e tão rápida, de concluir essas situações, como aqui já está a ser apresentado para a

vinda do, eu não sei se é um Hospital, se é um Lar, se é um Centro de Dia, se é um Centro de Noite. O senhor Presidente, venho agora a saber, que já esclareceu isso numa conferência de imprensa, mas adoto isso, como outros já aqui disseram, a imprensa vale o que vale, o que o senhor Presidente diz vale o que vale, aqui o senhor Presidente diz que jura e porque jura já não pode errar, e os outros que vieram aqui falar, como cidadãos, esses sim podem errar, esses sim são mentirosos, esses sim vieram cá ofender. Bem, mas olhe senhor Presidente, jamais eu dizer que eles são os mentirosos e o senhor Presidente é mentiroso. Mas uma coisa é certa que tem denegrido em muito a política, é que se há alguém a nível Nacional que tem demonstrado, claramente, que foge aos seus cumprimentos de juramentos, infelizmente, são mesmo muitos Presidentes de Câmara e Presidentes de Junta pelo País inteiro, infelizmente! Porque isso denegriu a política e faz com que os cidadãos se afastem e desacreditem a própria política. Por isso senhor Presidente, jamais eu estar a acreditar mais no senhor Presidente do que qualquer cidadão que aqui venha e cidadã apresentar os seus factos, mesmo que esses factos possam depois a vir a ser provados, estarem errados. É isto que a Democracia nos dá este direito, de vir aqui expor, e nós temos que ouvir, mesmo não concordando. Queria dizer, senhor Presidente, mais umas coisinhas, visto que ainda tenho tempo, e senhor Presidente algo me tem afligido nos últimos tempos, porque realmente...bem, o meu pai já me dizia, ó filho, isto o ideal era haver eleições Autárquicas todos os anos e não de 4 em 4 anos. E, eu na altura perguntava, mas porquê? Isso gasta muito dinheiro aos contribuintes. Ó filho, está bem gasta, mas fazem-se obras todos os anos e não se espera pelas obras e inauguração da plaquinha só de 4 em 4 anos. E, pelo menos a vida do cidadão é melhorada ano a ano e não de 4 em 4 anos. Que é isto que tem acontecido aqui, aqui e se calhar no País inteiro, mas como eu sou Deputado Municipal pela Guarda, é da Guarda que terei que falar. Senhor Presidente, isto é um autêntico estaleiro, e nós precisamos saber, é assim, mas é um estaleiro definitivo, as obras continuam, ou é, meio passeio, meia passadeira. Agora vamos já abrir outra valeta daquele lado, vamos já abrir o outro projeto daquele lado. Eu não sei! É um problema de empreitada, há problemas em que os trabalhadores não são suficientes, há um prazo para termo da obra, deve haver, não é? Para ser a concurso é porque há. A Câmara não paga aos empresários, ou pelo menos aos empreiteiros, para os empreiteiros contratarem mais pessoas, para essas mais pessoas continuarem o seu trabalho dentro de um período aceitável, há vidas das pessoas que estão a ser extremamente, complicadas com aquelas máquinas à porta de casa. É, assim, não houve outro tempo? Não houve outra oportunidade de planeamento? Ou calhou tudo agora? É que se calhou tudo agora, tudo bem, aceita-se, eu só estou a perguntar. Espero que me responda, é que se calhou mesmo tudo agora, é uma coincidência enorme, estar agora a quinze dias das eleições. Já nas Juntas é igual, parece que as Juntas agora, inauguram tudo. Aparece tudo, desde o jardim, desde, tudo é inaugurado nas Juntas. Eu espero que no ano seguinte, tudo se inaugure nas Juntas, no ano, outro ano seguinte, que tudo se continue a inaugurar. Eu tenho é um grau imenso de dificuldade e provavelmente, muitas e muitas pessoas é que como é que é possível bater os *timings* todos destas placas e destas fotografias e destas florzinhas, para ali, para lá, o saquinho, a lembrança, mesmo nestas alturas. É isto que eu gostava de ter um outro sentido, ser um, olhe, às vezes, pensava assim, eu gostava de ser uma moscazinha e andar ali, tal, tal e tal, e perceber o que é que lá vai naqueles contratos e naquelas decisões, e naqueles gabinetes, e naquelas salas, de quem tem o direito e quem tem o dever de expor com toda a clareza, ao cidadão, que paga impostos e que

precisa de perceber como é que isto é gerido de verdade. Senhora Presidente, parabéns pela exposição do livro, por uma razão, tudo o resto que lá está não duvido, mas parabéns porque não deveria ser a Assembleia Municipal, deveria ser a Câmara Municipal da Guarda a ter um sitio de internet ativo, atualizado, disponível para todos os grupos parlamentares que aqui estão representados. Este é que é o espírito Democrático, que uma Autarquia, em pleno século XXI, tem e deve ser obrigada, já que não consegue, aí sim, deveria ser uma obrigação de alguma entidade, a obrigar a Câmara a ceder as mesmas oportunidades de promoção, e de exposição dos problemas dos Guardenses, independentemente, do número de Deputados que têm assento nesta Assembleia. Porque utilizar ou não utilizar determinados meios da Câmara, pois fica sempre na duvida, eu não estou a acusar, mas fica sempre na duvida. Porque a Câmara tem mecanismos, a Câmara tem câmaras, a Câmara tem profissionais, técnicos que andam atrás do senhor Presidente, seja em campanha ou não campanha. Fica sempre na duvida, senhor Presidente, no ar. E, se, essas oportunidades fossem dadas aos mesmos grupos parlamentares, acredite senhor Presidente, todos mas todos, ficavam a ganhar. E, provavelmente, o que eu hoje estaria aqui a dizer, era de outra maneira, para lhe dizer parabéns, está a dar o exemplo ao País. E, infelizmente, não lhe posso apontar o dedo no sentido de parabéns está a dar o exemplo ao País, porque quem deu este pequeno exemplo, porque não passou só de um pequeno exemplo, porque também não pode mais, acho eu, foi a senhora Presidente da Assembleia Municipal. E, eu não queria de forma alguma ter esta necessidade de ter que dizer. Porquê? Porque o Presidente da Câmara, tem todos os poderes para fazer com que durante 4 anos, isso que aqui disse, acontecesse. E, não foi por falta de recomendações, não é avisos, porque nós não vimos para aqui para avisar ninguém, nós recomendamos e trazemos as nossas ideias. E o senhor Presidente, como bom Democrata que eu sei que é, deve aceitar muitas das sugestões, mas depois tem que as aplicar, não basta dizer que sim. Tem que as aplicar, pô-las em prática, e nós durante estes últimos 8 anos, temos aqui trazido tantas e tantas sugestões positivas, esquecendo a parte ideológica, e rara foi a que foi aproveitada. Pelo menos num conhecimento próprio e á vista disso. E a Democracia exige esse seu espírito Democrático, exige que aceite isto de outra maneira e que veja as coisas num futuro próximo. Eu espero não estar cá. O senhor Presidente, enquanto Presidente, no futuro, mas se estiver, leve estas palavras como algo, nos próximos anos seguintes, se cá ficar, porque deve ter que trabalhar de outra maneira. É isto que se recomenda, a si e a todos aqueles que, provavelmente venham substituí-lo, eu espero que seja o meu candidato. Se não for, o outro que vier, que, ou outra, que tenha isto em conta, porque é muito importante. Quanto ao resto, muito obrigado, vamos ter ainda algum período. Senhora Presidente, não concordo sempre consigo, é verdade, um agradecimento por tudo aquilo que me aturou enquanto Deputado, e que às vezes não cumpriu determinadas regras no próprio Regulamento, mas também, deixe-me que lhe diga, muitas vezes a senhora Presidente tentou ir por um caminho, que não seria o mais correto, na minha perspetiva. E, por isso, faço um apelo, aquela parte que há pouco disse, hoje é a última e podemos ter..., não! Esqueça isso! Hoje é a última, as regras são as mesmas da primeira. Este é que é o espírito da Democracia. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Muito obrigada, senhor Deputado. Eu não tenho mais ninguém inscrito, para falar, neste período. E, portanto,

damos por encerrado, dando a palavra ao senhor Presidente, para responder. Faz favor, senhor Presidente.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Muito obrigado, senhora Presidente da Assembleia, senhores Deputados. Muitas questões aqui foram colocadas e bem. Em Democracia impera, e isso implica pensamentos diferentes, estratégias e até desenvolvimentos diferentes. Mas há uma coisa que não nos move, nem nos inibe, é este foco claro do desenvolvimento da Guarda, gostem, ou não gostem. Sabemos o que existia em 2013, toda a gente percebe. E percebemos, hoje aqui nesta Assembleia, os que querem voltar a 2013, isto é evidente, não sabia era que o grupo era tão alargado. Mas permitam-me que vos recorde uma história do passado, na 2ª Guerra Mundial, quando o Hitler invade Paris, decide constituir um grupo de franceses, como opositores à Resistência. Este grupo, fez o seu trabalho durante a permanência de Hitler em Paris, e quando estavam os aliados a chegar a Paris, o último grupo, o mais resistente, o mais duro perante os aliados, foram exatamente aqueles franceses, que ao lado de Hitler constituíram uma posição de força contra aqueles que traziam a esperança e a liberdade. Percebi, claramente, como a história se repete, mas para aqueles que se mantiveram firmes, aqueles que não abandonaram o projeto e aqueles que são sérios, aqueles que acreditam, há 4 anos, que acreditaram há 8, que acreditaram há 4 anos, que acreditam hoje, que o Partido Social Democrata é a alternativa credível. Aquele partido que conseguiu transformar a Guarda, naquilo que é hoje, um território de esperança, um território onde ouvimos as críticas, aperfeiçoamos as decisões. Mas as decisões é que hoje aqui, e com muito orgulho, hoje também nesta Assembleia, eu fiz parte de um momento histórico, nesta Assembleia, onde claramente, se percebeu quem está do lado dos aliados e quem está do lado daqueles que são invasores, daqueles que querem voltar ao passado, aqueles que destruíram a Guarda, e querem voltar a essa Guarda destruída, essa Guarda pobre, sem orgulho, sem alma, é isso que está aqui em causa. Aqueles que hoje têm responsabilidades, que não sabem distinguir aquilo que é o aparelho de Estado, com o aparelho partidário. Aqueles que fazem nomeações atrás de nomeações, para conseguir na Guarda, porque o Primeiro-Ministro tem uma cautela e um interesse especial na Guarda, e então há que instrumentalizar o aparelho partidário da ULS e outros. Para conseguir da Secretaria de Estado da Ação Social, para conseguir conquistar o poder a todo o custo. Não interessa os projetos, já vimos que não interessa, não interessa os projetos nesta Assembleia Municipal. Discutirmos um projeto como o Porto Seco, discutir um projeto como o Hospital Privado, aliás, não se entendem sequer os nossos opositores e é para o PSD que eu falo, para os verdadeiros, para os verticais, para aqueles que defendem a Guarda, que têm essa única bandeira. Não é para os Independentes, nem para aqueles Socialistas que entendem, efetivamente, vir aqui, tipo cavalo de Troia, dentro do próprio Parlamento. E, bem Pedro, estiveste muito bem, porque na verdade quem domina, quem dirige o grupo parlamentar é o líder do grupo parlamentar, é ele que decide os tempos, é ele que decide quem fala. Mas em Democracia, nós aceitamos as posições contrárias, nós estamos aqui para aceitar, somos maioritários, ainda somos maioritários, mas aceitamos as regras de quem impõe e que entende que a Democracia deve ser gerida de um determinado ponto de vista. Estamos cá, temos espírito democrático para aceitar o que gostamos e o que não gostamos. Agora há algo que ninguém nos vai inibir, há algo que ninguém nos vai impedir de continuar esta senda. Nesta Assembleia Municipal, falar de

uma Alameda dos F's, e agora vir dizer que o plano estratégico, um plano de desenvolvimento, um plano de urbanização de uma área que está completamente abandonada, que vai desde o sítio da Ti Jaquina até à estrada de Alfarazes. E, ninguém quer discutir esse plano, ninguém quer discutir os fins. A verdade é que afinal, já é um plano, aquilo que era essencial há pouco tempo atrás, como determinante para o nosso desenvolvimento. Afinal agora está aqui a ser discutido pelos senhores Deputados, sabem para quê? Para servir de cunha, para servir de base, para ser instrumentalizado para um Hospital Privado. Nunca se viu isto na Democracia. Eu espero que isto, seja mesmo passageiro, e que não torne a acontecer uma coisa destas. De facto, temos projetos estruturantes que integram aquilo que é o desenvolvimento da Guarda. A Guarda é um organismo vivo, é um organismo transversal a diferentes áreas. Nós sabemos que em 2013, a porta não se abria da Câmara, para receber os nossos empresários. Era o que mais faltava! O grupo parlamentar do CDS acaba de apresentar aqui, uma resenha muito simplista, mas ainda assim, aproveitável do ponto de vista da discussão. E, diz lá ajuste direto, para a gestão dos solos, também é por ajuste direto. Portanto, mas isso não interessa, tem que ser por concurso público. A cassete foi colocada. E o que interessa é criar os anátemas, as circunstâncias que prejudicam, efetivamente, que estes projetos, que quem quer, então se os de fora apostam na Guarda, considerando que a Guarda tem hoje condições. Uma Guarda que não perdeu população, mas os Independentes, o PS, o CDS, vêm dizer, não, não perdeu população. Nós temos menos rendimento que os outros Concelhos e os outros Municípios da Região. É exatamente o contrário, vamos ver o Pordata, eu desafio qualquer um que vá ver a estatística, e os dados da Pordata, e veja o que é que a Guarda cresceu de 2019 para 2021. Em 2019, nós eramos 39 mil pessoas, em 2011 eramos 43, mas sabem quantos é que são hoje? 41, subimos mil pessoas. É isto que temos que dizer ao Partido Socialista, é isto, este programa. Há pouco, ouvimos ali o senhor Deputado, responsável também pela ULS, catastrófico o estado da Saúde, 4 anos para ter uma consulta, 4 anos para termos uma consulta em Cardiologia? As pessoas morrem, o Estado paga balúrdios de dinheiro. Dizia noutro dia uma Administradora de um Hospital, é mais o dinheiro que gasta em transportes, do que a fazer exames. Mas se for lá fora, este Partido Socialista, este, meus amigos, este Partido Socialista, prefere que o Estado pague para fazer exames em Viseu, para fazer exames em Castelo Branco, mas não quer que se façam na Guarda, sabem porquê? Porque criou aqui a grande figura, como se nós, pais também, fundadores do Partido Social Democrata, do Serviço Nacional de Saúde, de um Serviço Nacional de Saúde que a todos nos honra, que a todos nos orgulha. E é este Partido Socialista da Guarda, decadente, um Partido Socialista que não quer o desenvolvimento da Guarda, que nos diz, alto lá, então defender um Hospital Privado não é destruir o hospital público. É este discurso que nos interessa? É este discurso, é isto que está em causa nas próximas eleições, é isto que está em causa, hoje nos assuntos que estamos aqui a discutir. De uma vez por todas, meus amigos, não nos podemos inibir, aqueles que estão, as pessoas sérias, as pessoas verticais, que assumiram há 8 anos, que assumiram há 4 anos, o projeto do PSD, aqueles que não viraram as costas, aqueles que, a bandeira foi sempre a Guarda, não é a bandeira pessoal. O fato não lhe serve, isso meus amigos! Mantenham-se firmes, porque têm aqui uma equipa, têm aqui um líder, que irá até ao fim pela Guarda. E, não é o nome da Guarda pelo nome e por si que conta, o que é relevante são as ações, são os projetos, e quanto a isso vos garanto, não há nada que nos iniba, já o disse, nós continuamos firmados naquilo que é, na relação que o

Estado tem que ter, e temo-lo demonstrado. O Município com o Estado Português, quer com as unidades de Emergência, Proteção e Socorro, quer com o CDOS, quer com o IMT, quer com a Secretaria de Estado da Ação Social, nós neste momento temos todos os compromissos assinados. Neste momento sabemos onde é que vai ficar cada um destes serviços. Sabem porquê? Deu trabalho, levou tempo, e as circunstâncias, justificaram, valeu a pena. Todos estes serviços estão hoje disponíveis, e a obra começará, o projeto será apresentado ainda até ao final deste ano, no caso da unidade de Emergência, Proteção e Socorro. Alguns disseram que o contrato de direito de superfície, fizemos agora com a Sodecia e faremos, Dulcineia, eu parece, se de facto não tivesse ouvido as palavras que ouvi, onde com base em factos objetivos, daquilo que se tem feito, na verdade esta não é a Guarda das maravilhas. Aquilo que ouvimos aqui no debate, nesta discussão longa, transversal, quer por diferentes sensibilidades, é uma realidade que não tem a ver com a Guarda do século XXI que eu desejo, que nós queremos para os nossos filhos. Não pode ser, nós a debater questões essenciais, colocar que que não é possível, porque estamos a quinze dias das eleições. Porque afinal, estamos a falar de um espaço há 30 anos, mas não interessa que está devoluto, às cobras e aos ratos. Não interessa, o que interessa é que a Guarda tem que andar por Portugal inteiro e talvez pelo estrangeiro, a dizer quem é que quer colocar no matadouro um Hospital. Porque, ele esteve disponível, outros investimentos privados na saúde, aconteceram na Guarda. E, nós, ou tomamos a iniciativa, mas quando não a temos, ou quando não a fazemos, também estamos disponíveis para os desafios. E, estaremos sempre, para qualquer empresário, seja de que área for, para criar 200 postos de trabalho, para investir 10 a 12 milhões de euros, para criar as valências, Deputado Dr. Matias, só dizer-lhe, eu já por várias vezes disse quais eram as valências, mas pronto, torno a referir, sei que o senhor esteve de férias. Também os planos se possível, e eu também digo aos técnicos da Câmara, já agora se conseguirmos ver a maioria do mapa de férias das pessoas e ajustar sempre as questões públicas, com as férias dos Guardenses, talvez seja mais fácil. Mas Gastroenterologia, Pneumologia, Cardiologia, Otorrinolaringologia, Neurologia, Urologia, tudo valências que demoram no mínimo 2 anos, as consultas. Se nós formos avaliar a ação da nossa ULS, em termos comparativos com as ULS's e Centros Hospitalares de Alto Minho, Cova da Beira, Tondela - Viseu, ULS da Guarda, digo-vos uma coisa meus senhores, dados do Serviço Nacional de Saúde, cirurgias, nós temos uma percentagem de atraso de 22,9%, a média dos outros três Centros Hospitalares e da ULS é de 11%. Nas consultas, só para terem uma ideia, a nossa média de atraso 41%, a média dos outros três estabelecimentos de saúde que eu referi é 21%. Este é o estado calamitoso em que temos a saúde. Este é o estado calamitoso com que o Partido Socialista, instrumentaliza o aparelho do Estado para sem recurso, sem concurso de designar, nomear pessoas, que não têm capacidade, não têm visão para defender uma cidade preparada para o século XXI, um século XXI onde os desafios é das pessoas, os desafios são da qualidade de vida, são da atração de rendimentos, são de maior investimento, são de prosperidade para os jovens que saem daqui e queremos que voltem. E, não é com esta forma de avaliar a nossa cidade. Avaliar o que foi feito, muita coisa ficou por fazer, mas fizemos muita coisa que nos orgulha. Era o que faltava, é o que está feito, o que está por fazer já está aí, não são promessas vãs. São já dados objetivos de lançar no pós-pandemia aquilo que somos capazes de realizar nos próximos 4 anos. E a Guarda não pode parar, lideramos um ciclo de maior crescimento dos rendimentos dos habitantes da Guarda. Sabemos disso, a Guarda teve no ano de 2019,

comparativamente em termos Nacionais e ex aequo com Oliveira de Azeméis, o maior crescimento do rendimento médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem. São sinais claros, que 2019, num período de ano e meio de pandemia, nós demonstramos, os dados estão aí, temos os eixos estratégicos do desenvolvimento, de que somos capazes de fazer, efetivamente, aquilo que esta bancada e aqueles que se mantêm firmes pela Guarda, nós queremos, efetivamente defender aquilo que faz falta. Aquilo que faz sentido concretizar na sequência de 8 anos de trabalho, e é por isso, por aquilo que se fez, mas por aquilo que queremos fazer, que vocês se devem manter firmes e verticais, naquilo que é um projeto do Partido Social Democrata, que nós garantimos o cumprimento e a salvaguarda do interesse da Guarda. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Passamos então, agora ao período da Ordem do Dia.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 2.1 - Assuntos de Interesse Geral Municipal. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Para os quais eu tenho inscritos a CDU, que é o primeiro, com o tema Alterações Climáticas, que fazer? Senhor Deputado Aires Diniz, quer fazer o favor?” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, já agora, cumprimentar toda a gente, eu esqueço -me sempre disso, mas pronto. O nosso Verão, que está quase a acabar, mostrou que os desastres ocasionados pelas alterações climáticas, são agora cada vez mais frequentes. Vimo-lo na Alemanha, quando uma autoestrada foi inutilizada por uma inundação inesperada. Mas existe, desde há muito, uma ciência que tudo pode prever, desde que se use o conhecimento da física, e em particular da física da atmosfera. Onde até temos um conterrâneo, como especialista inquestionável José Pinto Peixoto, que é ali da Miuzela. Com eles somos levados a questionar o que vai sendo feito para mitigar, eu prefiro esta palavra, mitigar, ou minimizar os efeitos das alterações climáticas, que têm efeitos globais ou de (...) local. Onde podemos através da nossa ação política municipal melhorar o Mundo em que vivemos. É o que nos informa, Filipe Duarte Santos, que é um professor de física da atmosfera, que eu li um livro que comprei há dias. E as Câmaras podem promover medidas de mitigação nas alterações climáticas quer argumentando, quer organizando melhor a vida agrícola, comercial e industrial...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, vai-me desculpar. Senhor Presidente de Junta, o senhor Deputado tem o direito de falar e quem está tem que ouvir, peço desculpa. É uma questão de educação, de Democracia. Faz favor, o senhor Deputado tem o direito de falar. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “...quer organizando melhor a vida agrícola, comercial e industrial, quer criando serviços que reduzam os consumos energéticos, poluentes, ou reduzam a necessidade de deslocação através da melhoria da internet e dos telefones. Temos aqui como exemplo de melhoria, a criação da fibra ótica que atraíam nómadas digitais, permitindo reduzir os custos de aglomeração das grandes cidades, que é como toda a gente sabe, um grande problema que nós temos, que são por isso, fortemente

poluentes. Por outro lado, há que pensar a agricultura e a pecuária, como forma de mitigar e de controlar as alterações climáticas, que não só nos trazem desastres naturais e ondas de calor, que nós na nossa soberba ignorância, levamos a acontecer porque não sabemos aproveitar bem a riqueza natural da nossa agricultura e pecuária. Há ainda que aproveitar a agricultura como forma de preservar as espécies naturais que ocupam o nosso Território e que lhe dão identidade, defendendo-as dos efeitos perversos das alterações climáticas. Não nos esqueçamos que as nossas plantas fazem parte do nosso modo de vida, através da nossa gastronomia. Não nos esqueçamos, por isso, de que, e disse Filipe Duarte Santos, as Câmaras Municipais têm capacidade de promover políticas de mitigação no Município, por meio de regulamentos, instrumentos e políticas no urbanismo, na eficiência energética dos edifícios, nas redes elétricas inteligentes, nas redes de prossumidores ou consumidores que produzem o seu próprio consumo de energia elétrica, espaços verdes, transportes públicos, gestão de resíduos entre muitos outros domínios. Isto vem na página 96 do livro que estou a citar. Podem ainda educar consumidores e defender a agricultura e a pecuária, mitigando assim os efeitos perniciosos e perversos das grandes empresas e dos Estados servis que as apoiam. Devemos por isso, não só, olhar para as paisagens lendo-as, com redobrada atenção, para percebermos como têm mudado e como isso explica as nossas dificuldades passadas. Aqui aparece outro Santos, que é um Henrique Pereira dos Santos, que tem um outro livro que é muito interessante, que eu não consigo comprar, só consegui lê-lo numa biblioteca, porque já está esgotado, sobre a leitura das paisagens. Devemos ler aquilo que nos acontece e passa pelos nossos olhos e aquelas que criamos agora, usando para isso conhecimento e formas estranhas de olharmos o Mundo que nos rodeia. Resulta daí a nossa responsabilidade política e de sabedoria, quando analisamos o real da nossa cidade e ainda a forma como o poder Municipal se imobiliza para nada fazer, ou se mobiliza para fazer requalificações que quase logo vimos sem efeitos, em aspeto que têm a ver com os consumos excessivos de energia. O Filipe Duarte Santos, faz a análise a partir dos consumos de energia, nomeadamente, na requalificação das habitações através de medidas que levem a menor consumo de energia, que tem influência local na mitigação das alterações climáticas. Assim, logo somos chamados a intervir para propor medidas de mitigação das alterações climáticas que passam também pela defesa dos ecossistemas, dos quais dependemos para a nossa alimentação, pois neles cultivamos as plantas em que se baseia a nossa alimentação e com ela a cultura como tradição, aqui gastronómica, que é assente na biodiversidade. E, isso é um problema que nós estamos a enfrentar, têm dito os jornais que grande parte dos animais e plantas estão a desaparecer, da nossa terra, que nos dá também os bons sabores e melhor saúde. Nela assenta a nossa gastronomia que se torna também, a gastronomia, fonte de saúde e atração turística.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado tem que terminar, que já ultrapassou, em mais de um minuto, o seu tempo.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Eu vou terminar, só tenho aqui um parágrafozito. A nossa Assembleia Municipal já discutiu este ano, um Plano de ação para adaptação às Alterações Climáticas, foi em fevereiro passado, e devia ser também um Plano de mitigação das alterações climáticas. Eu depois de ter lido o livro do Filipe Duarte Santos cheguei à conclusão que não se trata só de adaptação, que é sofrer o menos possível

com aquilo que são as alterações climáticas, mas também mitigar e alterar aquilo que são as causas das alterações climáticas. Contudo, sendo muito detalhado impõe-nos muitas leituras e releituras para que as suas recomendações se tornem prática quotidiana e processo interativo da ação cidadã. É o que, sabendo bem ser necessário para a sobrevivência, como seres vivos saudáveis. E houve gente que não gostou do meu texto, não gostou de ousar o tema das alterações climáticas, mas isso já foi discutido aqui e ninguém protestou na altura, por a Câmara nos propor a discussão das alterações climáticas e a forma de nos adaptarmos. Eu trago a ideia, que não é minha, que é do Filipe Duarte Santos, que é para além de nos adaptarmos, é mitigar e alterar o Mundo em que vivemos. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Temos agora o grupo municipal do CDS - A dona transparência e o gato escondido com o rabo de fora. Eu sei que nós estamos no teatro, mas...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Pois, pode ser, pode parecer de repente, assim uma história para miúdos, mas ainda não a consegui concluir e agora é apenas uma crónica para graúdos. Eu, realmente, ouvi aqui falar de um Concelho cor-de-rosa, realmente a Deputada Dulcineia traz hoje um vestido muito bonito, mas o nosso Concelho não está dessa cor. Quanto ao ajuste direto, o ajuste direto de que o senhor Presidente falou e de que eu falei, é um procedimento concursal, onde é que estão as peças desse concurso? Onde estão? Eu, como Deputado Municipal, se o senhor não mas enviar eu vou requerer-lhas. O título pode parecer estranho, mas a dona transparência, que muitos dos presentes conhecem, é uma senhora distinta, filha de boas famílias, com um comportamento social irrepreensível. Foi sobre esta senhora que tomei a liberdade de escrever uma pequena crónica. A dona transparência é merecedora pelos atributos de índole moral que tem, que se tornem públicos esses seus predicados, como exemplo de padrão de comportamento para as gerações do presente, sem esquecer as vindouras, mesmo sendo em formato de uma história simples para miúdos e graúdos. Várias vezes iniciei a narrativa sobre a distinta dona transparência, e outras tantas fui obrigado a interrompê-la, sem que me tivesse sido possível concluir qualquer capítulo. Aliás, sempre que me sentei de caneta na mão, em frente de uma folha de papel, e olhando para a distinta senhora de frente, para dar início à prosa, a tarefa foi bruscamente interrompida por mais um episódio de maus-tratos, sempre em contexto de violência doméstica, de que a dona transparência foi vítima. Efetivamente, esta senhora que tão grande sedução exerce sobre nós, não todos, e que frequentemente povoa os nossos sonhos mais cor-de-rosa, é alguém que vive em enorme sofrimento. Isto acontece, porque na mundividência da dona transparência, aparecem frequentemente duas figuras sinistras que ameaçam a existência da própria senhora. São eles os conhecidos, gato escondido e o seu primo direito, gato escondido com o rabo de fora. Um e outro aparecem, com cada vez maior frequência, procurando ocupar o espaço que é da dona transparência, por direito próprio. Têm sido estas duas horripilantes personagens, as responsáveis pela intermissão do meu ato de compor a diegese da distinta dona transparência. Tanto o gato escondido, como o seu parente gato escondido com o rabo de fora, apareceram na Guarda em 2001 na compra dos terrenos da antiga fábrica do Rio Diz, gerando um imbróglio que impediu e impede a Câmara Municipal de celebrar a escritura dos respetivos terrenos. No concurso para os

transportes urbanos da Guarda, que eu elogiei, pois pensava que a dona transparência estava presente, logo haviam de aparecer os gatos. O que veio a determinar a anulação do referido concurso e a estarmos a ser servidos por viaturas próprias para viagens de longo curso. No caso da assinatura do memorando de entendimento, com a Medcapital e o Hospital Terra Quente, para cedência dos terrenos do antigo matadouro, também se afigura que haja gato escondido com o rabo de fora, uma vez que não houve concurso, processo concursal, como é determinado. E, pela pressa imposta na assinatura do documento, que em tudo se assemelha no tempo e no *modus operandi*, ao negócio feito, em nome do Município a quatro dias das eleições autárquicas de 2001, com os terrenos do Rio Diz. No caso da aprovação, apressada da versão final do Plano de Urbanização do Cabroeiro, em cima do ato eleitoral, também há rabos de fora. Estando a ser apurados o número de gatos envolvidos. É por estas e por outras, que não se consegue escrever a história da dona transparência. E, agora aparece mais um gato, que é o gato escaldado, e o gato escaldado, somos todos nós. Caros Deputados, Presidentes de Junta, Executivo Municipal, senhora Presidente da Assembleia Municipal, inverti a ordem. Chega ao fim um ciclo de quatro anos, que tive a honra de viver, desde 2017 que fui eleito Deputado Municipal, por vontade dos eleitores, que deram esse voto de confiança ao CDS. E, foi nessa qualidade que sempre participei, e estive ao serviço público dos cidadãos, em funções Autárquicas, nesta casa da Democracia dos Municípios. Foi um período exigente, com muitas horas dedicadas, muitos ensinamentos, muitas decisões e muita aprendizagem, mas sobretudo, foi um percurso do qual me orgulho. Aprendi com todos, com os meus, com quem a mim se opunha, afinal de contas é essa a grande lição da Democracia. Sempre estive na política como estou na vida, completamente, livre. Sirvo o meu partido, sim, porque nele acredito profundamente, e é no CDS e na sua matriz, que sempre me revii. Contudo, nada mais vale na vida do que sermos fiéis às nossas convicções. Não estou na política para me servir. Estou na política, como o mais nobre ato de exercício de cidadania, servir os outros. Não me demitirei nunca do meu dever cívico e acima de tudo, não me demitirei nunca das minhas convicções. Continuarei a ser um cidadão atento, se não estiver no lugar que estou hoje, estarei noutro, estarei no lugar que ocuparam, também dois cidadãos que vieram de viva-voz dizer aquilo que os preocupa, a esta Assembleia. Mas, sempre atento, aliás a missão desta Assembleia, é fiscalizar a ação do Executivo e, claramente, que a bancada do PSD se demitiu de o fazer. Espero que ainda retroceda nalgum aspeto. A Guarda contará sempre comigo. Á Guarda devo o meu muito obrigado por me ter permitido, a honra de a servir. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Temos agora o Bloco de Esquerda – Mobilidade e Requalificação Urbana. Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Caro senhor Presidente de Câmara, já por várias vezes, aqui tivemos oportunidade de questionar sobre, para quando a eliminação de várias barreiras para as pessoas com dificuldade motora, relativamente, ao longo da nossa cidade, essas mesmas barreiras. Consideramos que nos últimos tempos, temos visto, nomeadamente, no que toca a algumas passadeiras, a uma melhoria dessas acessibilidades. Contudo, continuam a existir muitas e muitas mesmo, barreiras que são muito simples, pensamos nós, é óbvio, não somos técnicos, mas quem tem essa função, certamente irá conseguir apresentar

uma solução mais apropriada, porque aparenta-nos não ser assim tão difícil a sua resolução. Contudo, é demoroso, e é demoroso porque nós consideramos que continuasse a dizer isto, é um pouco como, o Interior é bom, o Interior tem futuro, mas depois fica sempre para segundo plano. Isto é, todos têm direito às acessibilidades, somos todos iguais, lá estaremos, mas depois, no momento de decisão entre os que, maioritariamente, conseguem circular normalmente escolhe-se sempre ir pintar ou colocar um sinal mais próximo, ou de uma área em que essas mesmas pessoas do senso, do chamado comum, e que não têm qualquer dificuldade, acabam por ser elas as mais privilegiadas. Isto é, é preciso atuar. Também já o aqui disse, uma cidade candidata a Capital Europeia da Cultura, tem que trabalhar isto, a mobilidade, o respeito para com os outros é sem dúvida algo que faz toda a diferença numa candidatura deste género. Por isso, o trabalho que deve ser desenvolvido nos próximos tempos, esse sim, pode ser até ao próprio dia das eleições, não há qualquer sentimento de oportunismo, bem pelo contrário, é nesses pequenos pormenores que certamente iria com todo o gosto eu dizer, que a Câmara estava a fazer o seu papel. Porque isso é também um dos papéis da Câmara Municipal, que é possibilitar as mesmas oportunidades de acessibilidades e de mobilidade a todos os cidadãos. Queria também dizer que continuo sem perceber muito bem, o Bloco de Esquerda gostaria de saber para quando é que está para ser resolvido a questão, qual é estarmos a ver aqui...ainda bem que o problema dos trabalhadores, pelos vistos, foi um pouco resolvido, relativamente aos transportes, e à empresa de transportes urbanos que conseguiu, pelos vistos, chegar a um acordo com alguns dos trabalhadores que estavam mais que habituados a fazer os percursos. Mas continuamos a ver, estamos agora a ver, as pessoas a ser transportadas em veículos, do século passado, isto é, se já havia dificuldade de mobilidade, vocês vejam as carrinhas, atrevo-me a dizer de 92, de 89, é o que mais parecem, ainda andam. Eu próprio tenho uma, ainda andam, mas para a qualidade que se exige para com o cidadão, para aquilo que nós pagamos, como impostos, é vergonhoso! É vergonhoso! Se a empresa em causa não tinha capacidade, neste género de transição, pelos vistos que há aí problemas em tribunal, esta empresa não podia estar a fazer serviços, a prestar os serviços com estes veículos. É vergonhoso! Mais, as pessoas nem sabem quais são os veículos, estão identificados com papel de computador, atrevo-me a dizer que alguns quase à mão, a dizer transporte. Isto não pode ser! Senhor Presidente, mude-se isto rapidamente, até às eleições, exige-se isso rapidamente, e exige-se uma explicação óbvia, de até quando é que isto vai durar. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Temos agora a intervenção do Partido Socialista – Desgoverno da Autarquia.” -----

- **Deputada Paulisa Dóris (PS):** “Começo por endereçar os meus respeitosos cumprimentos na pessoa da excelentíssima Presidente da Assembleia Municipal, a todos os presentes e a todos os que nos acompanham através dos meios de Comunicação Social. Gostaria também de aproveitar o ensejo para agradecer a bonita lembrança que nos ofereceram, foi um gesto muito simpático. Este tema é sobre o desgoverno do Executivo do PSD. Todos aqui devem ter ouvido que segundo os últimos dados divulgados pelos Censos 2021, o Distrito da Guarda perdeu quase 18 mil habitantes na última década. Esses dados do Instituto Nacional de Estatística, revelam que a Guarda foi a quarta Capital de Distrito do País com maior perda de população, com uma queda de 5,6%, desde 2011, a data dos anteriores Censos. Há que refletir e

questionar sobre o porquê deste despovoamento da nossa Região nos últimos 10 anos, 8 dos quais em que o PSD presidiu ao Executivo Camarário do Concelho da Guarda. Durante estes últimos 8 anos, em que o PSD liderou a Câmara Municipal, o que vimos foi redecoração de rotundas, eventos festivos, onde se gastaram milhares de euros do erário público, mas que não tiveram qualquer retorno a nível do desenvolvimento regional. Não criaram empregos, não fixaram gente. Ora, compete às Autarquias adotar medidas para o desenvolvimento regional, medidas de combate ao tal cancro, de que aqui falou o senhor Professor Carvalho Rodrigues, criar incentivos à fixação de população nas suas regiões. As políticas de combate à interioridade do Governo, de nada servem se nós por cá, não fizermos o nosso trabalho de casa. Mas o tão apregoadado Movimento pelo Interior, encabeçado pelo anterior Presidente da Câmara senhor Dr. Álvaro Amaro, transformou-se num movimento para Bruxelas, pois o autarca apenas se serviu deste movimento para se catapultar em direção a Bruxelas, serviu-se da Guarda, abandonou-a a meio do mandato, quando alcançou os seus interesses pessoais. E do Movimento pelo Interior, nada ficou. E os membros do Executivo que lhe sucederam entraram em conflito uns com os outros, numa luta entre eles, pelo protagonismo político em vez de se preocuparem com o rumo que deveriam dar a este Concelho. De facto, lamentavelmente, dois mandatos prestes a findar liderados pelo PSD, não deixam qualquer obra nova que dê à cidade o impulso de desenvolvimento de que necessita. Fala-se muito de projetos estruturais, do que hão-de vir a fazer, do que há-de vir a ser feito, mas e o que é que foi feito nestes 8 anos? O que é que foi feito nestes 8 anos, que dê a esta cidade as necessárias condições de atração e fixação da população, para estancar esta perda de população que tem vindo a verificar-se na nossa região e revitalizar a nossa economia local. E não foi por falta de apelos, recomendações e propostas por parte da Assembleia Municipal. Mas a Câmara parece não querer ouvir este órgão deliberativo e representativo dos cidadãos da Guarda, e não está atenta às necessidades da nossa população, que aqui trazemos e discutimos, inclusivamente, deixou por concretizar inúmeras propostas aqui votadas e aprovadas. Ora, este é de facto o órgão que representa os cidadãos desta cidade e é aqui que eles têm voz, através dos Deputados que elegeram, mas parece que este Executivo se recusa a ouvir as vozes dos cidadãos, as suas preocupações e necessidades que aqui trazemos não foram ouvidas. A bancada do PS pugnou aqui, ao longo deste mandato, pela adoção de políticas de desenvolvimento regional e criação de condições na Região para que as famílias e para que os jovens aqui se fixassem. Baixar a taxa de IMI e o custo da água, é algo que temos vindo a defender ser essencial, para baixar o custo de vida aos cidadãos aqui residentes. Promover a criação de emprego, implementar medidas de apoio às famílias e de incentivo à natalidade, para inverter o fluxo de perda de população, nomeadamente, através de apoios aos pais que demonstrem ter baixos rendimentos, apoios nos custos com a creche, infantário e ATL dos seus filhos, apoio à habitação a essas famílias carenciadas. Trouxemos aqui essas propostas, também exortamos a que fossem adotadas estratégias de investimento, de apoio às empresas para captar novas empresas e manter as já existentes. E sublinhámos a importância de dar estímulo à economia local. Alertámos para a necessidade de fomentar o desenvolvimento do mundo rural, para evitar esse tal despovoamento que sucede nas Freguesias Rurais. Fosse feito esse investimento no mundo rural e certamente não haveria esta sangria de população que se tem vindo a verificar. Também alertámos para a necessidade de incrementar o setor do Turismo, com realce para a necessidade de revitalizar o Hotel

Turismo da Guarda, sendo neste campo, de congratular o projeto dos Passadiços do Mondego, mas que não é suficiente, por si só, para alcançar o verdadeiro potencial de Turismo desta região, sem estar integrado num projeto global mais alargado. Também alertámos para a necessidade de investir no Ensino Superior e na habitação para fixar jovens, de desenvolver estratégias de bem estar na cidade através da criação de espaços adequados ao lazer e à prática de atividades desportiva, física, nomeadamente a construção de uma rede de ciclovia e via pedonal, que ligasse o Parque Urbano do Rio Diz ao centro da cidade e a outros pontos de interesse naturalístico, da zona envolvente da cidade, fora do perímetro urbano e que facultasse uma melhor mobilidade urbana e que transformasse e modernizasse a cidade, indo ao encontro ao atual conceito de mobilidade ecológica, que as cidades modernas cada vez mais apostam nos últimos anos. Nós temos orgulho da antiguidade da nossa cidade, mas, porém, tal não significa que ela tenha que ser retrógrada. E é daquele tipo de novo paradigma que aqui falo, que a cidade necessita, mas que este Executivo não acolheu. E, são como exemplo disso, as passeadeiras inexistentes em várias ruas da cidade, muitas delas com falta de acessibilidade, precisamente, que aqui falou o anterior Deputado, sobre esse problema. A falta de acessibilidade para carrinhos de bebé ou cadeiras de rodas, os passeios estreitos. Portanto, esta não é uma cidade virada para as pessoas, para a mobilidade urbana. E também com a finalidade de melhorar essa mobilidade, já aqui enfatizámos a necessidade de melhoria da rede de transportes públicos existente, capaz de colmatar as lacunas aqui tantas vezes apontadas e denunciadas, constantemente, pelos utentes desses serviços. Também com a mesma finalidade, aqui enfatizámos a essencialidade de avançar com a construção de uma grande via, que ligue o centro da cidade à A23, que também se fala no projeto, mas o que é certo é que também não ficou feita, nestes 8 anos de mandato. Ainda recomendamos alterar o Regulamento Municipal sobre as avenças de estacionamento, para que se proporcionasse à população residente e aos que aqui trabalham, uma solução para o estacionamento prolongado. Sendo a esse respeito também essencial criar estacionamentos subterrâneos no centro da cidade, por forma a retirar os carros da rua e devolver a cidade às pessoas, tudo dentro do conceito de mobilidade urbana, esta nova conceção que todas as cidades, que se querem modernas e desenvolvidas estão hoje em dia a adotar. Ora, todos estes aspetos apontados e que aqui foram postos em foco, eram passos importantes para o desenvolvimento regional, para aumentar o bem-estar e o nível de qualidade de vida dos Guardenses e para tornar a cidade e o Concelho mais atrativo, aos seus residentes e visitantes. E, a este propósito, estando agora prestes a findar a época estival, não se pode deixar de lamentar o facto de nos últimos dois Verões, a parte exterior das piscinas Municipais ter estado fechada, impossibilitando os veraneantes de disfrutar desse espaço de lazer, não tendo aqui na cidade qualquer outra alternativa, para disfrutar do sol de uma tarde de Verão, o que é lamentável. Também a esse respeito, denunciámos, ainda na passada reunião ordinária da Assembleia Municipal, o estado lastimável em que diversos espaços da cidade, espaços verdes e espaços de lazer, se encontram a maior parte do ano. E, denunciámos tudo isto em prol do aumento da qualidade de vida, volto a repetir, e dos seus habitantes, da atratividade do Concelho, tudo isto são medidas que estão ao alcance das Autarquias. Falámos aqui da falta de manutenção do Parque Urbano do Rio Diz, das diversas zonas ajardinadas da cidade, que se encontram em estado de abandono, degradadas, com falta de manutenção e limpeza. Basta andar a pé na cidade, dar uma caminhada, o jardim que está por cima, frente ao hotel

Vanguarda, é vergonhoso o estado em que se encontra, um espaço que seria tão atrativo, tão divertido para ir em família, para se passear e está num estado lastimável. Também chamámos à atenção para a necessidade de arranjos estruturais em muitas ruas da cidade, cheias de buracos, principalmente, nalgumas zonas residenciais e das ruas também calcetadas com irregularidades e ondulações que perigam a condução e danificam os veículos. E também chamámos à atenção...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, vai ter que terminar que já ultrapassou em muito o seu tempo, está bem.” -----

- **Deputada Paulisa Dóris (PS):** “Sim. Para as estradas Municipais a necessitar de limpeza das bermas, cheias de mato. Agora, à porta das eleições, a cidade realmente, mais parece um estaleiro, que é para eludir os de curta memória, que se poderão deixar convencer que afinal sempre foi feita alguma obra na cidade, pela Câmara do PSD. O grupo municipal do PS lamenta, assim, que este Executivo, em quase uma década não tenha tido, nem a visão, nem a capacidade de conceber um Programa capaz de trazer à nossa Região o desenvolvimento socioeconómico necessário para se afirmar como uma Capital de Distrito ao nível daquele que tem o potencial de vir a ser, atendendo à sua localização geográfica estrategicamente situada no eixo de ligação à Europa. Fala-se de projetos estruturantes, mas em 8 anos, repetimos o que é que foi feito? Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. Já tenho o Ricardo...como? É para substituir?” -----

- **Deputada Dulcineia Coito (PSD):** “(...)” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Fala primeiro então, é isso? Muito bem, então faz favor senhora Deputada Dulcineia.” -----

- **Deputada Dulcineia Coito (PSD):** “Senhora Presidente, muito obrigada. Peço imensa desculpa, e obrigada Ricardo. Eu só queria colocar aqui umas questões à senhora Deputada Paulisa, por quem tenho até muita simpatia, e ela sabe disso. Mas é que é assim, ou questões ou se calhar, vou recordá-la que o Movimento pelo Interior, apesar de ter sido dinamizado pelo ex-autarca da Guarda, Dr. Álvaro Amaro, é certo que integrava elementos do Partido Socialista. Não sei se saberia disso? Mas vou dizer-lhe isto, porque a senhora deu algumas críticas, duras críticas em relação ao Movimento pelo Interior, portanto era um Movimento que era de um conjunto de cidadãos que reivindicavam a alteração deste paradigma de gestão desequilibrado do nosso Território. Mas, também lhe quero dizer que a culpa, por exemplo, dos Territórios de baixa densidade e destes problemas, desta pressão demográfica e da gestão Territorial errada do nosso País, não é da Autarquia do PSD, porque senão, nos Concelhos onde o Partido Socialista perdeu população, a senhora diga-me, a culpa é de quem? É aqui deste senhor Presidente? É de quem? Então, e diga-me, a inversão do atual paradigma de gestão do espaço Territorial a nível Nacional, é culpa deste Executivo? Ou é culpa do Governo Socialista?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu peço-vos, por favor, que não entrem em diálogo:” -----

- **Deputada Dulcineia Coito (PSD):** “E até lhe digo mais, antecipo aos anteriores Governos, e se me permite, nós temos um Ministério da Coesão, se a senhora vê, como tão essencial, e como todos nós entendemos este equilíbrio no Território, e que é preciso lutar, efetivamente, por quebrarmos este nefasto paradigma, então o Ministério da Coesão tem servido para quê, no âmbito do Governo Socialista? Desculpem-me, é que estas tacadas em relação ao desequilíbrio dos Territórios, á pressão demográfica, e culparem a Autarquia, quando as reformas estruturais dependem do Governo, é que aí não entendo, lamento!” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. Senhor Deputado Ricardo, faz favor.” -----

- **Deputado Ricardo Né (PSD):** “Boa tarde senhora Presidente e na sua pessoa, por uma questão de economia de tempo, cumprimento todos os presentes. Já que o PS, ultimamente, se tem manifestado como sendo o partido das cunhas, cunhas no sentido de, como tem uma presença muito relevante junto do Governo, portanto, eu queria também, pedir aos meus colegas da bancada parlamentar do Partido Socialista, se conhecerem aqui algum Concelho perto, de preferência Socialista, que me queira dar asilo ou que me queira dar uma casa, eu agradeço muito. Porque pintaram-me aqui, a descrição do Concelho onde eu resido, bem que eu não quero nunca mais, cá viver. Eu vou sair daqui eu vou pegar no carro e vou desaparecer, e só olho para trás quando vir uma placa a dizer Guarda riscado. Bem, por amor de Deus. Eu estou aqui a ser injurioso, mas isto é de propósito. O partido Socialista, que em 2013, quando abandonou, ao fim de 37 anos, os destinos da Guarda, que deixou a cidade no maior caos que algum dia em Democracia uma cidade do Interior viveu, vem agora com esta retórica de perguntar, o que é que o PSD fez em 8 anos? O que é que o PSD fez em 8 anos? Olhe, senhora Deputada Páulisa, eu podia-lhe responder com muitas coisas, podia-lhe falar na recuperação do Parque Municipal, na recuperação do Jardim José de Lemos, em muitos arruamentos e caminhos Municipais, olhe, em esgotos em muitas Freguesias, onde o PS, que tanto pugnou por isso, não conseguiu lá levar sequer a porcaria do esgoto. Tivemos que ser nós a fazer, mas eu vou-lhe apenas responder duas coisas, o que nós fizemos, fizemos o saneamento financeiro da Câmara Municipal da Guarda, que o PS deixou no estado lastimável, na maior miséria absoluta, em que ninguém fiava um prego que fosse, em que a Câmara por mais vontade que tivesse em acorrer a programas comunitários, não tinha dinheiro para avançar, para comprar os materiais, para investir para depois ser ressarcido, e por isso, não fez nada. E o PSD veio há 8 anos reverter isso, e mais, a Plataforma Logística, foi uma obra do PS, verdadeiramente foi, damos-lhe os parabéns por isso, mas quando o PSD iniciou funções em 2013, havia giestas, hoje as giestas transformaram-se em empresas. Faz lembrar aquela história da Rainha Santa, em que os pães se transformaram em rosas. E, portanto, foi isto o que este Executivo fez, foi este o grande crime que cometeu, e já agora deixem-me também dizer-lhes uma coisa, hoje estou particularmente triste, estou contente por um lado, por ser a última Assembleia. Uma Assembleia onde eu participei durante 4 anos, com muito orgulho, onde dei o melhor que sabia e o melhor que podia, mas hoje fico triste, porque ao fim

ao cabo, isto em certos momentos mais pareceu um pelotão de fuzilamento em relação ao Presidente da Câmara, ao Carlos Chaves Monteiro, um homem que tanto deu por esta terra, que tanto se sacrificou do ponto de vista pessoal e profissional, para que a Guarda fosse hoje uma cidade com orgulho, em que todos nós andamos de cabeça levantada, em que nós vamos para outros Concelhos do Litoral, e dizemos, eu sou da Guarda, mas sou da Guarda com orgulho. Não é como acontecia há 8 anos atrás quando nós éramos da Guarda e éramos conotados com um pinheiro espetado num pneu no meio da Praça Velha, preso por dois fios. Isso é que era a Guarda de há 8 anos, a Guarda de 2021 é uma Guarda próspera, uma Guarda com esperança, uma Guarda com futuro, que se quer mais e melhor, mas esse mais e melhor, se deve a estes homens a estas mulheres que fizeram parte do Executivo. E, por isso, os meus parabéns senhor Presidente, por todo o trabalho. Tenho dito. “-----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Eu não tenho mais ninguém inscrito. Senhor Deputado Pedro Nobre, faz favor.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Boa tarde, mais uma vez. Eu quando venho a este microfone, espero que as pessoas percebam que estamos a falar de política e por mais simpatia que eu tenha por quem quer que seja a que me esteja a referir, estamos a falar de política e então, é isso que eu queria deixar bem claro. Primeiro, alguém sabe quem é que foi a única capital de Distrito que perdeu população entre o Censos de 2001 e 2011? A única? Foi a Guarda, o culpado também deve ter sido o Carlos Chaves Monteiro, provavelmente foi, não sei. Relativamente a investimentos no mundo rural, o Ricardo acabou de falar, foram criadas mais e melhores condições para que as pessoas lá consigam continuar a viver. Portanto, e há outros projetos, vocês com certeza também conhecem para ajudar a desenvolver e a criar riqueza das pessoas que vivem e que querem continuar a viver, e ainda bem, no mundo rural. Relativamente ao Hotel Turismo, já estou um bocado cansado de falar sobre o assunto, a responsabilidade da sua reativação está neste momento do lado do Governo. Se não são capazes de o fazer, devolvam-no à Câmara Municipal, que a Câmara Municipal, este Executivo, vai saber tratar desse assunto. Volto a dizer, volto a repetir, não é pôr pura e simplesmente o Hotel Turismo numa espécie de leilão, é preciso fazer mais alguma coisa. Já vimos que desde que saiu o Hotel Turismo das mãos do PS, até agora, ainda não foram capazes de resolver o problema, o Governo Central, ainda não foi capaz de resolver o problema, devolvam o Hotel Turismo à Guarda, porque assim tenho a certeza que irá ser resolvido mais rapidamente. Depois a Ciclovia, então, quer dizer, sabemos que está um projeto a avançar na Ciclovia, se agora a Ciclovia estivesse a ser inaugurada, aqui d’el Rei porque já era uma obra que tinha a ver com as eleições e não sei quê, não sei que mais. Portanto, estão a ser cumpridos requisitos legais e tudo isso, agora aqui se calhar, já não dava muito jeito falar sobre o assunto, mas sabemos que está num processo para se concretizar e para avançar. Relativamente à mobilização na cidade, olhem por exemplo, praticamente à frente da casa da minha sogra, uma cadeira de rodas, um carrinho de bebé não consegue passar, sabem porquê? Porque foi retirada uma área ao passeio para se pôr lá um caixote do lixo. Isto é uma situação que também não foi este Executivo que fez, foram Executivos anteriores a este atual Executivo. Essa situação, foi feita por um Executivo Socialista, agora também podem dizer, ok, mas em 8 anos já podiam ter alterado isso. Se calhar já, mas quem fez o mal não foi este Executivo, quem fez esse

mal, porque o passeio estava lá inteiro, esse é um exemplo, há muitíssimos outros, infelizmente, não foi feito por quem lá está agora, é um problema que já vinha para trás. E, agora, só para finalizar, senhor Presidente, olhe se calhar tenho que lhe dar os parabéns por ter sido o senhor a descobrir esta história da cidade estar num estaleiro. Porque ainda recentemente, estive noutras e estavam ou igual ou muito pior do que a nossa. Inclusivamente cidades geridas por Governos Socialistas ou por Câmaras Socialistas, quer dizer, as próprias Câmaras anteriores a esta, governadas por Socialistas tinham exatamente a mesma situação. Mas, aí, nessa altura, ai que bom estamos a fazer obra e não sei quê. Agora, não dá muito jeito, que eu queria lá estacionar e afinal aquele passeio até está em obras, quer dizer, acho que não vale tudo, eu acho que temos que ser um bocadinho coerentes connosco próprios e obviamente que dizer que causa transtorno tantas obras na cidade, neste momento, pode haver uma confluência de situações que ditam o início da obra nesta altura, eu tenho a certeza de que o senhor Presidente já gostava de ter inaugurado os Passadiços do Mondego. Houve constrangimentos que impediram que isso acontecesse, pronto não vão ser inaugurados antes das eleições, portanto já devem estar muito contentes porque essa obra não vai ser inaugurada antes das eleições, mas de certeza absoluta que o senhor Presidente e cada um de nós, gostaria que eles já tivessem sido inaugurados. Portanto, há situações que são extra responsabilidade do Executivo, há situações que não é este Executivo que as inventou, nem pouco mais ou menos, que se vê por todo o País, mas pronto, como nós aqui de facto, somos um caso muito especial, temos que criticar por fazer, que pelos vistos é mais criticado por o não fazer. Porque quando éramos uma capital de Distrito, e nós hoje estamos a tentar recuperar esse papel importante, porque qualquer capital de Distrito deveria ser o motor financeiro, económico, social desse Distrito e nunca até agora, repito nunca até agora, nenhum Executivo anterior aos Executivos do PSD, viu a cidade nesse papel. Porque se temos aqui, por exemplo, a situação da sede da CIM, é com esse objetivo, é para nós sermos a capital desta Região, coisa que antes nunca tinha sido vista, ou nunca tinha sido trabalhada nesse sentido, éramos mais um. E, não, nós somos uma capital de Distrito que neste momento está em condições de dizer que cria e vai criar ainda mais postos de trabalho, e isso é que é o motor de tudo o resto. Portanto, dizer que nem tudo o que se ouve, deve ser muito tido em conta, ouvir as coisas sim, que interessam, e algumas coisas são ditas pela oposição que interessam, obviamente que sim, e não são poucas. O grupo do PSD tem votado favoravelmente moções de todos os outros partidos, ninguém o pode negar, nesse mesmo sentido, no objetivo, sempre, do melhor para a população da Guarda. Agora quando as coisas estão a ser feitas no bom sentido e com objetivo de sermos cada vez maiores e melhores, eu acho que está a ser inequívoco esse trabalho que está a ser desenvolvido, de maneira que só quero é que esse trabalho se perpetue e que continue durante mais tempo, porque indiscutivelmente, indubitavelmente, é esse o caminho certo.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais ninguém para falar? Senhor Deputado Monteirinho, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Boa tarde, mais uma vez. Senhora Presidente, há bocado não tive oportunidade de lhe transmitir, mas neste momento queria saudá-la pela iniciativa que teve de deixar para memória futura um pequeno livro que reporta estes 4 anos em termos de Assembleia Municipal. E, dizer que acho que até é uma boa

ideia, que podia-se refletir em termos de Assembleias vindouras, para num determinado período compreendermos aquilo que se passou em termos políticos. Portanto, considero que tenha sido uma ótima ideia, mas salientava aquilo que está na página setenta e sete, que eu acho que é paradigmático, daquilo que foi este Executivo Municipal. Este Executivo Municipal, e hoje dou os parabéns ao Presidente da Câmara, queira Vossa Excelência aceitar os meus parabéns, porque todos nesta Assembleia, e penso que fora dela compreendemos e ficamos a saber aquilo que não deve ser uma atuação de um Presidente da Câmara. Hoje, aqui tivemos duas formas que foram importantíssimas para avaliar aquilo que tem sido o desempenho do Presidente da Câmara. Primeira forma, não consegui aceitar as críticas como um democrata, houve pessoas que aqui falaram e que fizeram a sua intervenção, para além de terem sido mandadas calar, inclusive a mim, como representante nesta Assembleia Municipal. Foram também desrespeitosos, foi também desrespeitoso, porque faltou e retirou-se quando alguns elementos desta Assembleia Municipal falaram e criticaram. Essa não é uma postura de um Presidente de Câmara. O segundo momento, que ficará também nesta memória, e que penso que todos se recordarão, tem a ver com a comparação que hoje aqui foi feita daquilo que deve ser, como um ato que nunca deve ser lembrado, daquilo que foi o Hitler da Segunda Guerra Mundial, em termos históricos. Não sei se repararam, mas essa comparação, para além de ter sido completamente descontextualizada, também falar de Hitler nesta Assembleia, perdeu todo o enfase que não devia ter tido. E, lembrava também, uma questão que eu acho que também é importante, como Presidente de Câmara que ainda o é, apelo ao seu bom senso e à sua boa atuação para que quando se refira a qualquer Instituição, seja ela qual for da nossa cidade, tenha o respeito que merece a Instituição que Vossa Excelência representa, que é a Câmara. E eu tenho todo o respeito pela Câmara e pelos funcionários. Vossa excelência quando fala sobre e diretamente para as Instituições, lembre-se sempre, independentemente da crítica que queira fazer, que é sempre justa, que existem funcionários dentro dessas Instituições que ficarão colados à imagem que vossa excelência, passa como Presidente desta Autarquia. No meu entender, já tinha dito uma vez, e se me permite, é a minha humilde opinião, e penso que, e cada Deputado na Assembleia Municipal, terá a sua opinião, evidentemente, e respeito-as a todas, mas na minha humilde opinião, é a segunda vez que faço referência a isso, um Presidente de Câmara, é um Presidente de Câmara, deve ter sempre cuidado com as palavras que utiliza quando se refere a qualquer Instituição desta cidade, para que ela não fique de uma forma, de futuro colada a uma imagem negativa. É a segunda vez que o chamo à atenção, senhor Presidente, e disse-lhe mais, disse-lhe da última vez que Vossa Excelência como Presidente da Câmara e eleito pelos Guardenses, por este Concelho, deveria se assim o entender e se achar que as coisas não estão a correr da melhor forma, chamar os responsáveis e conversar com eles particularmente. Acho que essa é que devia ser a forma de estar mas também, é a minha opinião senhor Presidente. Não posso deixar de relevar estas últimas intervenções sob o ponto de vista da Democracia. Todas elas representam aquilo que tem que ser a essência da Democracia, os pontos de vista daqueles que defendem a sua matriz ideológica. Temos de um lado o Partido Social Democrata e bem, aqui representado por uma maioria, que restam dúvidas se é mesmo uma maioria, e temos o Partido Socialista e os demais Partidos, o CDS, o Bloco de Esquerda e o PCP, construíram esta Assembleia durante estes 4 anos e tenho a certeza, que todos os que aqui estamos, nos orgulhamos daquilo que foi o nosso trabalho. E,

sinceramente, eu orgulho-me e tenho a certeza de que todos os que aqui estamos se orgulham. Também me orgulho, senhor Presidente, se quer que lhe diga, pelas outras vezes em que o senhor Presidente assumiu as funções de Presidente e não assumiu as funções de candidato. Desculpar-lhe -ei essa atuação que hoje teve e penso que a maior parte dos Deputados Municipais que aqui estão, porque já tem a cabeça no ato eleitoral que se avizinha. Senhor Presidente, humildemente reconheça aqui os seus erros e aceite esta lição democrática. Esta lição da Democracia, porque na sua essência aquilo que é mais importante não é o conteúdo, é a forma, é o momento em que vivemos, cada um dos momentos em que estamos presentes. E, este, é um momento histórico, é um momento em que terminaremos esta Assembleia e nos reportaremos para o futuro e conscientes de que demos o nosso melhor em prol daquilo que é a nossa população. E, tenho a certeza de que este Executivo, também tem essa sensação. Deu o seu melhor, independentemente das críticas que foram feitas, tentou dar o seu melhor, e estas críticas que hoje aqui foram feitas, foram na expectativa de o alertar a si e à sua equipa que o melhor não é aquilo que estão a fazer à pressa. O melhor seria de aqui a alguns meses apresentar esses projetos e serem avaliados por todos aqueles que aqui estão, ou que irão constituir a próxima Assembleia. Permita-me e permitam-me todos os Guardenses, para terminar e dizer o seguinte, as críticas que foram feitas do Partido Socialista, durante estes anos, tiveram como objetivo principal, melhorar aquilo que é a atuação do Executivo Municipal. Todos costumam dizer, e não são palavras vãs, aquelas que dizem que uma oposição forte, faz uma governação forte. E o Partido Socialista tentou fazer isso, teve as suas limitações, reconhecemos que houve momentos em que não fomos os melhores, mas tivemos sempre presentes, que era esse o nosso objetivo político, representar a Guarda foi uma honra e um orgulho para o Partido Socialista durante os anos em que governou e durante os anos em que estive na oposição, esse é o caminho que todos desejam, tenho a certeza que aqueles que hoje aqui se encontram, sejam eles do Partido Social Democrata, do CDS, do Bloco de Esquerda ou do PCP, trabalharão com afinco e terão orgulho de ter representado esta Assembleia. Tenho a certeza de que se puderem estar na oposição ou estar na governação, terão sempre a ideia e a convicção de que irão trabalhar por um futuro próspero para a Guarda, que é isso que todos pretendemos ...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente:** “Tem que terminar senhor Deputado...” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Quando chega a campanha eleitoral... vou terminar senhora Presidente, só dizer mais isto. Quando chega a campanha eleitoral, não vale tudo na política, o que fica e aquilo que importa são as ações pelas quais são cada um de nós responsáveis pela prática. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais ninguém? Muito bem, então passamos ao ..., não passamos nada. Passamos a palavra ao senhor Presidente, peço desculpa. Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, senhores Deputados. Deputado Henrique Monteiro, já que estamos no teatro e também usou já da parábola. Também conheço aquela parábola da mentira e da verdade, em que a mentira estava a tomar banho e de repente pediu à verdade para tirar também a roupa e tomar banho com ela, entretanto a mentira, tirou a roupa e usou-a, que era da verdade, a verdade ficou na banheira com vergonha de sair à rua, e a mentira prossegue

pelo mundo vestida com a roupa da verdade. É assim que as coisas acontecem, mas nós não estamos no debate político com a responsabilidade que nos foi atribuída para ouvir e também afirmar, e quando não dizemos aquilo que agrada, afetámos a Democracia, quando estamos aqui a ouvir aquilo que nós gostamos ou não gostamos, já há Democracia. Aos Deputados do Partido Socialista tenho que dizer que a Democracia tem esta qualidade, tem este virtuosismo de ouvir num sentido, e no outro, o que nos agrada e aquilo também, que nos desagrada. Portanto, sejam os senhores Deputados, sejam os nossos cidadãos, seja o Presidente da Câmara, nós estamos aqui para a liberdade de expressão. A liberdade de expressão permite fazer aquilo que nós entendemos, sem ofensa, mas que vai ao encontro das nossas propostas, dos nossos objetivos. E a dialética política, esta, aquela que já conhecemos, quer a nível Nacional e a nível local, porque se olharmos para as gestões mais catastróficas do País, aquelas até que do ponto de vista ético envergonham-nos. O Partido Socialista é responsável por isso, aqueles que foram julgados, que foram condenados pela gestão ruinosa a que conduziram o País, que nos conduziram à Troika, que nos conduziram a que todos os Portugueses sofressem na pele o que são atos de má gestão, e não só. Aquilo que são atos do ponto de vista ético, condenados, e são esses resquícios que ainda perduram na mente de muitos Socialistas, e aqui tivemos esse exemplo. É isso que é preciso afastar. Então, diz a senhora Deputada Paulisa, de facto, eu fiquei admirado porque há uma construção atual, que eu nunca tinha visto nestes 4 anos. Bem-vinda, há Democracia e ao debate político, porque o nosso programa eleitoral ... de uma vez por todas, eu vi a senhora Deputada, de uma forma alargada a falar de vários temas, mas a raiz do pensamento mantém-se. Entraram há 8 anos, aqui nesta Assembleia na oposição, a falar de rotundas e continuam, e continuam a falar de rotundas. Lá querem eles saber dos projetos que nós desenvolvemos, da Plataforma Logística, aquela tal que já foi aqui dito, que eu não vou agora também outra vez reiterar, mas a senhora Deputada que é a voz do Partido Socialista, e aqui foi a voz do Partido Socialista, diz o que é que se fez, o que é que se fez nestes últimos 8 anos. Ora meus amigos, repararam nos danos catastróficos, estruturais, que o Partido Socialista fez em 40 anos, não é uma obra valorosa que nos vai da lei da morte libertando? Então não é exatamente algo que nos condiciona ainda hoje no desenvolvimento, é preciso dizê-lo. Eu agora até ouvi um membro do CDS, dizer numa entrevista que a dívida, ouçam, a dívida da Câmara Municipal começou a baixar em 2010, ora em 2010, o Partido Socialista fez um PRED e fez um PAEL. Fazia um PRED e a gente já se esqueceu, de 9 milhões de euros, em janeiro lançava o procedimento e ia ao Tribunal de Contas, no final do ano estava aprovado o Plano de Saneamento, de reequilíbrio financeiro do Município. Mas sabem que no final do ano já estavam outra vez 9 milhões de euros em dívida. Mas podia ter sido um lapso da governação Socialista. O PAEL que foi mais tarde, já próximo do ano 2013, no início do ano fizeram um pedido de Saneamento à Câmara porque o PRED não chegou, e eu já vos expliquei porquê. Mas quando vem o PAEL, inicia o procedimento e o Tribunal de Contas decide e lá vai 1 ano. Quando há decisão para 9 milhões de euros, já estavam em dívida 9 milhões de euros. Não conseguiram nunca resolver a situação financeira da Câmara da Guarda e hoje, de forma descarada, de forma, às vezes nem me ocorre a menção nem a força do adjetivo, nem a vou dizer. Mas desta forma displicente, ao fim de 8 anos, a senhora Deputada já nos resumiu o seu discurso e agora teve, de facto, aqui uma visão transversal, que é isso que a Guarda deseja, é esse debate que a Guarda deseja. Falar da sustentabilidade ambiental, da mobilidade, da recuperação das nossas Freguesias, então nos últimos 2

anos e meio, 8 milhões de euros, senhora Deputada, onde é que esteve há 2 anos e meio a esta parte? Vem dizer que as Freguesias, coitadas delas, onde é que está, porque provavelmente se este Executivo tivesse investido nas Freguesias, não havia esta debandada na população. A senhora Deputada aqui está, o raciocínio lógico, o raciocínio político, já agora naquela trilogia que o senhor Deputado Monteirinho definiu, e o raciocínio moral, qual é? Lá está a mentira vestida com a roupa da verdade, mas quem é a verdade, continua com vergonha e está em casa. Isto não pode valer tudo, de facto, em política, porque agora já temos também um problema novo na cidade e no Concelho, é que afinal temos obras sim senhora, as obras que nós iniciámos e concluímos, temos as obras que iniciámos e estão em fase de conclusão, mas senhora Deputada, mas temos as obras que já podíamos ter iniciado e não iniciámos. Ora bem, a terceira fase da PLIE, a tal, pergunta a senhora Deputada. Em 8 anos o que é que fez este Executivo, o que é que fez este Executivo, vá lá que para este Executivo, vale os cidadãos da Guarda, que não andam desconfiados, não estão a refletir sobre outras questões, refletem, efetivamente, sobre aquilo que tem acontecido na cidade e no Concelho, nos últimos anos. E, sabem o que as coisas, conforme elas estão a acontecer, conforme estão a ajudar nessa valorização do Território, não andam de forma irrefletida a fazer comentários, sem efetivamente, ter os pés assentes no chão e saber exatamente a diferença da relação antes de 2013 e depois de 2013. A Ciclovía, Pedro Nobre, a Ciclovía, o empreiteiro já há 1 mês e meio devia ter começado a obra, não há aqui procedimentos, mas imaginem, o problema da Guarda era se a Ciclovía começasse. E então se a terceira fase da PLIE começasse também, eu não sei o que é que o Partido Socialista devia dizer. Sim, porque não estão habituados a isto. Não é esta a visão do desenvolvimento, não é esta a forma de estar naquilo que se promove na política, o que se promove na política é exatamente o bem estar das nossas populações e, portanto, esta senda de realização de obras e projetos, continua nestas três dimensões. O mercado da Estação, há 2 meses que aguarda o empreiteiro para começar a obra. Está tudo terminadinho. Três obras importantes para a Guarda, não começámos sequer, mas do ponto de vista administrativo está completamente terminado o processo. Portanto, senhora Deputada, eu não entendo o seu discurso, um discurso anacrónico, um discurso que não vai à realidade das coisas, que veste a mentira de uma forma que não é acessível, que não penetra na consciência coletiva da Guarda, com certeza. E isso reflete muito do estado de espírito do Partido Socialista. Falar que não se ouvem as vozes do cidadão, porque o custo da água aumentou, não, baixámos o custo da água e agora no período de Pandemia, foram as empresas, as famílias, houve redução de 30% do custo da água. A senhora Deputada vem dizer aqui, de uma forma clara, como sendo a dona da verdade, que não baixou a água. Então e o IMI não vamos ter o IMI mais barato, este ano, a pagar no próximo ano? Mas é isto, nunca fizeram nada e agora cá estão a dizer chegou o momento de fazer as contas, mas não têm lastro, não têm história, e a história não os orgulha. A nós em 8 anos já nos orgulha muito daquilo que nós fizemos, e por isso vai ser esta linha, em que a Democracia não está em causa. Esta Assembleia não ouve os cidadãos, o Presidente da Câmara não tem a atenção dos cidadãos. Esta Assembleia tem a sua composição e que eu saiba, os projetos, as decisões que têm sido tomadas, têm sido sancionadas, maioritariamente pela Guarda, porque a maioria está nesta sala e, portanto, continuará a haver Democracia, isto é o hino à Democracia não é porque o Partido Socialista decide que há um projeto que não é correto, então a Democracia está em causa. Não é assim que a Democracia se afirma, não é esta visão

de quem a construiu desde o 25 de abril de 74. Mas que visão é esta, é uma visão sectária, uma visão populista, demagógica, daquilo que se pretende é governar para as eleições. É agora, chegou o momento, apostar no aparelho do Estado e depois chegar aqui também à Assembleia Municipal e dizer a Democracia está em causa, porque a verdade é que a maioria que sustenta este partido que governa o Município da Guarda, afinal não é democrata, porque a minoria, e aqueles que a minoria representa, é que as suas vontades deveriam prevalecer sobre a vontade da maioria. Não é isso que eu tenho, não é isso que nós temos, como visão das maiorias democráticas eleitas, que eu saiba todas as decisões feitas por este Executivo, nos últimos 4 anos foram sancionadas pela maioria da Guarda, no sistema representativo que a Lei assegura, que a Lei garante. E, portanto, era o que mais faltava, quer fora, quer dentro, quererem nos dar lições de liberdade e lições de Democracia, como se gere um Município, como se gerem as opções estratégicas que nós consideramos como determinantes para o futuro da Guarda. Dizer que em 8 anos, não se fez nada, que não há projetos estruturantes, pois acabou-se por admitir, os Passadiços do Mondego, mas nós pegámos no conjunto de habitações, de espaços, que estão no Centro Histórico para reabilitar, no âmbito da Capital Europeia da Cultura, colocar ali uma Galeria de Piné, que foi oferecida à Guarda, mesmo no tempo do Partido Socialista, ninguém pegou. Nós em 2 anos e meio assumimos, com a Associação Nacional de Farmácias, queremos cá esta coleção de Arte Moderna. Nós comprámos uma casa da Legião, eu desde que nasci, vi aquela casa em degradação, nunca a vi habitada, desde que nasci, qualquer um de nós, a maioria de nós sabe isso. Quem está a fazer reabilitação? Quem está a dar funcionalidade às habitações que estão no centro da cidade devolutas e que necessitam de facto ser reabilitadas? Fomos nós, compramos esse edifício. Não tivemos tempo, reabilitámos, consolidámos o Solar dos Sabores, com a aquisição daquelas casas, mas vamos reabilitar com um projeto importante de um arquiteto Nacional, para do ponto de vista da Cultura, ou da Gastronomia, mas também do Turismo, como eixos estratégicos de reabilitação urbana deste espaço, fomos nós que adquirimos. Nós comprámos e pagámos, foi essa grande transformação, de um Território sem esperança, retrógrada, de mentira, que nós transformámos em verdade. A verdade é que quando chegamos às nossas Freguesias, assinamos Acordos de Cooperação e pagamos metade da obra nesse dia, mas no dia em que se inaugura, pagamos o restante. Sabem o que é que acontecia, antes de 2013, nas Freguesias? Façam lá, façam lá, e depois tinham o compromisso, tinham ações judiciais, ninguém pagava, aquilo que se comprometia fazer. Venha o primeiro, não só consolidámos, lançámos as bases de desenvolvimento para a Guarda, na reabilitação urbana. Uma estratégia municipal do Turismo, está a ser tratada com a Câmara Municipal da Guarda, a estratégia de combate às alterações climáticas com um Plano de ação, é o Município da Guarda, já o fez, já estamos a aplicar. O Plano de mobilidade para a cidade já está feito, vamos aplicar. E, agora, é o Partido Socialista que vem dizer, teve 40 anos, não quer dar oportunidade aos outros, aqueles que têm a abrangência, que têm o conhecimento, querem fazer mais e melhor. E, no entanto, é esta raiz do pensamento agarrado ao passado, que não deixa a Guarda avançar, e que nós não podemos nunca aceitar. Nós somos a maioria, nós decidimos Democraticamente, não é porque eles se opõe que nós agora vamos pôr em causa a maioria, como foi aqui, de forma sobranceira, dito por várias pessoas, jamais a Democracia alguma vez esteve em causa, e muito menos o Presidente da Câmara a colocou em causa. O Presidente da Câmara, aqui, é um cidadão como vós. O Deputado Monteiro, falava que eu tinha

mandado calar, eu não mandei calar ninguém, eu estava sentado a bater palmas jocosamente, mas sentado. Aquilo que eu estava a ouvir do Deputado Monteirinho, porque estava a dizer, porque afirmava, se um assunto que não necessita de ir à Assembleia Municipal, vinha ou não vinha à Assembleia Municipal. Claro que se eu estiver no meu grupo parlamentar, e se o meu grupo parlamentar, me orientasse nesse sentido, eu estou em unísono com o meu grupo parlamentar. É connosco que nós lideramos e dirigimos a Guarda, não é com o Partido Socialista, nem com os outros elementos da oposição, os tais que saíram e estavam. Não é assim, que nós pensamos o futuro da Guarda. E, portanto, não merecia resposta e eu jocosamente, sentado estava a bater palmas, fiz isto. Mas pronto, entende que foi dessa maneira, eu não posso, a Democracia é assim, cada um entende como acha que deve fazer, mas dizer-vos claramente, no âmbito da mobilidade, quando se compra um espaço para um Centro Intermodal, para ali colocar um interface, entre a linha férrea, os transportes urbanos, interurbanos, para permitir maior mobilidade da zona baixa da cidade para a zona alta. Espero que amanhã não estejamos é na Guarda a discutir, isto já é do passado, o Hospital dentro da cerca, fora da cerca, amanhã já estamos a dizer, calma que quem decidiu a mobilidade fomos nós. Quer dizer, a Guarda tem esta tendência, e o Partido Socialista é protagonista nisto e vai buscar os protagonistas antigos e reafirma isso. E é este discurso, não podemos alimentar no século XXI, nós temos que nos comparar às cidades mais dinâmicas, ir a Aveiro. Ainda recentemente estava em Aveiro, as obras estão em curso nas Avenidas principais. É preciso é dar condições para que seja compatível a obra e a qualidade de vida das populações. Elas não podem parar, nós estamos a recuperar do atraso, por isso é que ainda não estamos no nível que desejamos, porque nós começamos dois degraus mais abaixo. Em 2013, nós eramos a pior cidade, das piores cidades do País, portanto, começámos mais abaixo, hoje estamos com níveis, já vos disse, com níveis que evidenciam essa evolução positiva, essa qualidade de vida das nossas populações, essa capacidade de atração e é essa a senda que nós vamos continuar a traçar. Falou-se de habitação, dos transportes, vamos aos transportes. Fala-se aqui que foi anulado o concurso, há um concurso público Internacional, cujo procedimento está em curso, está no Tribunal de contas, há de facto uma ação judicial, mas não está nada anulado. Mas enquanto este concurso, reparem a iliteracia política, a incapacidade deliberada ou não, de perceber os processos, mas vir aqui dar voz a coisas que , é a tal mentira que anda a circular por aí. Reparem, nesta matéria, enquanto o Tribunal de contas, não der o visto, temos que fazer ajuste direto até ao final do procedimento concursal Internacional. O procedimento que vai fazer a transformação e a adequação correta de acordo com o nosso planeamento, nos transportes urbanos da Guarda, é o concurso Internacional que está a decorrer, que está no Tribunal de contas e tem também uma discussão que está em litígio. Mas o resto, abrimos um concurso público, é um concurso público, nem foi ajuste direto, foi um concurso público, apareceram duas empresas, uma ganhou e está a trabalhar, agora já se discute o tipo de transporte. Agora já são os autocarros, bem, nós o que queremos é salvar, como sabem, as necessidades das pessoas e estamos empenhados nisso. Falar na habitação, nunca houve uma estratégia Municipal da habitação na Guarda. O Bairro da Fraternidade tem 30 anos, 40, as pessoas vivem num estado calamitoso. Isto é que é qualidade de vida 2021? Nós definimos a estratégia Municipal da habitação, vamos criar 260 habitações novas na Guarda, o Partido Socialista fala de habitação, mas onde é que estão as consequências do falar, onde é que está a prática? E é isto que está em causa,

o que está em causa, efetivamente, é nós percebermos que temos um caminho, um horizonte bem claro para definir a nossa estratégia de desenvolvimento, e é isso que não se pode perder, seja por retórica de discussão de princípios, de Democracia, de liberdade, essa é a retórica, uns encaram de uma maneira outros encaram de outra. Mas a Democracia como eu disse, tem os dois lados da questão, estejamos no lado maioritário, estejamos do lado da razão, cada um tem o direito de expor aquilo que entende que é correto e adequado. E, vir aqui, como se ouviu porque se tem uma posição contra, porque se acha, se nós achamos que há um projeto que foi validado, que está em discussão pública, foi aberto à população, e então, falamos de opacidade, falamos do cumprimento da Lei, mas a Lei é que nos guia, a Lei é que nos orienta. Então e quando o Partido Socialista faz contratos ruinosos, em 2013 comprou ... uma renda de 25 mil euros, no caso de edifício da Ensiuarda no Bacalhau. Depois uma Quinta da Maunça que se entregou 1 milhão de euros e fui eu o último Presidente do Conselho de Administração, Abílio Curto tinha sido o último, passei a ser eu, o último mesmo, para extinguir e solver a Imoguarda uma parceria, bem...entre a Câmara da Guarda e a UGT. Uma empresa participada da UGT, 1 milhão de euros, que não havia uma escritura sequer. O CDS está hoje preocupadíssimo com a legalidade, onde é que andou estes anos todos. Já não vou falar do Rio Diz, e reparem, dizerem que esta empresa é a mesma do outro projeto, mas que projeto? Mas que empresa? Esta empresa é um promotor, Terra Quente tem um financiador, um grupo financeiro que quer investir na Guarda diretamente. Ora aquilo que tinha sido debatido, não tem nada a ver com Terra Quente, o (...) disse o mesmo, mas estava a ser debatido era com outras entidades que não têm nada a ver com a Terra Quente. Vejam como é que a opacidade está na linguagem, está no discurso, está na forma de fazer política. E, nós estamos aqui para inverter este raciocínio, para inverter esta forma de limitar a Guarda em relação às outras cidades, nós começámos mais atrás. As outras cidades acontecia muito mais, como disse o Ricardo, aquela pobreza de espírito, não era a pobreza das ações, antes pelo contrário, se as pessoas se mobilizassem, e hoje mobilizamos as pessoas, nós teríamos uma Praça Velha mesmo sem dinheiro, teríamos uma Praça Velha dinâmica no Natal. Infelizmente, o que é que aconteceu, o Natal na Guarda não era quando o Homem quer, é só quando o PSD chegou e quis que, efetivamente, o Natal acontecesse. Uma Feira Farta, a Feira Ibérica, desdenham em 4 anos uma Feira, assumidamente Ibérica, com os Municípios todos a estar no nosso Território a apoiar esta iniciativa. Nós aqui, de forma minimizante, de uma forma com pouca visão, pouca perspetiva daquilo que são o desenvolvimento dos Territórios. A criticar porque afinal a Feira Ibérica é isto, é aquilo. São projetos que mobilizaram a Guarda, trouxeram-nos o orgulho dos Guardenses. Hoje falam em liderar uma região, mas que região, tratam mal a Comunidade Intermunicipal, não é possível uma Comunidade Intermunicipal estar a trabalhar como está a trabalhar, e bem. É preciso alargar, ainda mais, aquilo que são os seus instrumentos de desenvolvimento Territorial, e que o desconhecimento é total. Dizer que aquela casa passa o tempo com a porta fechada, dizem os Independentes, diz o Partido Socialista, não é possível, é esta visão que têm. Há dez trabalhadores, Dão e Lafões têm cinquenta trabalhadores, mas é o esforço enorme de todos os Autarcas. Minimizar o papel da CIM, é não perceber por onde passa nos próximos anos o desenvolvimento do nosso Concelho, e por isso, nós não podemos, temos que continuar a ser persistentes, não podemos ficar inibidos por discursos fáceis, por discursos que nós já os conhecemos, sabemos as consequências disso, e é aí que nós temos que estar firmes. A Democracia,

nós somos os (...) da Democracia, nós respeitamos a vontade do povo que nos elegeu, somos a maioria da vontade do povo, e essa nunca esteve em causa, independentemente, das vontades singulares desta casa. Há muitas vontades singulares, mas a vontade coletiva, aquela que traduz a maioria, que votou em 2017, é a nossa, e é essa que tem que ser respeitada, porque é a vontade das maiorias, com certeza com colaboração com as minorias. Ouvimos, ainda há pouco, o CDS falava aqui da questão do Regulamento Arbóreo para a cidade, eu tenho, a informação técnica, existem quatro, cinco, seis pontos, que não podemos aceitar de todo o que está neste Regulamento, são os técnicos que me informam disso, mas há lá muita coisa boa no documento. Mas aproveitamos uma pequena parte, vamos consolidar o documento final, mas não é por não ter sido aprovado, estamos a trabalhar isso. E há partes da proposta que vamos acolher, mas nós é que orientamos a decisão da maioria, e a Democracia, não está em risco por isso, pelo contrário, assenta exatamente neste eixo. E, portanto, meus amigos, não tenham dúvidas, nós não podemos voltar ao passado, quando se pergunta o que se fez, está à vossa frente, está à vossa vista, e nós temos que nos manter firmes naquilo que foram projetos mobilizadores do desenvolvimento da Guarda e é aí a nossa grande aposta de construir uma Guarda que se orgulha, uma Guarda de prosperidade, de esperança e futuro. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Passamos então agora à discussão do ponto 2.2.” -----

Ponto 2.2 - Atribuição de Benefícios Fiscais, previsto no artigo 71 do Estatuto dos Benefícios Fiscais, Isenção de IMI e ARU. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente quer intervir ou só se houver alguma questão? Muito bem, alguém para falar sobre este ponto? Senhor Deputado Aires Dinis, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, eu queria começar por dizer que é de louvar e apoiar o esforço dos particulares ou dos proprietários, em reabilitar as suas casas. Pena é que este seja um ato isolado, digamos assim, só apareceu hoje este caso. Eu queria que aparecessem mais casos, que não ocorra a mais proprietários. E porque é que não ocorre? Tudo é sinal de que não há um Plano generalizado de reabilitação das casas. E, nós andamos na cidade e vemos muitas casas degradadas e gostaríamos que elas fossem todas reabilitadas, reconstruídas para que a cidade fosse mais bonita, para que a cidade fosse mais feliz, para que as pessoas tivessem vidas saudáveis em casas criadas e recriadas para serem felizes. E queríamos que essa normalidade fosse feliz e que fosse dinâmica. Agora o nosso Concelho, a nossa Câmara não tem, provavelmente, senão haveria mais gente, um Plano de incentivo à Requalificação de casas, ou seja, um Regulamento para atribuição de benefícios aos proprietários que fazem investimentos na melhoria das suas habitações. Eu não vou agora falar de outros Concelhos, até porque conheço alguns, até pessoalmente, mas o que é certo é que eu gostaria que a cidade da Guarda tivesse um Plano de incentivos, pensado, regulamentado, que fosse capaz de melhorar as condições de vida dos habitantes e melhorasse o aspeto da cidade. Que eu ando por aí e vejo que a cidade está a precisar de requalificação e de obras. E, também, já agora, falando dos jovens eu queria que os jovens tivessem apoios, quando eu estava

a preparar a minha intervenção aqui, houve uma vizinha que bateu à porta e estivemos a conversar um bocadinho, e ela disse que a neta dela quer fazer obras, quer comprar uma casa e diz que não tem apoios nenhuns. E, eu prometi-lhe que ia falar aqui e estou a cumprir a minha promessa, e gostaria que, digamos assim, nós estamos em campanha eleitoral, portanto esperemos que os vários candidatos falem nisso e falem nos jovens, como pessoas a quem se deve destinar um futuro feliz, mais feliz do que aquele que tiveram os pais e os avós. E, que nós possamos oferecer aos jovens que existem na nossa cidade, aos jovens que querem viver cá, e ofereçamos apoios, incentivos, uma base sustentável de melhoria ou de atração para esses jovens que venham para cá e para que sejamos todos felizes e contentes nos próximos anos. E, disse.” -----

- **António Fernandes, 1º Secretário:** “Obrigado, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Evidentemente, que iremos votar a favor deste benefício, aliás esta é uma das consequências daquilo que foi o combate que o CDS travou, ao longo deste mandato, em prol do alargamento da ARU, que a Câmara depois foi dando passos atrás de passos, atrás um pouco, também das nossas recomendações e moções nesse sentido. Evidentemente, que isto não é benéfico para o Município porque deixa de cobrar receita e IML, mas em contraponto, é um benefício para o cidadão, e já criou, por tudo aquilo que envolveu na reabilitação desta casa, situações que geram dinâmica económica no Concelho, e portanto, perde-se por um lado mas ganha-se por outro. Só há um objetivo que ainda não foi cumprido, que foi algo que pedimos aqui, ao longo deste mandato, foi que as ARU’s fossem alargadas à zona urbana das Freguesias rurais, para que quem vive nas Freguesias rurais também possa usufruir destes benefícios, e além de que, isto significa uma melhoria qualificativa no desempenho energético da casa. E é essa melhoria, no desempenho energético, que vem determinar este benefício fiscal. E, tanto que nós falamos de ambiente, tanto que nós falamos de eficiência energética e depois muitas vezes, os passos que damos no sentido de obter essa eficiência energética, são curtos. Portanto, os residentes nas Freguesias rurais deste Concelho, não têm que continuar a ser discriminados. Eu em tempos ouvi o senhor Deputado Aragão dizer que faltava definir o perímetro urbano de algumas dessas Freguesias, que estariam apenas poucas, com ele definido. Mas isso é um trabalho que a Câmara já poderia ter feito, porque além deste benefício, a pessoa que fez esta reabilitação já teve um outro benefício, que não é receita Municipal, mas que é uma redução do IVA, de 23 para 6%, quer na aquisição dos materiais, quer na mão de obra. E isso é muito significativo. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não. Então, passamos à votação deste ponto. Senhor Presidente quer...” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Se houver dúvidas eu respondo...”-----

- **Cidália Valbom, Presidente:** “Não. Mas neste não quer responder nada?” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Não.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente:** “Muito bem. Então antes da votação, se tivesse alguma coisa a dizer, seria agora. Passamos então à votação deste ponto.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.2 - Atribuição de Benefícios Fiscais, previsto no artigo*

71 do Estatuto dos Benefícios Fiscais, Isenção de IMI e ARU. -----

- Aprovado, por unanimidade, com cinquenta e quatro votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente:** “Passávamos agora, então, à discussão do 2.3.” -----

Ponto 2.3 - Plano de Urbanização do Cabroeiro - Discussão e votação da Versão Final do Plano. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Quer intervir, senhor Presidente? Sim? Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Obrigada, senhora Presidente da Assembleia. Relativamente a este ponto, estamos a falar de um Plano de Urbanização da Quinta do Cabroeiro, que no fundo define regras de gestão urbanística, mas também com foco específico do desenvolvimento futuro da cidade, com um eixo viário, como é o da Alameda. A ligação do polo junto à Alameda dos F’s, portanto, à rotunda dos F’s, que ligará à VICEG. Aquilo que está proposto, e depois de uma aturada discussão e avaliação técnica interna, desde logo com a equipa que também nós contratámos para o efeito, mas também com todas as instituições que relativamente à gestão e à política do solo, têm que se pronunciar sobre esta matéria. E eu vou-vos dizer que há uma dupla, houve uma dupla análise, por cada uma destas instituições, desde o ICNF, à Reserva Agrícola Nacional, à Reserva Ecológica Nacional, à APA, ao Município. Todas estas instituições tiveram que fazer parte do processo de elaboração deste Plano de Urbanização. Elaborámo-lo nós, fizemo-lo nós, mas depois foi a discussão, foi a debate. Na primeira visita que fizemos a todas as instituições, houve um conjunto também de sugestões, que tivemos que aperfeiçoar, naquilo que, são processos complexos desta natureza. E, depois de termos feito algumas alterações, enviámos novamente para as entidades externas para darem parecer. A tutela é da Agência Portuguesa do Ambiente, e depois temos as tais reuniões globais. Aquilo que foi proposto no âmbito deste projeto, ainda não estamos a falar de uma fase de negociação, concretamente, e digo isso porquê? Porque não estamos a falar já na fase de implantar a obra, e não estamos na fase de implantar a obra porque tem que haver o lançamento de um concurso para executar a obra, ou seja, tem que se contratar um empreiteiro, mas quando se tratar da execução, nós temos que estar na posse dos terrenos, e nós não estamos na posse dos terrenos. Nós estamos apenas a fazer todo o trabalho administrativo para garantir que aquela zona ficou estabilizada, do ponto de vista de opção urbanística, que o Município tomou. Entendemos, claro, fazer ali uma grande Alameda com finalidades, predominantemente, habitacionais. Percebemos que, para aquele espaço, tudo o que está contíguo à infraestrutura terá uma finalidade, predominantemente, habitacional. Mas, não impede, porque é um documento mais abrangente, do que um vinculismo cego que pudesse contrariar o desenvolvimento futuro, não colide com efeitos compatíveis, com finalidades compatíveis, que são conciliáveis com a habitação. Portanto, ainda assim, admite fins que são compatíveis e complementares da habitação, onde estão equipamentos públicos, onde estão outras finalidades de comércio, indústria, mas há aqui uma visão mais holística do processo, em que as partes têm que conjugar entre si para que o projeto, para que o Plano de Urbanização, seja mais harmonioso e seja mais perfeito no sentido que tem que servir as pessoas, tem que

servir a cidade. Claro que, conseqüentemente, nós vamos passar uma fase mais relevante, como é a aquisição dos terrenos e construção da Alameda. Mas até lá, é importante aprovar, como foi aprovado na Câmara, aprovar aqui na Assembleia Municipal e, imediatamente, à aprovação na Assembleia Municipal, vai para publicação no Diário da República. E, só aqui, é que temos um documento que nos legitima, porque sem este documento, vamos negociar o quê? Não está nada previsto, estão lá, como já foi dito, estão lá as hortas, as árvores, um vale que tem uma grande área de zona ecológica, zona rural. Só com o Plano, é que alteramos a possibilidade de utilização diferenciada deste solo. Imediatamente à publicação, nós temos que tratar, então aí sim, com os proprietários, embora tenhamos já no passado, colocado também essa possibilidade, porque já adiantamos algum trabalho a auscultar a vontade dos proprietários, mas a partir da publicação, aliás a publicidade no Diário da República dá eficácia ao Plano. Aqui ganha validade o Plano. E com a publicação ganha a eficácia, ou seja, a partir daí todos conhecemos o que é que vai lá acontecer. Mas para acontecer, não é imediato, como eu disse, há depois um processo que se segue que carece de outras formalidades e de outros procedimentos. Muito, provavelmente, poderá haver matérias que até tenham que vir aqui à Assembleia Municipal, não estou a dizer que vem, mas se a Lei o determinar, e eu não estou agora aqui no domínio total da Lei, se a Lei o determinar, cá virá. Mas, neste momento, tratamos de gerir, de reorganizar, de redefinir, aquilo que está previsto para aquela área que vai desde a rotunda dos F's até à rotunda imediatamente a seguir às piscinas Municipais. Portanto, consideramos que é um documento que foi amadurecido, um documento que responde às necessidades de uma Guarda de futuro, uma obra também integrada, que é aquilo que é o anseio de todos os Guardenses, há 30 anos, que é fazer a Alameda, que todos desejamos. Mas nada acontecerá sem este documento aprovado, e é isso que este Executivo vos traz. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Alguém pretende intervir? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, continuo aqui na minha luta por uma cidade bonita e feliz. Analisado, sumariamente, os dados que nos foram disponibilizados, ainda fui buscar mais outro, não foi aquele que foi entregue em mão, foi mais outro, em que vem mais aquela frase que eu disse acerca do espaço do antigo matadouro. E, o que é certo é que há um efeito final na qualidade de vida dos Guardenses, que estão à espera, que vivem, ou passarão a viver. Depois há a questão do matadouro, desvirtua logo, aquilo que são os grandes objetivos deste Plano, esperemos que isso venha a ser corrigido. Mas, eu também tenho umas antenas, e há uns amigos que me telefonam, que me mandam coisas para o WhatsApp, e há uma coisa que eu estou preocupado, já há vários anos, e agora nos últimos tempos mais preocupado, porque há campanha eleitoral, e as pessoas vão solicitando a minha intervenção. Também há aqui a questão do Bairro do Torrão, que eu fiz um requerimento ao senhor Presidente, para me fornecer dados que só ontem de manhã, é que eu tive acesso. E, portanto, não tive grande tempo para estudar aquilo tudo, queria ter tempo para ir ao Bairro do Torrão, tornar a rever aquilo que são as mazelas que lá estão, com aquilo que o senhor Presidente me enviou. Mas o que é certo é que, ontem passei o dia todo, a preparar a Assembleia e, portanto, a luta não acaba hoje, acaba depois, não sei quando. Mas, o que é certo é que, há a questão da reorganização do Bairro do Torrão, que deve ter a mesma atenção da Câmara que

tem agora a Urbanização da Quinta do Cabroeiro. Porque é assim, a cidade precisa de requalificação, a quinta do Torrão, por aquilo que eu ouço de várias pessoas minhas amigas, e alguns até inimigos, mas pronto, todos valem para fazer a minha opinião. E aqueles que não são meus amigos, nem inimigos, que são pessoas que eu vou conhecendo por aí. Eu vou continuar a pedir informações e há aqui a questão do Bairro do Torrão que tem a ver com a qualidade de vida que as pessoas vivem lá no Torrão, ou seja, as pessoas queixam-se de que há estacionamento ilegais ou estacionamento que são legais, porque não há nenhuma placa a dizer, é proibido estacionar, há ali uma fábrica que recebe leite e não sei quantos, que precisa desses fornecimentos, mas que depois, quem lá vai levar o leite e os vários materiais, acaba por estacionar na Quinta do Torrão e acaba por prejudicar a vida, o quotidiano das vidas. Era necessário que a Câmara tivesse uma atenção muito especial para o Bairro do Torrão, que é um Bairro que foi criado, assim um bocado, desejando-se ilegal, porque há ali uma data de histórias que eu fui ouvindo, e que convinha que a Câmara tivesse atenção a isso e que quebrasse esse ciclo de irracionalidades, que tem a ver com a qualidade de vida, tem a ver com alterações climáticas, porque melhorando ali a coisa e a questão dos jardins, a questão... há lá uma casa que eu tenho que arranjar uma máquina fotográfica para tirar fotografias, que aquilo diz que está cheio de ratos. E, eu outro dia estive lá e ouvi essa história, tenho que lá ir ver isso tudo e eu tenho que ter tempo. Agora hoje acaba, provavelmente, a minha vida política mais ativa, nesta parte, digo assim da apresentação ao vivo, e provavelmente vou passar a ter outra atenção à cidade e ao Concelho. E, portanto, essa história da Quinta do Torrão, tem que ser requalificado, e é isso que eu queria frisar aqui. Provavelmente, daqui a uns dias vamos ter eleições, eu não sei, as minhas namoradas bruxas não me ensinaram a prever o resultado das eleições, de maneira que, depois disso haverá uma nova Vereação, e eu alerto os candidatos e aqueles que vão ser eleitos para que, a Quinta do Torrão tem que ter a atenção da cidade, da próxima Assembleia Municipal, para que aquilo fique uma Urbanização que nos orgulhe até porque é uma entrada da cidade. Se a gente for ver, quando a gente entra na cidade, vindo da Covilhã, ou vindo de Belmonte, é ali a primeira parte que nós vemos, portanto, e se as pessoas forem dar uma volta por ali, veem uma Urbanização muito feia e a necessitar de requalificação e de alindamento e de muita coisa. Pronto, e era isso que eu queria dizer.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Muito bem. O Grupo Municipal do CDS, entregou um requerimento à mesa, que eu vou ler rapidamente, ou se prefere ler o senhor Deputado? Leio eu? Muito bem, que eu vou ler rapidamente e depois deixarei à consideração do Plenário. Diz assim: “A proposta da Presidência da Câmara Municipal da Guarda intitulada, Plano de Urbanização do Cabroeiro, refere no seu ponto 8, a versão final da proposta do Plano de Urbanização do Cabroeiro e o Relatório de Ponderação dos resultados da discussão pública instruídos com os elementos legais exigíveis e necessários anexam-se à presente proposta. Ora, constata-se que o referido Relatório de Ponderação dos resultados de discussão pública, instruídos com os elementos legais exigíveis e necessários, não faz parte dos documentos distribuídos aos Deputados Municipais do CDS/PP. Gerando uma situação deficitária de informação relevante para a discussão e aprovação do referido Plano de Urbanização do Cabroeiro. Para além desta circunstância, ao supramencionado Plano de Urbanização, aplica-se o Decreto Lei 80 de 2015, de 14 de maio, que refere no seu artigo 89 – Discussão Pública

– A Câmara Municipal pondera as reclamações, as observações, as sugestões e os pedidos de esclarecimento, apresentados pelos particulares, ficando obrigada a resposta fundamentada perante aqueles que invoquem, designadamente, alínea a - a desconformidade ou a incompatibilidade com programas e Planos Territoriais e com Projetos que devem ser ponderados em fase de elaboração; alínea b - a desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis; alínea c - a lesão de direitos subjetivos. Número 4, a resposta referida no número anterior é comunicada por escrito aos interessados, sem prejuízo do disposto no número 4 do artigo 10º, da Lei 83 de 95, de 31 de agosto. Sempre que necessário ou conveniente, a Câmara Municipal promove o esclarecimento direto dos interessados, quer através dos seus próprios técnicos, quer através do recurso a técnicos da administração direta ou indireta do Estado e das Regiões Autónomas. Sexto, findo o período de discussão pública, a Câmara Municipal pondera e divulga os resultados, designadamente, através da comunicação social, da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial e do respetivo sítio na internet e elabora a versão final da proposta do Plano para aprovação. O relatório expõe e sintetiza as participações recebidas e é de divulgação pública. Sete, são obrigatoriamente públicas todas as reuniões da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal que respeitem à elaboração ou aprovação de qualquer Plano Municipal. A Câmara só fez uma reunião, com alguns dos proprietários dos terrenos onde está prevista a Variante dos F's, foi no dia 18 de dezembro de 2020. A Câmara não respondeu às exposições/reclamações que foram apresentadas em janeiro. Podemos assim concluir que optou por um sistema centralizado com participação pública ausente. Nestas circunstâncias, de incumprimento de pressupostos legais imperativos, que presidem à elaboração e aprovação de Planos de Urbanização, como o que está aqui em discussão, a que acresce ainda a falta do documento, Relatório de Ponderação dos resultados da discussão pública instruídos com os elementos legais exigíveis e necessários, referido como tendo sido anexado no ponto 8, da proposta do Presidente da Câmara Municipal número 576/2021. O Grupo Municipal do CDS/PP vem requerer a vossa Excelência: a retirada do ponto 2.3 do Período da Ordem do Dia, da Ordem de Trabalhos, da sessão ordinária da Assembleia Municipal da Guarda que decorre, neste momento, por serem insanáveis os vícios de que o processo enferma.” Se bem entendi... quer dizer duas palavrinhas, sim faz favor, senhor Deputado Henrique Monteiro.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Senhora Presidente, o gato também tomou banho com a mentira e com a verdade.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tire a máscara que entendemos melhor, se faz favor:” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não necessitamos de mais banhos de água fria, porque já estamos todos escaldados. Bom, os senhores Deputados Municipais conhecem em pormenor o que aqui está? Estão informados, para votarem, não com emoção, mas com razão, aquilo que aqui está? Os senhores estão preparados para votar ilegalidades que há neste processo? E assumir essa irresponsabilidade? Porque há responsabilidades! Os senhores estão preparados para assumir todos os valores que a Câmara vai ter que inscrever, como provisões nas respetivas contas, pelos processos que vão cair em cima da Câmara pela aprovação deste documento? Ou a Câmara está a cavalgar na morosidade da Justiça Administrativa, que para uma primeira decisão leva 7 anos e para um recurso chega a levar... o prazo estende-se até aos 14, 15

anos? E, como quem diz, já não sou eu que cá estou, portanto, quem cá ficar que se amanche! O que se passa aqui é grave, primeiro, o Relatório de Ponderação, da discussão pública, que está aqui referido, certo? O documento que nos foi distribuído, não está cá! Onde está? Onde está? Há condições para votar, com ausência de documentos? Para além disso, há todas as situações que estão referidas neste documento. Ausência de resposta aos reclamantes, inclusivamente, há proprietários que nunca foram contactados, nunca! Certo, senhor Deputado? O senhor é proprietário de um terreno na zona, nunca foi contactado! Como é que se explica isto? Isto foi feito à pressa? Ou isto é um embrulho, com uma fita bonita, que o senhor Presidente aqui trouxe, como já em tempos, houve um outro que se quis trazer aqui, que era a história do Centro de Exposições Transfronteiriço, que, também levando as pessoas pela via da emoção, precisamos de um Centro de Exposições, um Multiusos, para ter menos gastos com estruturas móveis. Se tentava levar, também, esta Assembleia a votar ilegalidades. Este documento, está ferido de ilegalidades. E aquilo, que se pede aqui neste requerimento, isto para não pôr em causa o voto das pessoas, que possam decidir por emoção e não por razão, depois terem que, eventualmente, assumir consequências dos atos que aqui praticam, o CDS pede que o documento seja retirado da discussão da agenda desta Assembleia Municipal. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado António Júlio, queria intervir também, faz favor.” -----

- **Deputado António Júlio Cardoso (PSD):** “Boa tarde, senhora Presidente e a todos os aqui presentes. Antes de mais gostava de reiterar a posição do CDS e, de facto, estou de acordo no sentido, que é o mais aconselhável para todos e o mais razoável, ser retirada esta votação. No entanto, não poderia deixar de falar aqui, e dizer aquilo que eu penso acerca do Plano de Urbanização do Cabroeiro. Foram muitos os atrasos ao longo do último ano e meio na aprovação deste Plano. Isto mais parece ter sido uma real intenção de apresentar em cima do calendário das eleições Autárquicas deste mês, a escassos dias do ato eleitoral. Não é um verdadeiro Plano de Urbanização, mas sim, mais uma promessa eleitoral. Vindo agora o senhor Presidente, que também é candidato, propor a sua aprovação à pressa, parece que quer jogar uma cartada de trunfo eleitoral, enganando mais uma vez todos nós. Toda esta situação, que se arrasta, são atrasos e mais atrasos nas obras, promessas e mais promessas, desculpas e mais desculpas, de quem tem a Câmara Municipal em total marasmo e completo desnorre. Não conseguindo acabar sequer uma obra ou até mesmo um projeto. Deve ser por isso, que se tem socorrido dos bons ofícios e da capacidade de realização das obras dos Presidentes de Junta para fazer a campanha, como candidato. O Plano de Urbanização do Cabroeiro e a Variante dos F’s, foram anunciadas várias vezes, pelo senhor Presidente, pelo Executivo, mas todas elas sempre adiadas. Curioso, estou a ver que o senhor Presidente ausentou-se também. Por todos é reconhecido, a importância do Plano de Urbanização e de pormenor do Cabroeiro. É a possibilidade do desenvolvimento e crescimento urbanístico de toda uma zona e encosta da Guarda, que se encontra mal aproveitada, e que neste momento, está a ser mais um entrave ao desenvolvimento da Guarda, do que uma possibilidade de crescimento e uma nova mobilidade para a Guarda. Todos sentem a necessidade da Variante dos F’s, na fluidez do trânsito da Guarda e o que representaria a possibilidade de construção de novos jardins e parques, criando um novo polo de desenvolvimento comercial e habitacional.

Mas tudo isto, foi de facto sucessivamente adiado. Nem sequer a fundamental negociação com os proprietários dos terrenos, conforme já foi aqui também dito pelo Deputado Henrique Monteiro, foi iniciada nos termos do respeito pela propriedade privada, que as entidades públicas devem promover equidade. É uma falta de respeito pelos Guardenses, que são legítimos proprietários dos terrenos, que até agora não tenha sido promovida qualquer negociação para a construção da Variante dos F's. Afirmando-se mesmo nos documentos anexos, que a nova Variante não terá um carácter urbano, um erro crasso. A não projetar a Variante dos F's com carácter urbano, será mais um erro e acontecerá o mesmo, que aconteceu com a Viceg. Tornar-se-á um cinto, constituindo-se uma muralha que irá impedir o natural desenvolvimento e crescimento da cidade, até ao Parque Industrial. Mas, infelizmente, a novela do Plano de Urbanização do Cabroeiro, tem mais episódios, agora burocráticos. Só depois deste Plano ser, eventualmente, aprovado na Assembleia Municipal, a escassos 15 dias das eleições Autárquicas, poderá o mesmo ser publicado, isto ainda sem qualquer posse dos terrenos. Sem a posse dos terrenos, como é que a Câmara Municipal lançará o concurso da obra da Variante dos F's? Para não falar do tempo do concurso e do parecer do Tribunal de Contas, obviamente. Tudo isto, nos faz afirmar que perante este Plano, o início da sua construção, nunca ocorrerá antes de 2023 e a sua conclusão em 2025, a correr bem. O processo de negociação com os proprietários dos terrenos, onde será implantada a Variante dos F's, está muito longe de estar finalizado. E, com a sua opção pela via litigiosa, fará arrastar nos tribunais durante anos, os processos de indemnização aos proprietários que poderá ascender a vários milhões de euros. Está assim adiada para o próximo Executivo Municipal, a construção da Variante dos F's. Por outro lado, é muito estranho, o facto de os terrenos do antigo matadouro estarem a ser transformados no uso do solo, passando de equipamento coletivo para habitação coletiva. Como se prova pela planta que aqui tenho na minha posse, podem verificar, exatamente que esta zona, provavelmente não veem, mas com certeza já tiveram acesso a ela. Esta zona aqui do matadouro está, exatamente, como área de predominância de habitação coletiva. Porquê permitir a possibilidade de especulação imobiliária nos terrenos do matadouro e cortar a possibilidade de construção urbana ao lado da Variante dos F's? Ou seja, é permitida a construção de habitação coletiva a fundos privados, mas é proibida a construção urbana aos proprietários Guardenses, da Quinta do Cabroeiro. Não! Não, isto assim não pode ser, senhor Presidente. Os Guardenses querem ter as mesmas possibilidades de construção, como os que vêm de fora. Mais uma vez, senhor Presidente, não conseguiu acompanhar a vontade de desenvolvimento da Guarda. Por tudo isto e estando apenas a 17 dias das próximas eleições Autárquicas, os Guardenses veem a suas expetativas desfraldadas e transformadas em mais promessas eleitorais. Os Guardenses merecem respeito e que lhes falem, de facto, a verdade. E, já agora, que lhes apresentem também uma obra e o desenvolvimento, não apenas promessas. Obrigado." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Ricardo Né, quer intervir, faz favor." -----

- **Deputado Ricardo Sousa (PSD):** "Mais uma vez, boa tarde a todos. Senhor candidato à Junta de Freguesia da Guarda pelo Movimento Independente Pela Guarda, senhor candidato a Presidente da Assembleia Municipal da Guarda pelo CDS/PP, ouvi..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, vai-me perdoar, mas estas pessoas estão aqui na qualidade de Deputados Municipais.” -----

- **Deputado Ricardo Sousa (PSD):** “Então peço desculpa, foi confusão da minha parte.” -

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “É que senão, então, também tem que cumprimentar o senhor Presidente, como candidato do PSD.” -----

- **Deputado Ricardo Sousa (PSD):** “Peço desculpa, foi confusão da minha parte. Peço desculpa eu dirigir-me-ei de outra forma.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “É que aqui estão como Deputados Municipais e é nessa qualidade que devem ser tratados. Muito bem, faz favor.” -----

- **Deputado Ricardo Sousa (PSD):** “Portanto, eu ouvi-os com muita atenção e deixem-me que vos diga, a estratégia do medo, é uma estratégia que funciona muito bem. Mas funciona bem, para pessoas que não são avisáveis, acho que todos os que aqui estamos e os que estão em casa a ver-nos pelas redes sociais, são pessoas informadas, esclarecidas, que não se deixam, enfim, de algum modo, apoucar por este tipo de tática. Mas já agora, senhor Presidente, não é a minha área, eu não percebo nada do assunto, portanto, eu aqui sou completamente leigo na matéria, e peço-lhe o favor de me esclarecer o seguinte: este documento que hoje estamos aqui a aprovar, é ou não determinante para que no futuro sejam feitas todas as diligências para que se encetem negociações com os particulares para a construção da futura Alameda dos F’s? Porque aquilo que eu percebi das suas palavras é que para a Câmara ter algum poder, para poder ter legitimidade de atuação, tem que haver uma publicação no Diário da República. E para existir essa publicação no Diário da República é imprescindível a aprovação deste documento, porque só assim, a Câmara terá legitimidade para, aí sim, iniciar todo o processo. Falar com os proprietários, negociar preços, negociar as condições, e o processo andar. Andamos nesta história da Alameda, há não sei quantos anos, há 30 anos, com que eu me lembro. Aliás, ainda agora, há cerca de 10 anos, quando estavam a fazer o novo hospital da Guarda, e o Partido Socialista de uma forma inocente, vai despejar entulho ali, que até dava a impressão a toda a gente, que iam começar a Alameda. Quer dizer, já nessa altura tinham passado cerca de 20 anos, desde que eu tinha ouvido falar sobre a Alameda. E, agora querem que passem mais 20 ou 30 anos, querem que sejam os vossos bisnetos, já nem digo netos, mas os vossos bisnetos a ser eles a cortar a fita? Bem, quer dizer, eu acho que se nós hoje, temos oportunidade de dar um ok a um documento que depois, obviamente, que será melhorado, que as pessoas serão abordadas, com toda a total transparência, sem qualquer tibieza, sem qualquer obscurantismo. Eu acho que se deve dar a este Executivo de dar dinâmica à Guarda, e de vermos nascer no terreno, não tão cedo quanto todos nós desejaríamos, mas vermos nascer no terreno obra que é importantíssima, é fundamental e emblemática para todos nós. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/PPM/MPT):** “Realmente o senhor Deputado Ricardo veio aqui reconhecer que não percebe nada da matéria. E, não percebendo nada da matéria, também dificilmente se entendem as explicações que ele está a dar sobre uma matéria de que nada percebe. Mas podia ter ouvido com atenção os vícios de que

enferma este processo. E que foram eles que foram invocados para que ele fosse retirado e as pessoas aqui, não fossem, como eu disse, votar por emoção e votar ilegalidades. O que estão aqui em causa são ilegalidades! E são inultrapassáveis! Elas são inultrapassáveis, faz falta a Alameda? Faz, sim senhor! Sou eu o primeiro a reconhecê-lo, faz-nos falta há muitos, mas muitos anos. Agora, os direitos têm que ser respeitados e o processo tem que ser conduzido, exatamente, na medida em que a lei o exige, só isso, mais nada. Ninguém pede mais nada. E, é em nome disso, é em nome disso, que eu venho pedir, que nós vimos pedir que seja retirado da Ordem dos Trabalhos, para que possa ser aperfeiçoado. Porque depois de consumado, não é aquilo que o senhor disse, que depois vai ser melhorado. Não! Têm que ser retirados todos os vícios, de que ele enferma, para depois poder ser aprovado, assim é que é. Ou o senhor quer votar ilegalidades? O senhor está preparado para votar ilegalidades? Diga lá? É que, o não conhecimento da lei, não pode ser invocado para qualquer atropelo à lei. Agora, neste momento, as pessoas estão alertadas aqui, ninguém pode vir dizer que não sabia, que desconhecia, as inconformidades de que o processo, e os vícios de que o processo enferma, certo?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Deixem-me só dar nota do seguinte, fui aqui também informada pelas meninas, relativamente àquele documento que consta como estando anexo ao documento, ele efetivamente não foi impresso em papel para entregar aos líderes, mas consta da plataforma.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Senhora Presidente, eu consultei a plataforma, salvo erro ontem, e o documento que está na plataforma, é este!” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “E, não é este?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não é o de ponderação, não é o de ponderação! É a versão final - relatório. Que é um documento diferente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Pronto, então, o que está a dizer é que...podemos clarificar?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Pelo que eu percebo, que a maior parte dos deputados, não conhece este documento.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Bom. Não vamos entrar em diálogo, por favor. Posso...oh senhores Deputados, não vamos entrar em diálogo, por favor. Bom, não entrem em diálogo, por favor. Só clarificar... posso então só dizer duas coisas? Aquilo que está a dizer o senhor Deputado Henrique Monteiro, é que o documento que consta em anexo, não é este a que se refere, e que deveria existir, e não existe, ponto 1. Mas para além disto, crescem as outras ilegalidades que o senhor referiu, é isso? Resumi bem? Muito bem, pronto. Então fica claro que a posição do CDS, é que o documento que, efetivamente, o documento que consta em anexo à proposta, não é este a que se refere e que se encontra em falta. Para além disso, crescem, porque ele diz no requerimento, para além desta circunstância, crescem todas as outras ilegalidades que considerou, que constam do plano. Estamos claros, quanto a isso. Muito bem. Quem é que tinha...isto é só para clarificar para que as pessoas se entendam.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “O documento esteve a discussão pública, e insidiosamente, o senhor Ricardo Né, disse, o vosso nome também lá está. Eu

não vim aqui defender nada particular. Não é o meu papel aqui, enquanto Deputado Municipal, mas posso dizer que enquanto reclamante, também não recebi a resposta, certo? Quer mais evidências, de que há inconformidades no processo? Ou o senhor vem aqui a tentar insinuar o quê? Não, o senhor não vem tentar insinuar, o senhor vem aqui e assina sem ler. Está a perceber? Porque apoia, a maioria que apoia o Executivo. Entendido? Agora, o senhor o que veio aqui tentar fazer, foi desvalorizar factos, factos. Eles estão evidenciados, certo? -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, Monteirinho, quer intervir também? Faz favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Senhora Presidente, senhoras e senhores Deputados, senhor Presidente da Câmara. Sobre este assunto, o Partido Socialista tem três anotações a fazer. A primeira anotação é que aceita, efetivamente, que este ponto seja adiado. E esse requerimento, o Partido Socialista votará favoravelmente, por três motivos, o primeiro motivo é porque, afinal, existem pessoas, efetivamente, que nunca foram contactadas e são proprietários dos terrenos. Foi hoje aqui confirmado, está aqui um senhor Deputado Municipal, que não foi sequer contactado, nem sequer foi ouvido, nem nada disso. Portanto, comprova-se aquilo que já era uma suspeita, que efetivamente, já tinha sido aqui levantada por alguns dos proprietários dos terrenos. Acresce a isso, também, a falta de resposta às reclamações que me parecem óbvias, que pelo menos, deveriam ter sido efetuadas pela Autarquia, durante o período de discussão pública, e isso é de lei. A resposta teria que ser dada, e também já foi aqui comprovada que não foi dada a resposta a essas reclamações. Segunda anotação, o Partido Socialista, já o disse e volta a repeti-lo, a questão da localização do matadouro, a passagem dos terrenos do matadouro, a passagem do terreno de equipamento a habitação coletiva, compreende aquilo que nós temos estado a discutir, nesta Assembleia, ou seja, o negócio que é para ser realizado com a cedência de superfície daqueles terrenos, com aquelas duas entidades que temos aqui estado a falar durante este período. A terceira anotação, e eu chamo a atenção para todos vocês, para isto, não há aqui ninguém, eu tenho a certeza, que não há ninguém sentado nesta sala e fora desta sala, que não queira aquela Alameda feita. Não há ninguém nesta sala, não há ninguém fora desta sala, que não queira aquela Urbanização, totalmente, feita da forma como tem que ser feita, ou seja, totalmente definida em termos de área urbanizável, em termos de área de equipamentos sociais, de área de jardins, ajardinados e por aí fora. Não há ninguém que não queira isso. Agora, uma Avenida onde se vão investir largos milhões de euros do erário público da Câmara e que nas suas confluências, vamos ter área de reserva natural ou de agricultura, não me parece que seja, então, uma Avenida para desenvolver esta cidade. E essa questão que foi colocada por aquela interveniente do público, que falou que não compreende é como é que esta Avenida, que tem nas suas confluências, essa área de REN, precisa de ter duas rotundas no meio dessa Avenida. Senhor Presidente, tem oportunidade de explicar. Mais, todos e o Partido Socialista, quer que esta Avenida seja feita, e mais, é o Partido Socialista que a vai fazer durante os próximos quatro anos. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Bom, eu vou pôr à consideração do plenário, vou pôr à consideração se aceitam o requerimento ou não. Porque se for...” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Eu queria falar.” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Mas deixe-me ver, se querem aceitar o requerimento, porque se o requerimento for aceite, não vale a pena estarmos a discutir.” -----
- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Eu queria falar agora, para explicar ao plenário...” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Então, faz favor senhor Presidente.” -----
- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Obrigada, senhora Presidente. Bem, de facto, Deputado Henrique Monteiro, quando o pé vai além do chinelo, criamos estas tentativas de instrumentalização, que é aquilo que eu, há pouco apelava. Vejam como é que a trama foi preparada, está aqui bem patente, uma linguagem aqui do Deputado Júlio, que nós já ouvimos isso em qualquer lado. A história repete-se, a história, vejam, cria-se uma narrativa e o homem da narrativa sabemos o que é que aconteceu à narrativa. Mas há outros que seguem as narrativas. E aquilo a que assistimos agora, à caricatura que o Deputado Henrique Monteiro, aqui desenvolveu, tentando, Ricardo, não deixes temer nem tenhas receio pela teoria do medo. A democracia é a discussão! Era o que faltava! Vou usar já aqui, aquilo que o nosso Chefe de Divisão me diz sobre, ele sim, tem o pé no chinelo certo. E, portanto, quando nós temos o pé no chinelo certo, podemos dizer que, demos resposta a todas as questões colocadas, durante a discussão pública, o relatório está disponível na plataforma colaborativa, disponível na internet. Houve respostas escritas a todos os contributos, por escrito. O senhor Deputado, veio aqui, não pede esclarecimentos, mas vem dizer aqui que os pediu e não recebeu. Isto não é verdade! Não se pode fazer, na política, tudo o que nós queremos. É o problema do chinelo! Depois o relatório está disponível na plataforma colaborativa, também disponível na internet. Houve respostas escritas a todos os contributos por escrito. O Relatório de Ponderação está também na página da Câmara, ao lado, onde está a decorrer a transmissão desta Assembleia Municipal. Portanto, é fácil o acesso. Agora, o que ouvimos aqui, alguém a arvorar-se, eu por exemplo, se estiver ao lado de um médico, de um professor, sou advogado. E estar a dar lições a esta Assembleia, que há vícios, quem é este senhor Deputado? Dizer a esta Assembleia que há vícios, a ultrapassar, a substituir-se aos tribunais! Que há vícios! Quem é este senhor que diz a uma Câmara, onde existe uma equipa organizada, Chefes de Divisão, uma equipa externa que trabalhou este processo, há mais de um ano. Como aquela senhora disse, desde 2018, que estamos a trabalhar nisto. Mas é este senhor Deputado que vem aqui ao sabor do vento, da água e sabe-se lá mais do quê, que nos diz, que há aqui vícios, meus amigos, há aqui vícios e como tal é melhor retirar o processo, é melhor retirar este projeto da discussão. Não! Nós assumimos o trabalho que fazemos! Eu dou a cara pelos meus técnicos, pela Câmara Municipal. É o futuro que está em causa, esta gente não quer o futuro da Guarda. Esta gente, queria mais uma vez ligações perigosas, nuvens, nublosas, mesmo em tempos que o sol brilha para todos. Mas é esta a visão, não há dúvida nenhuma que este documento, que vos apresento, e não venham falar dos proprietários, eu fui bem claro na minha intervenção inicial. Estamos a tratar de um documento de regulação, de organização do solo. Sem o qual, como disse o Ricardo Né, sem o qual, este é o primeiro passo! Não vale a pena discutir aqui se temos terreno ou não temos, ou se vamos pagar, se não existir este documento. Se não estiver publicado no Diário da República! E isso, eu vos garanto, eu atesto, confio, no documento que aqui

está. Tudo aquilo que ouviram ali do senhor Deputado, é mentira! É mentira! É falso! Usou toda a estratégia pessoal, mas também enquanto responsável nesta Câmara, nesta Assembleia como Deputado. Dizer que fez uma pergunta, e que não foi respondida. A palavra é do meu Chefe de Divisão, que está em sintonia comigo, e me disse claramente, qual foi o procedimento que foi tratado. E, por isso, ele passou, ele passou, e foi aprovado nas diferentes instâncias que regulam esta matéria, a APA, o ICNF, a Reserva Agrícola, a Reserva Ecológica e também connosco. E, é esse respeito pelo trabalho dos nossos colaboradores, é o respeito que tem que existir em Democracia, pelo trabalho desta equipa do Executivo. Que está em causa, que está em avaliação, mas dói aos nossos adversários, dói! Usam tudo, como estratégia para conseguir aniquilar, inibir-nos, meter medo, em plena Democracia, no século XXI. Isto é o pior que há na política, assistimos aqui ao pior exemplo, por parte do CDS, daquilo que não deve acontecer na Democracia nem na política. É esta a Democracia que foi posta em causa, nos quatro anos que aqui estamos a discutir o progresso da Guarda? Eu julgo que não. E, não é por esta via que nós construímos a cidade que nós todos desejamos, a cidade do futuro. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Obrigada, senhor Presidente. Eu ponho então à consideração do plenário. Sim, rapidamente, se faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Falta de respeito, são os comentários que os senhores estão a fazer. Sempre que quiserem, inscrevam-se e venham aqui falar e falem para todos. Aliás, faltas de respeito é aquilo que está a acontecer nesta Assembleia Municipal, desde o início dela, desde a intervenção do público. E eu, provavelmente, devo ter conspirado com a aquela senhora que está além, porque no fundo, aquele requerimento que ali está, corrobora aquilo que foi além dito pela senhora, certo? Certo? São factos, desmintam-nos. Agora, o senhor Presidente vem aqui cavalgar na teoria da conspiração! Porque estamos em período eleitoral. Que isto é eleitoralismo. Não é eleitoralismo, tivesse o senhor Presidente trazido este documento, algum tempo atrás a esta Assembleia, e não estaríamos a discutir isto em período eleitoral, para ele tentar colar isto a eleitoralismo. Eu não faço eleitoralismos. E mais, eu tenho muito respeito por quem trabalha, porque sei qual é o valor do trabalho, senhor Presidente. E tenho muito respeito pelo trabalho que o Executivo fez, pelo trabalho que os técnicos fizeram, toda a equipa fez. Agora sejamos realistas e não neguemos os factos, certo? Eu não percebo nada de direito, nada, rigorosamente nada. Aliás, não percebo nada de nada. E, tento aprender sempre qualquer coisa todos os dias. E, depois, também tento usar aquilo que vou aprendendo com os outros, nas discussões ou nos debates que vou tendo. Mas, os factos, são factos, e aqui foram trazidos alguns. Diga ali, que o senhor Deputado foi contactado? Diga lá. É proprietário, diga-lhe lá! Portanto, como é que nasceu este processo? Há falhas? Há! Errar é humano? É! Corrijam-se! É aquilo que se pede e desse tempo para que se faça essa correção e avaliemos o processo. E se, efetivamente, se verificarem que não há inconformidades e que está tudo, do ponto de vista legal e regulamentar, cumprido, venha a aprovação. Pode vir a aprovação a uma próxima Assembleia Municipal. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Eu vou por então, à votação do plenário, a aceitação deste requerimento. O que vamos votar é a aceitação do requerimento. E o requerimento o que pede, é a retirada do ponto da Ordem de Trabalhos. Não sei se me fiz entender? Portanto, eu vou por à votação o requerimento,

votar a favor do requerimento é decidir retirar da Ordem de Trabalhos este ponto. Alguma dúvida? Consegui fazer-me entender? Muito bem, então passamos à votação.”

----- *Resultado da votação do Requerimento apresentado pelo CDS-PP/MPT/PPM para a retirada do ponto 2.3 da Ordem de Trabalhos* -----

- Aprovado, por maioria, com o voto de qualidade da senhora Presidente da Assembleia Municipal, por ter ocorrido um empate, dado terem sido contados vinte e nove votos a favor, três abstenções e vinte e nove votos contra. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Tinha que ser na última Assembleia. Ora bem, temos um empate.” -----

- **António Fernandes, Primeiro Secretário da Assembleia:** “Vinte e nove votos contra, três abstenções e vinte e nove a favor. Veja se a Francisca está online.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “A Francisca não está online, pois não? Muito bem. Eu tenho que manter o meu sentido de voto, porque eu votei a favor do requerimento, da aceitação do requerimento. Se eu votei nesse sentido, o voto de desempate, que me compete a mim, terá que ser no mesmo sentido. Eu sou coerente e, portanto, qual é o resultado, senhor Secretário?” -----

- **António Fernandes, Primeiro Secretário da Assembleia:** “É retirado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “É retirado da Ordem de Trabalhos, o documento. Portanto, este documento é retirado da Ordem de Trabalhos.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Quantas abstenções?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia Municipal:** “Como? Quantas abstenções temos?” -----

- **António Fernandes, Primeiro Secretário da Assembleia:** “Três abstenções.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Três. Sim, faz favor, senhor Deputado.” -

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Apraz-me registar, porque é uma pessoa, é do meu tempo, acho que até é do meu ano, que é um técnico competente da nossa terra, do nosso Concelho, e que votou e que acompanhou o requerimento do CDS, que é o Deputado Luís Aragão. Isto é significativo. Ele sabe da matéria, eu não sei. Mas ele sabe. Ele sabe da matéria. E mais significativo é, a forma como ele decide, de forma isenta, sendo da bancada maioritária, decidiu em consciência e com conhecimento de causa, do ponto de vista técnico. Isso deixa-me, extremamente, confortável e desmonta aqui a teoria da conspiração, que foi montada em torno deste requerimento e da intervenção que o CDS fez. E deixe-me só dizer mais uma coisa, como reclamante legítimo, eu não tenho acesso ao Relatório de Ponderação. Eu não sei se o senhor Deputado Ricardo Né, se foi reclamante neste processo, foi? Mas teve acesso ao Relatório de Ponderação, não quero dizer mais nada. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Monteirinho, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Senhora Presidente, muito rapidamente, só duas anotações. A primeira é, esta é uma vitória da Democracia. Em Democracia há vitoriosos e há derrotados, há vencidos e vencedores. E, ficou aqui provado, hoje nesta

Assembleia, nesta vitória da Democracia, que quando os assuntos são feitos em cima do joelho, os representantes do povo, que somos todos nós, demonstramos aqui, que é uma derrota para esta maioria. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais ninguém para intervir? Muito bem.” -----

Ponto 2.4 - Conhecimento do Relatório de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro, relativamente ao 1º Semestre de 2021. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, quer intervir sobre este ponto?” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Se houver dúvidas.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Alguém para falar sobre este ponto? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, estamos quase no fim desta nossa maratona. É só para dizer que aqui também, os gráficos que nos apresentam neste ponto, que é o conhecimento do Relatório de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro, os gráficos estão feitos de forma enviesada, para nos enganar. Eu, de acordo com muitas teorias, dizem que não há conspirações, se não há, pelo menos há tentativas de enganar, e passamos todos a vida a ser enganados. Mas os dados que os gráficos que foram apresentados, são para enganar. Eu ainda ontem, tive uma discussão com uma pessoa, e lembrei-me que o Corrado Gini, que era um fascista do tempo de Mussolini, que era o assessor lá da economia de Mussolini, fazia uns gráficos tão bem feitos, que provava tudo, sempre que o Mussolini tinha razão. Eu tenho direito a falar do Mussolini, assim como o Carlos Chaves Monteiro, o senhor Presidente, falou do Hitler. Ou seja, nós temos que ter cuidado com aquilo que são os gráficos e tudo aquilo que é a ciência. E, é por causa disso, que nós, aqueles que gostamos de ciência, que queremos ser cientistas, passamos a vida a ter muito cuidado com aquilo que dizemos. E, portanto, eu queria dizer que a Pandemia alterou os nossos consumos, alterou o planeamento da gestão dos consumos. Contudo, neste relatório, nada disso é especificado, ficando desconhecida a razão das alterações, cuja apresentação fica reduzida a uma percentagem que pouco nos diz. Queríamos mais clareza, neste relatório. E como isto é só para conhecimento, não há nada de especial a concluir.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Rui, faz favor. Deixem-me só chamar à atenção, porque estou a ver que estão algumas pessoas a sair, precisamos de quórum, para aprovar as deliberações em minuta, porque senão, nem a isenção de IMI fica aprovada. Faz favor senhor Deputado, peço desculpa.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Obrigado. Reitero, então, os meus cumprimentos. E, como nota prévia diria que a apreciação que fizemos recaiu sobre os dois documentos de que nos são dados conhecimento, quer as contas intercalares, quer este relatório de saneamento financeiro. E, sobre estes documentos, que nos foram apresentados, a situação que eles evidenciam, faz-nos estranhar que o Programa Salva Guarda, que é

justificação para quase todos os aumentos de despesa. Não tenha tido medidas que tenham permitido a redução quer das taxas cobradas aos Guardenses, que aumentaram 32%, quer dos preços Municipais dos serviços prestados pelo Município, que aumentaram também, embora em menor grau, cerca de 11%. Anotamos ainda um crescimento, que enfim, em termos relativos é significativo do prazo médio de pagamentos. Embora a sua valoração, a valoração deste aumento, neste momento, tenha de ser minorada, obviamente pelo facto de se tratar de demonstrações financeiras intercalares. E, enfim, poupo já algum tempo, eventualmente, à bancada do PSD ou ao senhor Presidente de Câmara, para dizer que eu sei que em 2012, o prazo médio de pagamentos, enfim, era aquilo que nós já ouvimos aqui, não sei quantas vezes. Nós temos conhecimento disso, direi apenas sobre o assunto que nem hoje o nível de exigência é o mesmo, e que por outro lado, todos nós pagámos essa redução com língua de pau, e, portanto, temos todo o direito a ser exigentes relativamente a ela. O equilíbrio orçamental em sede de execução apresenta também um ligeiro desequilíbrio, que, todavia, não consideramos, especialmente, relevante. Uma nota final para o cálculo do limite de endividamento, cabendo sublinhar mais uma vez, que se mantém a falta de informação de que já aqui falamos em muitas ocasiões. As contas e o cálculo do limite de endividamento, não refletem o valor da dívida, que efetivamente, é reconhecida pelo Município, com efeito, apesar de se conhecer o valor total da dívida, e que aliás que foi objeto de provisão, como todos sabemos. Não é possível, com estas contas, aferir o valor que a Câmara, efetivamente, reconhece, o valor da dívida que a Câmara reconhece que existe. E, pelo exposto, enfim, esta é a nossa apreciação dos dois documentos que nos apresentaram. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Ricardo, faz favor. Eu peço desculpa senhor Deputado. Eu peço-vos, não pode sair mais ninguém. Senhor Presidente de Junta, Simões, vai sair? Não. É que não podem mesmo sair, estamos no *borderline* do quórum. É só mais um bocadinho. Se falarem pouco, despachamos isto rapidamente. Senhor Deputado, faz favor. Muito obrigada.” -----

- **Deputado Ricardo Sousa (PSD):** “Mais uma vez boa tarde. Muito obrigado. Eu vou ser, extremamente, breve. Eu apenas queria, e à semelhança do que fez o meu colega, o Rui Ribeiro, também falo muito genericamente sobre os dois pontos, o 2.4 e o 2.5. E, eu até vou inverter um bocadinho essa ordem, e queria começar pelo 2.5 e ler, precisamente, aqui na página 11 do Relatório do Revisor Oficial de Contas, o terceiro parágrafo a contar do fim, que diz o seguinte: “O Município elaborou o Relatório Semestral sobre a execução do Plano de Saneamento nº 5 do artigo 59 do RE FALEI. No Relatório reportado a 30/06/2021, conclui-se pela conformidade com o objetivo definido no plano, nomeadamente, no que concerne à obtenção da situação financeira equilibrada.” Portanto, é o próprio Revisor Oficial de Contas, com toda a idoneidade que diz que as contas da Câmara, ameio do ano de 2021, estão financeiramente equilibradas. E, voltando agora ao 2.4, portanto, o Deputado Rui Ribeiro, não discordo praticamente em nada daquilo que disse. Eu apenas quero é realçar aqui a margem de endividamento que a Câmara da Guarda possui hoje, à data, possui quase 55 milhões de euros de capacidade de endividamento, ou seja, se a Câmara da Guarda precisasse de investir e ir à banca, podia pedir até 55 milhões de euros. Coisa que, em 2013, quando era governada pelo Partido Socialista, zero, portanto, aquilo que aconteceu em oito anos,

olhe, foi passar de zero de capacidade de endividamento, para 55 milhões de euros. Portanto, foi isso que aconteceu. Muito obrigado a todos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém? Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “É evidente que temos que reconhecer que houve melhorias no desempenho financeiro da Câmara, nas contas da Câmara, seria irrealista e falseador da verdade, dizer que isso não aconteceu, que houve renegociação das dívidas, que houve o PAEL, o pagamento a fornecedores e tudo isso. Que, efetivamente, hoje a capacidade de endividamento anda nos valores que disse aqui o senhor Deputado Ricardo Né. Mas quando tivermos que nos endividar, para pagar a água, não será depois esse valor final que ficará disponível para endividamento. Só queria usar este momento para me despedir de todos e dizer que aprendi com todos, foi um prazer. Quero que a campanha eleitoral decorra com elevação, com discussão de propostas, de programas e não com ataques pessoais. Muitas felicidades para todos, pessoais, profissionais e políticas. Boa tarde.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente, quer dizer alguma coisa sobre este ponto?” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Não. Se houver dúvidas...” -----

Pronto. 2.5 - Conhecimento do Relatório Semestral Sobre a Situação Económica e Financeira do Município. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “O senhor Deputado Ricardo Né, já falou também. Alguém para intervir, sobre este ponto? Não? Senhor Presidente também quer intervir? Não? Muito bem.” -----

Ponto 2.6 - Informação escrita do Exmo. senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não sei, também, se o senhor Presidente quer intervir ou se espera pelas questões?” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Se houver dúvidas, esclarecerei.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia Municipal:** “Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Eu gostava que o Relatório do senhor Presidente, a informação escrita do senhor Presidente, fosse mais clara e que mostrasse uma estratégia para o Concelho. Mas isso não se nota, aquilo é assim uma listagem, assim, desconexa e depois há outras questões, que têm a ver com as questões da água, as questões do preço da água, tem a ver depois com outras coisas que estão aí em marcha, que é a questão do aumento do preço da eletricidade, que eu ainda não percebi muito bem, porque tenho andado preocupado com esta Assembleia, mas o que é certo é que há em perspetiva, um ataque aos nossos direitos de consumidores dos bens essenciais, que é a água e é a eletricidade. Portanto, a defesa do acesso à água, a defesa que tem havido problemas em várias partes do País, incluindo perto de Coimbra em Penacova, que se retiraram de uma Associação de Distribuição de água. E, portanto, nós temos que

ter isso em linha de conta. Depois também há a questão, que alertam os meus amigos e camaradas, que é a recolha de lixo, também não é feita como deve ser. E depois também há aqui a Privatização dos resíduos sólidos urbanos, que também prejudicou a questão dos Municípios. Portanto, há aqui um conjunto de bens coletivos, de consumos coletivos, consumos essenciais, que estão em causa, e, portanto, é para isso que eu queria agora alertar as pessoas, para terem atenção a isso, até porque daqui a uns dias, vão começar a receber as faturas da eletricidade mais acrescidas, portanto, que foi algo que era dos Municípios e passou para a EDP, e agora temos aí o problema das barragens Transmontanas, que foram privatizadas, ou foram vendidas a um grupo qualquer Francês, que não sabemos muito bem quais são os efeitos, mas já estamos a ver efeitos , que é agora esta subida do preço da eletricidade. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Monteirinho, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Só ocupar trinta segundos do vosso tempo, despedir-me de todos, senhora Presidente, elementos da mesa, senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais. Fiz parte em momentos diferentes da Assembleia Municipal, em 2000 e pouco fiz parte, depois saí para ser candidato numa Assembleia de Freguesia, voltei para a Assembleia Municipal, não voltarei, independentemente, do que aconteça, não voltarei nos próximos quatro anos. Agradeço-vos a todos e desejo-vos a todos do fundo do coração, os maiores sucessos profissionais, políticos e pessoais. A todos vocês, incluindo ao Presidente, à senhora Presidente e a todos. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Bom, resta-nos pôr à votação as deliberações desta Assembleia Municipal em minuta para que fiquem aprovadas. Genericamente, alguém vota contra? Alguém se abstém? Teresa, está a ouvir-nos? Teresa? A Teresa ouve-nos aí em casa? Aprova as deliberações em minuta, também?” -----

- **Deputada Teresa Silva (PS):** “Exatamente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Então, estão aprovadas as deliberações desta Assembleia Municipal. Antes mesmo de terminar, só terminar, mais uma vez com o agradecimento final, dizer-vos, como já disse em várias ocasiões, e direi sempre. Foi uma honra para mim ter sido Presidente desta Assembleia Municipal, fiz ou desempenhei este papel, tentei desempenhar este papel, da melhor forma que soube. Empenhei-me sempre na defesa dos interesses dos Guardenses, todas as minhas posições, todas as minhas decisões, foram sempre tendo como fim último a defesa dos interesses dos Guardenses, foi para isso que fui eleita e foi nessa qualidade que aqui estive e foi, e será sempre uma honra para mim ter desempenhado este papel. Quero agradecer, novamente, aos técnicos de informática da Câmara Municipal da Guarda, a todos os técnicos da Câmara, ao pessoal do TMG, ao apoio administrativo à Assembleia e aí perdoem-me que refira pessoalmente a Sofia e a Vânia que trabalharam mais diretamente comigo. A todos os que me ajudaram e que comigo colaboraram para que este mandato decorresse da melhor forma possível. Um agradecimento muito especial, também, aos senhores Deputados, a todos aqueles que passaram por esta Assembleia Municipal, durante este mandato de quatro anos. Nem sempre, pelo facto, de aqui não concordarmos, não significa que não sejamos amigos e que não tenhamos outros

interesses em comum. É assim mesmo na casa da Democracia, cada um defende as suas ideias e as suas ideologias. Muito obrigada por me terem aturado, entre aspas, e perdoem-me a expressão. Muito obrigada a todos. Um agradecimento muito, muito, muito especial aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, com quem tive a grande honra de trabalhar. Sabem o apreço que eu tenho pelos Presidentes de Junta, todos, todos. Sabem, também, qual é a minha opinião, está no texto que escrevi para o livro. Um pouco contrário a grandes correntes de opinião que por aí há. Entendo e entenderei sempre, que as Assembleias Municipais, não serão verdadeiramente representativas do povo, se delas não constarem, não estiverem presentes os senhores Presidentes de Junta. São as pessoas que mais próximo estão das populações e compete-lhes a eles, nas Assembleias Municipais, defenderem os interesses das populações que os elegeram, e por isso, estarei sempre convosco, espero que me continuem a convidar para alguns eventos, e por isso, sempre que puder, estarei convosco e ao vosso lado. Têm todos o meu carinho e o meu agradecimento muito especial. Um agradecimento, novamente, a estes dois senhores que me aturaram, que me aturam, que sempre trabalhamos em equipa, sempre juntos, sempre em unísono e um agradecimento muito especial para eles. Já lhes disse, estão os dois no meu coração, não levem a mal a expressão, mas é assim mesmo. Novamente agradecer ao Álvaro Amaro pelo convite que me fez e por me ter proporcionado esta experiência, como já disse é uma experiência muito desafiante, mas também, muito gratificante, e por isso, agradecer-lhe-ei sempre por me ter dado esta oportunidade. E, por último, um agradecimento, o mais especial de todos, ao povo da Guarda por me ter eleito para este cargo. Foi o povo da Guarda que votou, e que permitiu que eu pudesse ser Deputada Municipal e que permitiu também, depois, e o agradecimento especial também aos senhores Deputados aos meus pares, por me terem eleito Presidente da Assembleia Municipal. A todos o meu agradecimento, ficam no meu coração por isso, um carinho muito especial por todos. Um agradecimento, também, ao Executivo, por termos trabalhado em colaboração e desejar a todos as maiores felicidades, que tudo vos corra bem, a nível pessoal, profissional, político, aquilo que desejarem. Quando as pessoas trabalham com gosto, os frutos, depois, aparecem mais tarde. Muito obrigada a todos. Muito obrigada. E termino com o tradicional toque da sineta, para não terminarmos da melhor maneira.” -----

